



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CÂMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

ANA LÚCIA PINTO DA SILVA LINO

**JUVENTUDES: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO
NO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS.**

PALMAS - TO

2018

ANA LÚCIA PINTO DA SILVA LINO

**JUVENTUDES: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO
NO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO TOCANTINS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins, como requisito parcial para obtenção do título de Mestra em Desenvolvimento Regional.
Orientadora: Doutora Cynthia Mara Miranda.

PALMAS – TO

2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- P659j Pinto da Silva Lino, Ana Lúcia .
 Juventudes: interfaces entre educação e trabalho no Programa Auxílio Permanência da Universidade Federal do Tocantins. / Ana Lúcia Pinto da Silva Lino. – Palmas, TO, 2018.
 115 f.

 Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-Graduação (Mestrado) em Desenvolvimento Regional, 2018.
 Orientadora : Cynthia Mara Miranda

 1. Juventudes. 2. Ensino Superior. 3. Assistência Estudantil. 4. Permanência. I. Título

CDD 338.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ANA LÚCIA PINTO DA SILVA LINO

**“JUVENTUDES: INTERFACES ENTRE EDUCAÇÃO E TRABALHO NO PROGRAMA
AUXÍLIO PERMANÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda

Aprovada em 09/05/18.

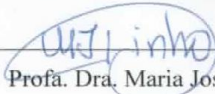
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda (Orientadora)



Profa. Dra. Temis Gomes Parente - UFT



Profa. Dra. Maria José de Pinho - UFT

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação levou a contribuição de muitas pessoas que trilharam este caminho comigo. Nessa trajetória, as discussões, sugestões e críticas, na área da pesquisa ou não, contribuíram para meu amadurecimento intelectual e aperfeiçoamento do trabalho. Assim, agradeço e reconheço a colaboração de cada pessoa e/ou instituição:

Aos meus pais, José de Rodrigues da Silva e Antônia Pinto da Silva, por serem exemplos de ser humano, a vocês minha eterna admiração e gratidão;

Ao meu esposo, Ulysses Moreira Lino, pela cumplicidade, parceria e compreensão dos meus conflitos durante todo esse processo e à minha filha Ana Laura Brandão Lino, que me encheu de carinho e do mais puro amor, tornando mais leve esta caminhada e, principalmente, por compreender que eu precisava dividir o tempo com o mestrado;

À minha orientadora, Professora Doutora Cynhtia Mara Miranda, por disponibilizar-se a me orientar e, eficazmente, conduzir-me aos caminhos da pesquisa, pela clareza e objetividade nas explicações, comprometimento e respeito, e ainda por ser essa brilhante mulher que inspira outras a lutarem em prol da causa feminina e da justiça social;

Às professoras da banca de qualificação, Doutora Maria José de Pinho e Doutora Temis Gomes Parente, pela leitura profunda e cuidadosa e pela forma respeitosa com que conduziram as críticas, as contribuições e os elogios; a vocês, mulheres empoderadas, meu carinho e admiração;

Aos professores e às professoras do Mestrado em Desenvolvimento Regional, que contribuíram de forma decisiva para meu amadurecimento intelectual;

Aos/às colegas e amigos/as de turma do Mestrado em Desenvolvimento Regional pelo carinho e pelas valiosas discussões interdisciplinares, em especial à Juliana de Oliveira Pontes, Eliene Campelo Coelho e Anne Caroline Moura Guimarães Cançado, que compartilharam comigo inúmeras conversas e incontáveis cafés na salinha de estudo do mestrado, com discussões enriquecedoras e momentos de conflitos e de alegrias que jamais serão esquecidos, meu carinho especial a vocês;

À amiga Edisselma dos Santos Alecrim, pelo carinho e apoio com as informações sobre o PAP, pela colaboração franca com sugestões e críticas à pesquisa;

Aos colegas de trabalho pelo carinho, especialmente ao Ruberval Rodrigues de Sousa, pelo apoio no setor durante meu afastamento; à Maria Katharina de Pádua Lopes, pelo suporte em tecnologia na tabulação dos dados secundários, que foi fundamental para a pesquisa;

À Universidade Federal do Tocantins, pelo investimento na minha formação por meio da concessão da licença para qualificação; à equipe da Pró-reitoria de Assistência Estudantil, representada pelo Prof. Kherlley, pela prontidão em atender-me e por todas as informações prestadas sobre o PAP e por todo apoio;

Aos/às participantes da pesquisa, pela colaboração com a Assistência Estudantil da UFT.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transformar a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

(Paulo Freire).

RESUMO

Esta dissertação apresenta considerações e resultados provenientes de pesquisa qualitativa-quantitativa sobre o Programa Auxílio Permanência (PAP) na Universidade Federal do Tocantins (UFT), Câmpus Universitário de Palmas, situado no Município de Palmas, capital do Estado do Tocantins (TO). Buscou-se compreender as expectativas dos jovens beneficiários do programa com relação aos temas educação e trabalho. A educação e o trabalho são as principais buscas das juventudes, conforme evidenciado nas Conferências Nacionais de Juventudes (CNJ) de 2008, 2011 e 2015. Entretanto, muitos jovens não possuem o acesso à universidade, outros apresentam dificuldade de permanência em razão das condições socioeconômicas. Neste sentido, a assistência estudantil, por meio de suporte de condições básicas como auxílio permanência, alimentação e moradia, atua na prevenção dos casos de evasão e retenção. Baseado nesses pressupostos, o PAP, por meio de recursos oriundos do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) fornece apoio aos estudantes da UFT, porém tem encontrado muitos desafios, uma vez que, a UFT está situada na Região Norte do país, onde mais de 70% dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) apresentam baixas condições econômicas (FONAPRACE, 2016). Os resultados desta pesquisa ratificam esta informação, apontando que os jovens beneficiários do PAP têm buscado cada vez mais a assistência estudantil, porém, em razão do alto percentual de estudantes na condição de vulnerabilidade social e da desproporcionalidade de recursos para este fim, muitos não são contemplados com o auxílio e acabam evadindo da universidade.

Palavras-chave: Juventudes, ensino superior, assistência estudantil.

ABSTRACT

This dissertation presents considerations and results from qualitative-quantitative research on the Permanent Residency Program (PAP) at the Federal University of Tocantins (UFT), Campus University of Palmas, located in the Municipality of Palmas, capital of the State of Tocantins. It was sought to understand the expectations of the young beneficiaries of the program in relation to the themes of education and work. Education and work are the main pursuits of youth, as evidenced by the 2008, 2011 and 2015 National Youth Conferences. However, many young people do not have access to university, others find it difficult to stay because of socioeconomic conditions. In this sense, student assistance, through support of basic conditions such as stay, food and housing assistance, acts in the prevention of evasion and retention cases. Based on these assumptions, the PAP, through resources from the National Program of Student Assistance (PNAES) provides support to UFT students, but has encountered many challenges, since UFT is located in the Northern Region of the country, where of 70% of the students of the Federal Institutions of Higher Education (IFES) present low economic conditions (FONAPRACE, 2016). The results of this research confirm this information, pointing out that the young beneficiaries of the PAP have increasingly sought student assistance, but due to the high percentage of students in the condition of social vulnerability and the disproportionality of resources for this purpose, many are not contemplated with the aid and end up evading the university.

Keywords: Youth, higher education, student assistance.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 – Síntese da Análise de Conteúdo	30
Ilustração 2 – Mapa Estratégico da UFT	68

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa Etária dos Jovens Beneficiários do PAP	85
Gráfico 2 – Origem dos Jovens Beneficiários do PAP	87
Gráfico 3 – Escolaridade dos Pais dos Jovens Beneficiários do PAP	88
Gráfico 4 – Idade em que os beneficiários do PAP iniciaram atividade remunerada	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados da Pesquisa Documental	26
Quadro 2 – Categorias e Suas Descrições	31
Quadro 3 – Transição da UNITINS para UFT	65
Quadro 4 – Evolução do Programa Auxílio Permanência	83
Quadro 5 – Estudantes Atendidos pelo PAP (1º semestre de 2017).....	84

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

ADUFG-SSind: Associação dos Docentes da Universidade Federal do Goiás

AE: Assistência Estudantil

Art.: Artigo

ANDES-SN: Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior

ANDIFES: Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

BDTD: Biblioteca Digital de Teses e Dissertações

BPC: Participação em Programas Sociais – Bolsa Família

Capes: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEEM: Condições Educacionais do Ensino Médio

Cenog: Casa do Estudante do Norte Goiano

CEP: Comitê de Ética em Pesquisa

Cespe: Centro de Seleção e de Promoção de Eventos

CF: Constituição da República Federativa do Brasil

CNJ: Conferência Nacional de Juventude

CNPQ: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

Conorte: Comissão de Estudos dos Problemas do Norte Goiano

Consepe: Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

Consuni: Conselho Universitário

CPA: Comissão Própria de Avaliação

CUBO: Cadastro Único de Bolsas e Auxílios

DAE: Diretoria de Assistência Estudantil

DAC: Diretoria de Assuntos Comunitários

Defae: Definições de Assistência Estudantil

DEPE: Desconexão Ensino, Pesquisa e Extensão

DPAP: Desafios do Programa Auxílio Permanência

DCE: Diretório Central dos Estudantes

Dieese: Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos

DF: Distrito Federal

Dap: Diretoria de Acompanhamento dos Programas de Assistência Estudantil

DTI: Diretoria de Tecnologia da Informação

DOU: Diário Oficial da União

EAD: Educação a Distância
EC: Emenda Constitucional
ES: Ensino Superior
EM: Ensino Médio
ENEM: Exame Nacional do Ensino Médio
EPE: Ensino Pesquisa Extensão
FHC: Fernando Henrique Cardoso
Fies: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior
FONAPRACE: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH: Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IDJ: Índice de Desenvolvimento Juvenil
IES: Instituição de Ensino Superior
IFES: Instituições Federais de Ensino Superior
Ifto: Instituto Federal do Tocantins
IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IVS: Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica
LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MEC: Ministério da Educação
NT: Nota Técnica
OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT: Organização Internacional do Trabalho
ONU: Organização das Nações Unidas
PAA: Programa Auxílio Alimentação
PAE: Política de Assistência Estudantil
PAEI: Programa Inclusão e Acessibilidade
PADI: Programa Apoio ao Discente Ingressante
PADU: Programa de Acesso Democrático à Universidade
PADIQ: Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas
PARFOR: Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PAP: Programa Auxílio Permanência

PAPE: Programa Apoio à Participação dos Discentes em Eventos
PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI: Plano de Desenvolvimento Institucional
PEA: População Economicamente Ativa
PEC: Proposta de Emenda Constitucional
PEC-G: Programa de Estudo Convênio – Graduação
PET: Programa de Educação Tutorial
PIB: Produto Interno Bruto
PBP: Programa Bolsa Permanência MEC
PIBIC: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
Pibex: Programa Institucional de Bolsa de Extensão
PIDI: Programa de Integração dos Discentes Ingressantes
Pim: Programa de Monitoria
PMA: Programa de Mobilidade Acadêmica
Pimi: Programa de Monitoria Indígena
PIVIC: Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica
PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNAD: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNE: Plano Nacional de Educação
PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PNJ: Política Nacional de Juventude
PME: Programa Moradia Estudantil
PPGDR: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PPJs: Políticas Públicas de Juventudes
PPs: Políticas Públicas
ProJovem: Programa Nacional de Inclusão de Jovens
Pronatec: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
Proac: Programa de Acompanhamento Acadêmico
Proap: Pró-reitoria de Avaliação e Planejamento
Proest: Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
Prograd: Pró-reitoria de Graduação
Proex: Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários
Proel: Programa Esportes e Lazer

Prouni: Programa Universidade para Todos
Psaúde: Programa de Atenção à Saúde
PPC: Projeto Pedagógico de Curso
PPI: Plano Pedagógico Institucional
PT: Partido dos Trabalhadores
PTr: Programa Auxílio Transporte
Reuni: Reestruturação das Universidades
RITLA: Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana
RPR: Responsável pelo Provimento da Renda Familiar
RU: Restaurante Universitário
SciELO: *Scientific Electronic Library Online*
SIE: Sistema de Informação para o Ensino
Seade: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
SEPPIR: Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Sesu: Secretaria de Educação Superior
Sisu: Sistema de Seleção Unificada
SM: Situação de Moradia
STDU: Situação de Transporte/Deslocamento para Universidade
STR: Situação de Trabalho/Renda
SNJ: Secretaria Nacional de Juventude
TC: Turno do Curso
TCLE: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TO: Tocantins
UAB: Universidade Aberta do Brasil
UFT: Universidade Federal do Tocantins
UnB: Universidade de Brasília
UNE: União Nacional dos Estudantes
Unesco: Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
UNITINS: Universidade do Estado do Tocantins
Unipalmas: Universidade Estadual de Palmas
UT: União do Tocantins
VR: Valor da Renda *per capita*

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
 O PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	8
1. JUVENTUDES: CONCEITOS, CONTEXTOS E TEORIAS.....	17
1.1 DEFINIÇÕES DE JUVENTUDES	17
1.2 ENSINO SUPERIOR: O ACESSO COM JUSTIÇA SOCIAL.....	31
2. DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR	35
2.1 O PERCURSO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL BRASILEIRA	38
3. A TRAJETÓRIA DA UFT	49
3.1 TRANSIÇÃO UNITINS - UFT: UM BREVE HISTÓRICO.....	49
3.2 DAS POLÍTICAS ESTUDANTIS DA UFT: ACESSO E PERMANÊNCIA.....	53
3.3 DESAFIOS E AVANÇOS NA PAE DA UFT	59
4. O PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA (PAP).....	63
4.1 O HISTÓRICO DO PAP	63
5. DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA	69
5.1 PERFIL DOS BENEFICIÁRIOS DO PAP	69
5.2 ATIVIDADES ACADÊMICAS DOS BENEFICIÁRIOS DO PAP	75
5.3 AVALIAÇÃO DO PAP PELOS BENEFICIÁRIOS	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS:.....	83
APÊNDICES.....	94
APÊNDICE A-TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	94
APÊNDICE B-QUESTIONÁRIO	95
APÊNDICE C-ROTEIRO DE ENTREVISTA	99

INTRODUÇÃO

Esta dissertação propôs estudar a Política de Assistência Estudantil (PAE) no Ensino Superior (ES), especificamente, o Programa Auxílio Permanência (PAP), na Universidade Federal do Tocantins (UFT), no Câmpus Universitário de Palmas, situado no Município de Palmas, capital do Estado do Tocantins¹ (TO), para compreender quais as expectativas dos jovens beneficiários do programa com relação aos temas educação e trabalho.

Neste contexto, vale destacar que o acesso à educação constitui um direito essencial e fundamental do ser humano. Ele está relacionado a outros direitos como o de igualdade e de dignidade, como assegura a Constituição da República Federativa do Brasil (CF): “a educação é direito de todos e dever do estado e da família” (BRASIL, 1988, p. 177).

Desta forma, a educação torna-se um diferencial na vida das pessoas que a ela têm acesso, por favorecer o alcance de outras oportunidades sociais, como ter um emprego, entre outros elementos básicos para se ter uma vida digna, além de permitir a participação ativa na vida da sociedade. Assim, o ES é imprescindível para a inserção das pessoas no mercado de trabalho e, conseqüentemente, para o desenvolvimento humano, uma vez que outras habilidades são desenvolvidas por meio dele.

Destaca-se que os jovens constituem o segmento social que mais acessa essa modalidade de ensino e representam hoje um alto percentual da população brasileira. Conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2017)² são mais de 51 milhões. Trata-se de um segmento da sociedade portador de ampla diversidade e de múltiplos anseios, entre os principais, a educação e o trabalho, conforme evidenciado

¹ O mais jovem entre os estados brasileiros, o Estado do Tocantins, foi criado em 1988, simultaneamente à promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil. O território que corresponde ao Tocantins, antes pertencia ao estado de Goiás, mais especificamente ao norte do estado. A cidade de Miracema do Tocantins foi escolhida como capital provisória, até que a capital Palmas fosse construída. Logo, em 1989 iniciou-se a construção de Palmas, que se tornou a sede do governo, passando a ser a capital do estado do Tocantins e a última cidade brasileira planejada do século XX. Palmas apresenta uma arquitetura arrojada, avenidas largas e amplo trabalho paisagístico, além de uma divisão urbanística caracterizada por grandes quadras comerciais e residenciais. Possui extensão de 2.219 Km² e população de aproximadamente 286.787, conforme Estimativa do IBGE para 2017. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 dez. 2017.

² Informação disponível em: < http://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2017/estimativa_tcu.shtm>. Acesso em: 20 abr. 2018.

nas Conferências³ Nacionais de Juventudes (CNJ) realizadas respectivamente nos anos de 2008, 2011 e 2015.

Nesta perspectiva, a pesquisa buscou promover reflexões sobre o lugar social reservado a esse grupo, especialmente à população jovem que está cursando o ensino superior em instituição pública e encontra obstáculos para sua permanência.

Para atingir o público-alvo proposto para a pesquisa, enfocou-se o Programa Auxílio Permanência (PAP)⁴ da UFT, o qual visa ofertar, por meio de recurso financeiro, condições básicas para permanência desses estudantes na universidade, com vistas a reduzir a evasão e retenção. O programa tem beneficiado muitos jovens em situação de vulnerabilidade social, que ingressam no ensino superior e precisam garantir sua permanência na universidade.

Conforme dados disponibilizados pela Pró-reitoria de Assuntos Estudantis (Proest), desde 2007⁵, quando da implantação da política destinada à permanência na UFT já foram beneficiados 10.289⁶ estudantes. Desse total, 9.652 estão na faixa etária de até 29 anos e apenas 637 são maiores de 29 anos. Isto significa que, dos beneficiários da política, 93,8% são jovens, o que nos leva a analisar a questão juvenil no programa com olhar para suas diversidades, especificidades, lutas e buscas.

O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, destaca, no art. 1º § 1º, que são consideradas jovens as pessoas de idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos. Este período se divide em três fases, sendo jovem-adolescente, cuja faixa-etária é de 15 a 17 anos; jovem-jovem, aquele com idade de 18 a 24 anos e jovem-adulto, o de idade entre 25 e 29 anos. É um período considerado extenso, pois o indivíduo sai da adolescência e entra na fase adulta, na qual pode vivenciar uma gama descobertas e experiências, que poderão repercutir em suas trajetórias.

Esta definição etária de juventude tem guiado a elaboração de políticas e estratégias para este segmento, porém é um conceito estático e limitado por não abarcar as juventudes

³ Nas Conferências Nacionais de Juventudes de 2008, 2011 e 2015, as temáticas “Educação e Trabalho” estão entre as questões mais buscadas pelos jovens. Disponível em: < <http://juventude.gov.br/profile/conferencia>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

⁴ Nesta pesquisa, o termo utilizado para designar o programa poderá variar entre Programa Bolsa Permanência UFT e Programa Auxílio Permanência UFT, uma vez que em razão da existência do Programa Bolsa Permanência MEC, a semelhança no nome estava causando dúvida entre as pessoas que o buscavam, assim optaram por nomeá-lo de Programa Auxílio Permanência UFT, que, por vezes será chamado pela sua abreviação “PAP”.

⁵ Informação obtida com o resultado da coleta de dados da entrevista.

⁶ Esses dados foram fornecidos pela Proest, em outubro de 2016, portanto se referem ao quantitativo de estudantes beneficiados pelo programa até esse período.

em todas as suas diversidades. Abramovay (2002; 2007) define a juventude a partir de sua transversalidade:

Existem muitos e diversos grupos juvenis, com características particulares e específicas, que sofrem influências multiculturais e que, de certa forma, são globalizados. Portanto, não há uma cultura juvenil unitária, um bloco monolítico, homogêneo, senão culturas juvenis, com pontos convergentes e divergentes, com pensamentos e ações comuns, mas que são, muitas vezes, completamente contraditórias entre si (ABRAMOVAY, 2007, p. 25).

Nesta perspectiva, a juventude pode ser entendida como uma construção social, a partir de tantas formas como ela é vista pela sociedade, nas quais se combinam trajetórias, múltiplas referências, distintas e numerosas situações de classe, gênero, etnia, grupo, regionalidades, condições sociais, capital cultural, expectativas e oportunidades. Desta forma, ao se referir à juventude, deve-se levar em consideração toda a dimensão que o tema abarca, reconhecendo suas especificidades e as diversas formas de ser jovem.

Bourdieu (2003) também advoga neste mesmo sentido:

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas [...] Dito de outra maneira, é por um formidável abuso de linguagem que se pode subsumir no mesmo conceito, universos sociais que praticamente não possuem nada de comum. [...] a juventude como uma construção social, pois entende-se que a juventude é composta por um conjunto heterogêneo de indivíduos, com culturas diversificadas; diferentes situações econômicas; diferentes estilos, comportamentos, interesses, necessidades e ocupações (BOURDIEU, 2003, p. 113).

Normalmente, é nesse período que ocorre o ingresso no mercado de trabalho, o início da vivência acadêmica e das escolhas afetivas, entre outros motivos em que as políticas mais acessadas pelas juventudes devem contemplar essas variáveis.

Dialogando, também, com essa temática das juventudes os autores Freitas & Papa (2003); Pais (1993); e Sposito (2002) reafirmam a importância do protagonismo dos jovens no espaço em que estão inseridos. É partindo desses referenciais que esta pesquisa visualiza as juventudes beneficiárias do PAP/UFT como protagonistas de suas trajetórias e impulsionadoras de desenvolvimento na sociedade em que vivem.

Para Balardini (1999), tanto as políticas reparatórias como as compensatórias para o segmento juvenil devem orientar o desenvolvimento e/ou construção da cidadania. Nesta perspectiva, as juventudes são demandantes de diferentes políticas que possam contemplar esta fase de desenvolvimento humano.

González e Gaviria (2008, p. 218) compreendem “la ciudadanía juvenil como una ciudadanía cultural que, sin limitar las manifestaciones de la ciudadanía al ámbito de lo político y social, las integra a la capacidad creativa de los jóvenes de generar nuevas biografías y políticas de vida”.

Conforme González e Gaviria (2008), no que se refere à cidadania juvenil na literatura argentina, o tema juventudes é abordado de duas formas,

El supuesto central será, de un lado, la defensa de abordajes “indisciplinados” (por fuera de las disciplinas) o que abran las ciencias sociales (Wallerstein, 1996) para el entendimiento de las dinámicas y configuraciones culturales, sociales y políticas juveniles. De otro lado, la reivindicación de la agencia humana como el eje de la configuración de ciudadanía; por ende, la agencia juvenil sería la base de la ciudadanía juvenil y, con ello, de la propia existencia como escenario político inicial (2008, p. 218).

Salazar e Herrera (2008), no artigo “La acción colectiva de los jóvenes y la construcción de ciudadanía”, abordam sobre os processos e trajetórias de configuração da ação coletiva de jovens e suas implicações sobre a construção da cidadania. Com foco na compreensão das práticas cidadãs dos jovens nas cidades de Bogotá, Manizales e Pereira, os autores analisaram os marcos de interpretação que definem os grupos de jovens e dão significados a certos acontecimentos sobre a problemática social, nos quais sustentam suas justificações ético-políticas e ainda estabelecem marcos estratégicos de agenciamento de construção da cidadania a partir da ação coletiva.

A cidadania juvenil é vista, dessa maneira, como manifestação cultural de modos de vida dos jovens, mas sem limitar tais manifestações no âmbito político e social, de modo que integra a capacidade criativa dos jovens de gerar novas biografias e políticas de vida. Contudo, cabe destacar que a cidadania não é alcançada por toda a juventude brasileira. Ser cidadão implica a satisfação de certas condições materiais como ter alimentação, moradia digna, lazer, acesso à educação e ao trabalho, que não estão disponíveis para a juventude em sua amplitude.

Nesta fase, os jovens são muito atraídos pelo consumo, inclusive, o mercado os considera como fortes consumidores, uma vez que compõem a sociedade que sustenta o mercado juvenil. Com base nesses elementos, González e Gaviria (2008) defendem a incorporação da juventude à economia:

Talvez la implicación más interesante tiene que ver con la necesidad de incorporar a la comprensión de la juventud la economía política de los medios juveniles, lugar desde donde son perceptibles los jóvenes como um grupo de

consumo distinto, en medio de la segmentación creciente de los mercados y las audiências (GONZÁLEZ E GAVIRIA, 2008, p. 219).

Porém, nem todos os jovens têm acesso aos bens econômicos necessários para usufruir de uma condição de vida satisfatória. O acesso ao ensino superior, assim como o acesso ao mercado de trabalho, não está disponível plenamente para garantir o ingresso desse segmento, o que pode incorrer na privação de liberdade. Os jovens mais pobres tendem a sofrer mais com as privações de liberdade (SEN, 2010), que consistem na falta de acesso aos elementos necessários para se proporcionar uma vida digna como ter saneamento básico, moradia digna, água tratada, saúde e educação e rendimento. Sen (2010) nomeia esses instrumentos de liberdades substantivas e os considera responsáveis por garantir cidadania completa às pessoas e, conseqüentemente, desenvolvimento humano. Na teoria seniana, a educação e o trabalho, aliados a outros instrumentos, propiciam o alcance de uma vida digna, com cidadania plena.

O acesso democrático à educação (gratuita e de qualidade) e ao mercado de trabalho constituem oportunidades sociais e contribuem para o desenvolvimento dos jovens, uma vez que pode amenizar as disparidades sociais que atingem essa parcela da sociedade, possibilitando até mesmo uma mobilidade social ascendente.

Levando-se em consideração o cenário político-econômico brasileiro vigente, marcado por grande desemprego, cuja taxa de desocupação é de 12,4% no terceiro trimestre de 2017, conforme a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) Contínua/IBGE⁷, em paralelo às exigências do mercado para se acessar o primeiro emprego, torna-se necessária a discussão e análise sobre a condição juvenil, tema central desta pesquisa.

Entende-se que os jovens universitários estão buscando formação e, na medida em que têm acesso ao programa, também estão se qualificando para acessar o primeiro emprego. Assim, ao considerar o ponto de vista desses jovens, será possível destacar como

⁷ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua é constituída a partir de amostra probabilística de domicílios, abrange todo o país, buscando produzir informações elementares para análise do desenvolvimento socioeconômico do País e permitir a investigação contínua de indicadores sobre trabalho e rendimento. Os principais Indicadores a serem produzidos pela PNAD são: População residente segundo o sexo e os grupos de idade; Taxa de desocupação; Taxa de atividade; Nível da ocupação; Taxa de analfabetismo segundo os grupos de idade e o sexo; Pessoas de 14 anos ou mais segundo a condição de ocupação; Pessoas ocupadas na semana de referência segundo o sexo e os grupos de anos de estudo; População residente segundo a naturalidade em relação à Unidade da Federação e ao município de residência; Rendimento médio mensal per capita dos domicílios, entre outros. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149>. Acesso em: 06 dez. 2017.

a educação e o trabalho são construídos no imaginário social deles. Muitas vezes, o primeiro emprego ocorre nesse período em que estão na universidade, e, tendo acesso ao auxílio do programa, juntamente com os auxílios transporte, alimentação e moradia estudantil, os estudantes não precisarão ir, imediatamente, em busca de emprego, uma vez que o auxílio complementar o custeio das despesas escolares. Tendo acesso a esses instrumentos, os beneficiários retardarão a entrada no mercado de trabalho, podendo fazê-lo apenas depois de concluído o ensino superior, o que propiciará mais tempo para se dedicarem aos estudos.

Em relação ao trabalho precoce, Frigotto (2004) e Pochmann (2004) defendem a concessão de renda aos jovens dos estratos sociais mais pobres, por meio de bolsas de estudo aos menores de 18 anos, com o propósito de retardar a entrada destes no mercado de trabalho, evitando, assim, o trabalho precoce. Nesta perspectiva, os jovens poderiam escolher se e quando trabalharem, pois, a condição econômica familiar é que lhes impõem a obrigatoriedade de trabalhar muito cedo para complementar a renda para o sustento da família. Esse processo interfere tanto no ingresso à universidade quanto na permanência nela.

O trabalho e a educação são atividades especificamente humanas e por meio delas há interação com o meio natural e social, favorecendo a produção de novas ideias e de novos conhecimentos (SAVIANI, 2007). É com base neste entendimento que se inserem o trabalho e a educação nesta pesquisa, ressaltando-se o interesse das juventudes nestas duas questões, o que torna importante estudá-las no âmbito do PAP/ UFT.

O objetivo geral da pesquisa é compreender as expectativas dos jovens beneficiários do Programa Auxílio Permanência-UFT sobre a formação educacional e a preparação para o trabalho, que são condições fundamentais para o acesso à cidadania.

Destaca-se que o objeto deste estudo está situado na Região Norte do país que apresentou, regionalmente, conforme a PNAD Contínua do 3º trimestre de 2017, um quadro diferenciado entre as outras regiões, com baixo nível de instrução entre as pessoas ocupadas, o que é um dado preocupante:

Nas Regiões Norte (34,7%) e Nordeste (35,7%), o percentual de pessoas nos níveis de instrução mais baixos (não tinham concluído o ensino fundamental) era superior ao observado nas demais regiões. Nas Regiões Sudeste (62,8%) e Centro-Oeste (56,4%) o percentual das pessoas em idade de trabalhar que tinham completado pelo menos o ensino médio era superior ao das demais regiões. A Região Sudeste (21,9%) foi a que apresentou o maior percentual de pessoas com

nível superior completo, enquanto a Região Norte teve o menor (14,1%) (IBGE, 2017, p. 14).

Além disso, no estado existem apenas duas universidades públicas, a UFT e a Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS), sendo a primeira federal e a outra estadual, além do Instituto Federal do Tocantins (Ifto) para atender toda a demanda do estado. Assim, os jovens de classes populares têm ainda mais dificuldades de ter acesso à educação superior e, conseqüentemente, ao mercado de trabalho. Muitos dos que acessam à universidade encontram obstáculos para permanência. Assim, o programa se torna uma política fundamental para esse segmento, constituindo, portanto, um dos fatores que nos motivou a estudá-lo.

Um fator que contribuiu para escolha do objeto de pesquisa, dentre a amplitude de possibilidades, foi a afinidade da pesquisadora à questão juvenil, já tendo trabalhado com jovens de classes populares no Programa ProJovem Urbano⁸, onde começou a se interessar pelo assunto. Somado a isso, a pesquisadora é servidora da Universidade, o que facilitou a proximidade com o público-alvo da pesquisa.

Quanto à escolha do Câmpus Universitário de Palmas dentre os setes câmpus⁹ da UFT, deve-se ao fato de este apresentar a maior quantidade de beneficiários, tendo também uma diversidade maior de cursos graduação, além do que, há viabilidade para coleta dos dados. Outro fator que influenciou tal escolha deve-se à ausência de incentivos à pesquisa por meio de bolsa, uma vez que seria necessário visitar os demais câmpus da UFT para uma melhor compreensão de como o PAP vem sendo desenvolvido neles, bem como contatar os demais estudantes beneficiários do programa.

Embora a revisão de literatura¹⁰ tenha identificado várias dissertações sobre a assistência estudantil em outras Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), poucas

⁸ O ProJovem Urbano era em um programa do governo federal, com o objetivo de elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 e 29 anos, que sabiam ler e escrever e não tinham concluído o ensino fundamental, visando à conclusão desta etapa por meio da modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada à qualificação profissional e o desenvolvimento de ações comunitárias com exercício da cidadania, na forma de curso, conforme previsto no art. 81 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Os estudantes participantes do programa, que alcançassem 75% (setenta e cinco por cento) de presença nas aulas e entregassem todas as atividades pedagógicas solicitadas, recebiam uma bolsa no valor de R\$100,00 (cem reais). Entretanto, no governo do presidente Michel Temer o programa foi suspenso em junho de 2016, não abrindo mais inscrições para o ano seguinte. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 06 abr. 2017.

⁹ Os demais câmpus da universidade se localizam respectivamente nas cidades Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Porto nacional e Tocantinópolis.

¹⁰ A Revisão de literatura foi realizada no primeiro semestre de 2017, sendo ampliada em novembro do mesmo ano. Para esta fase, foram considerados os descritores juventudes, educação, trabalho, assistência estudantil e programa auxílio permanência, com recorte temporal de 2011 a 2016. As buscas foram feitas no Banco de Teses da Capes/Plataforma Sucupira.

tiveram o olhar exclusivo para o segmento juvenil. No âmbito do Estado do Tocantins, evidenciou-se um número reduzido de pesquisas sobre essa temática com abordagem sobre o PAP na UFT, bem como com foco nas juventudes, educação e trabalho. Assim, confirmou-se a importância de um estudo com olhar para o programa a partir da ótica juvenil, considerando-se a relevância desse segmento social para o desenvolvimento regional.

O Percorso Metodológico da Pesquisa

Esta pesquisa analisou a assistência estudantil na UFT – Câmpus de Palmas, partindo da evidência de dados empíricos do PAP/UFT, cuja coleta foi realizada por meio da combinação de métodos de pesquisa qualitativa e quantitativa. Por utilizar questionários e entrevistas para coleta de dados, a forma quali quanti foi considerada como mais adequada para o estudo.

A pesquisa qualitativa possui estreita relação com as Ciências Sociais, busca resposta para um problema, de modo a contribuir para o avanço da ciência. Segundo Denzin (2006) existe uma gama de definições sobre esta modalidade de pesquisa, no entanto, ela apresenta natureza socialmente construída a partir da realidade e possui íntima relação entre o pesquisador e o objeto pesquisado, constituindo, por si mesma, um campo de investigação.

Já a quantitativa define-se por apresentar dados quantificáveis, por isso, centra-se na objetividade. Suas amostras normalmente são dados numéricos considerados representativos da população estudada, a partir dos quais se tem um retrato dessa população. Por influência do pensamento positivista, esta modalidade compreende a realidade a partir de dados numéricos, com os quais se descreve as causas de um fenômeno/ experiência humana (FONSECA, 2002, p. 20).

Fonseca (2002) destaca ainda que a pesquisa qualitativa e quantitativa simultaneamente permite uma possibilidade maior de informações do que cada uma em separado, visto que a qualitativa tende a destacar aspectos mais dinâmicos e holísticos da experiência humana, partindo do individual para o geral. Ambas apresentam pontos fortes e fracos, porém elas se complementam.

Desta forma, a modalidade qualitativa quantitativa foi apontada como a mais coerente ao formato deste trabalho, uma vez que possibilita a compreensão das

expectativas dos jovens quanto à educação e ao trabalho no Programa Auxílio Permanência (PAP) UFT.

Quanto às etapas desta dissertação, foram realizadas revisão de literatura, pesquisa documental, questionário e entrevistas. A Revisão da literatura consistiu num processo de busca de textos produzidos sobre o tema da pesquisa. O procedimento é relevante para compreensão do que já se tem elaborado a respeito e para se identificar melhor o que ainda não foi trabalhado. Para Noronha e Ferreira (2000), ela é definida

como estudos que analisam a produção bibliográfica em determinada área temática, dentro de um recorte de tempo, fornecendo uma visão geral ou um relatório do estado da arte sobre um tópico específico, evidenciando novas ideias, métodos, subtemas que têm recebido maior ou menor ênfase na literatura selecionada (NORONHA & FERREIRA, 2000, p. 191).

Essa ferramenta é de grande relevância para a otimização do trabalho de investigação, uma vez que “propicia ao pesquisador tomar conhecimento, em uma única fonte, do que ocorreu ou está ocorrendo periodicamente no campo estudado, podendo substituir a consulta a uma série de outros trabalhos” (NORONHA; FERREIRA, 2000, p. 192). Nesta etapa foram consultados livros, teses, dissertações e artigos de periódicos, nas fontes: Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)¹¹, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), além de biblioteca digital de diversas universidades.

Para a identificação da produção intelectual sobre o tema foram considerados os seguintes descritores: juventudes, universidade, trabalho, permanência, política pública, assistência estudantil, evidenciados nos títulos ou nas palavras-chave dos textos publicados no período de 2011 a 2017.

Como resultados, foram localizados diversos textos que possibilitaram ampliar a leitura sobre o contexto do ensino superior brasileiro, bem como a noção da forma que ocorre a PAE nas várias universidades brasileiras e no Tocantins, evidenciando também o caminho da pesquisa.

Os estudos da revisão de literatura enriqueceram o referencial teórico, especialmente na conceituação e na trajetória da assistência estudantil brasileira. Evidenciaram também os desafios das IFES no atendimento às demandas das juventudes

¹¹ Disponível em: <<http://catalogodeteses.capes.gov.br>>. Acesso em: 08 abr. 2017.

de origem popular, cujo acesso ao ES foi ampliado nos últimos anos, com o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Foram identificadas poucas pesquisas no estado do Tocantins que discutem a assistência estudantil, principalmente com olhar para as juventudes e seus anseios.

A pesquisa documental foi realizada simultaneamente à revisão de literatura e contribuiu decisivamente para a coleta de dados com informações que possibilitaram uma definição mais clara do objeto a ser investigado. Para Prodanov; Freitas (2013, p. 56), a pesquisa documental é definida como estudo de materiais que não foram tratados analiticamente ou que podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa. Bardin (1977) corrobora com esse entendimento e sugere que esse procedimento busque alcançar

a facilitação do acesso ao observador, de tal forma que este obtenha o máximo de informação (aspecto quantitativo), com o máximo de pertinência (aspecto qualitativo). A análise documental é, portanto, uma fase preliminar da constituição de um serviço de documentação ou de um banco de dados (BARDIN, 1977, p. 45 – 46).

Nesta etapa da dissertação, os principais documentos utilizados para a compreensão dos conceitos de assistência estudantil foram os descritos no quadro a seguir:

Quadro 1- Dados da Pesquisa Documental

Assunto	Documento	Referência/ Fonte:
Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)-UFT	PDI-2016-2020-Plano de Desenvolvimento Institucional (UFT) 2016 – 2020, aprovado pelo Conselho Universitário 05 de abril de 2016 (Resolução nº 06/2016–Consuni).	Disponível em: < http://docs.uft.edu.br/share/s/Bu0fAqZjT66B-rTgwt53LQ >. Acesso em: 13 mar. 2018.
Regulamentação da Política de Assistência Estudantil na UFT	Resolução nº 26, de 17 de outubro de 2017- Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.	Disponível em: < http://docs.uft.edu.br/share/s/8DI_jx8TSci3sul1ywPvYA >. Acesso em: 13 mar. 2018.
Decreto que regulamenta o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES	BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010.	Disponível em: < www.planalto.gov.br/...?Decreto/D7234.htm >. Acesso em: 15 jan. 2017.
Estatuto da UFT - Aborda sobre a estrutura e constituição da UFT, bem como sua organização interna e funcionamento.	Estatuto da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), 2015 – alterado pela resolução nº16/2015 do Consuni, de 19 nov. 2015.	Disponível em: < http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=449 >. Acesso em: 13 mar. 2018.
Ata do I Fórum de Assistência Estudantil da UFT	Ata do I Fórum de Assistência Estudantil, Gestão 2016-2020, de 07 abr.2017.	Pró-reitoria de Assistência Estudantil - UFT

Ata do II Fórum de Assistência Estudantil da UFT	Ata do II Fórum Permanente de Assistência Estudantil da UFT, de 19 mai. 2017.	Pró-reitoria de Assistência Estudantil - UFT
Ata do III Fórum de Assistência Estudantil da UFT	Ata do III Encontro do Fórum Permanente de Assistência Estudantil da UFT, de 28 ago. 2017.	Pró-reitoria de Assistência Estudantil - UFT

Fonte: Elaboração própria

A análise dos documentos elencados no Quadro 1 foi fundamental para a compreensão da PAE, de como ocorre seu funcionamento no âmbito da UFT.

Em toda a pesquisa pode-se encontrar obstáculos no ato da investigação que não devem ser descartados, uma vez que contribuem para ampliação do olhar/ouvir do/a pesquisador/a. Desta forma, destaca-se alguns pontos desafiantes quando da busca das informações para elaboração desta dissertação, principalmente nesta fase.

Quanto à busca de documentos/informações, na universidade, que pudessem subsidiar a elaboração histórica do PAP, como o quantitativo anual de acadêmicos beneficiados pelo programa nos anos anteriores a 2016, constatou-se que não havia documentos ou relatórios do setor, o que se configura como um problema institucional, não havendo uma continuidade dos trabalhos e *backup* nos arquivos produzidos, a cada vez que se troca a gestão. Junto a isso, a Proest passou recentemente por um período de transição/reestruturação e reforma física, o que também dificultou a busca de arquivos.

Outro fator identificado durante esta pesquisa, que dificultou o acesso a dados, foi a constante troca de diretorias dentro da Proest. Percebeu-se que esta reestruturação é uma prática recorrente na UFT. Isso tem ocorrido devido a mudanças de gestão, adequações a recomendações superiores que visam padronizar as estruturas organizacionais das IFES e, também, por adequações orçamentárias. Com isso, a cada nova diretoria, há uma mudança interna, que nem sempre dá continuidade ao trabalho que vinha sendo desenvolvido.

Além disso, alguns dados/relatórios do Sistema de Informações para o Ensino (SIE) fornecidos pela Proest apresentaram inconsistência. Assim, a maior parte da análise histórica da política de assistência na UFT, sobretudo a respeito do Programa Bolsa Permanência/PAP, nos anos anteriores a 2016, foi elaborada a partir de informações dos Relatórios Anuais de Avaliação, da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Para coleta de dados utilizou-se de questionário com utilização de questões fechadas e abertas para os jovens beneficiários da política (APÊNDICE B), e entrevistas

com perguntas também abertas e fechadas (qualitativa) para os gestores/gestoras¹² (APÊNCIDE C) da política na UFT, cujo estudo empírico ocorreu no Câmpus Universitário de Palmas.

O questionário, conforme Lakatos & Marconi (2003), é um importante instrumento de coleta de dados formado por um ordenamento de perguntas, as quais devem ser respondidas por escrito e na ausência do pesquisador. Junto ao questionário, foi inserida uma nota explicativa sobre a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade de respostas.

Diante da quantidade de beneficiários do programa e da impossibilidade de reuni-los para aplicação do questionário presencialmente, optou-se pelo recurso de serviço *on line Google Docs*¹³. Assim, foi enviado um *link* do questionário aos *e-mails* dos jovens participantes da pesquisa e anexado a ele o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), no qual constava a autorização do respondente para utilização dos dados nesta pesquisa.

A amostra consistiu em 72¹⁴ (setenta e dois) respondentes. Embora a expectativa era de alcançar um percentual maior de estudantes, uma vez que o câmpus em análise possui 316¹⁵ (trezentos e dezesseis) pessoas beneficiadas com o auxílio. O percentual atingido foi de 22% de aderência por parte dos acadêmicos, ultrapassando a quantidade mínima para amostragem.

Considerando-se que o objetivo desta pesquisa foi compreender as expectativas dos jovens beneficiários do programa com relação aos temas educação e trabalho, o questionário foi elaborado em três tópicos, perfil socioeconômico do estudante, atividades acadêmicas e avaliação do PAP. No primeiro tópico, buscou-se reunir informações sobre o perfil do estudante, especialmente quanto às vivências socioeconômicas e seu histórico familiar. No segundo, abordou questões sobre a vida acadêmica dos jovens estudantes, desde a forma de ingresso à universidade até o seu desempenho no curso de graduação. No

¹² Os gestores da política de Assistência Estudantil na UFT entrevistado são: o prof. Dr. Kherlley Caxias Batista Barbosa – Pró-reitor de Assuntos Estudantis, José Inácio dos Santos Neto – Diretor de Assistência Estudantil, Marta Virgínia de Araújo Abreu Batista – Diretora de Acompanhamento dos Programas, Lílian dos Santos e Silva Wotkosky – Assistente Social e Maria Verônica Gonçalves de Lira, também, Assistente Social.

¹³ Serviço para *Web*, *Android* e *iOS* que permite criar, editar e visualizar questionários, documentos de texto e compartilhá-los. Para mais informações consultar: <<https://www.google.com/forms/about/>>. Acesso em: 01 mar. 2017.

¹⁴ Em conversa com uma beneficiada do programa, ela informou à pesquisadora que esta pesquisa abrangeria muito mais estudantes se não tivesse que identificá-los, pois eles têm medo de perder o auxílio.

¹⁵ Quantitativo referente ao primeiro semestre de 2017, que é o recorte temporário da coleta de dados empíricos.

último tópico, as questões buscaram compreender a contribuição do auxílio na superação da desigualdade bem como para o desenvolvimento dos jovens. Com esse instrumento foi possível ter um panorama de como a população em estudo visualiza o programa.

Outro instrumento utilizado para coleta de dados foi a entrevista, a qual foi aplicada aos servidores¹⁶ que atuam diretamente na política de assistência estudantil na UFT. Essa modalidade de instrumento constitui um recurso de excelência na investigação social.

Conforme Lakatos & Marconi (2003, p. 195), a entrevista consiste em “(...) um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. As autoras destacam que, esse procedimento normalmente é utilizado na investigação social, com a finalidade de coleta de dados ou no diagnóstico de um problema social.

O roteiro das entrevistas foi elaborado com vistas a captar a compreensão dos gestores/servidores sobre a política na UFT. Abordou também sobre a forma como a política é implementada na universidade e sua trajetória ao longo do tempo. Buscou-se vislumbrar as especificidades das juventudes beneficiárias e do papel da universidade frente à dicotomia educação formal e preparação para o trabalho, que são as principais buscas desse segmento populacional.

Com os dados organizados em quadros e gráficos, iniciou-se a leitura minuciosa destes, buscando reuni-los em grupos que facilitassem a compreensão dos conceitos e sentidos que os beneficiários e os gestores/servidores que atuam no PAP atribuem ao programa e às ações desenvolvidas pela PAE.

Para tratamento dos dados, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, desenvolvida por Laurence Bardin, com o objetivo de buscar o(s) sentido(s) de documentos e discursos, visto que ela permite “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (Bardin, 2011, p. 47). Para a autora, a análise de conteúdo constitui um arcabouço de conhecimentos úteis e necessários para a compreensão das comunicações:

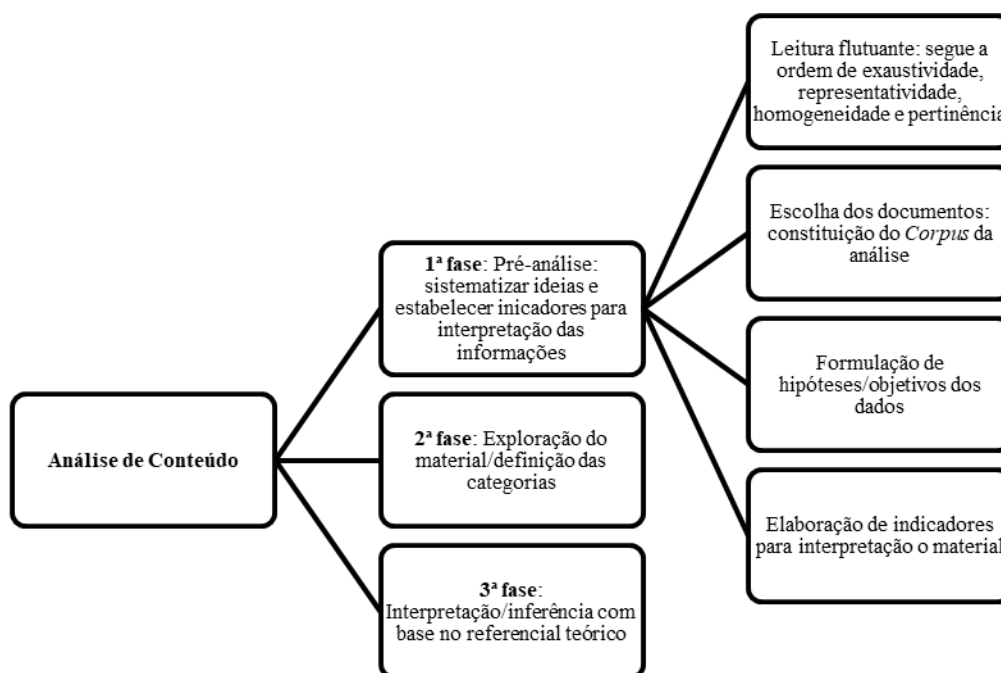
A análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações. Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de

¹⁶ As entrevistas foram realizadas com os gestores desta política na UFT, os quais atuam na Proest. Foram entrevistados também duas servidoras assistentes sociais, que compõem a Diretoria de Assistência Social da universidade, junto à Proest. Tais servidoras realizam a análise socioeconômica dos candidatos às bolsas do Programa Auxílio Permanência UFT, objeto deste estudo.

formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações (BARDIN, 1977, p. 31).

Este processo de análise busca o significado das comunicações no contexto social e histórico da comunidade, englobando toda uma teia de sentido. Assim, a proposta não é de ressignificar o discurso, mas de compreendê-lo no cenário em que está inserido. Para tanto, o procedimento segue alguns passos, conforme evidenciado na figura abaixo:

Ilustração 1- Síntese da Análise de Conteúdo



Fonte: Elaboração própria, com base em Bardin (1977)

Considerando-se que a técnica análise de conteúdo permite várias formas de análise, adotou-se a análise por categoria,

A categorização é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamento segundo o género (analogia), com os critérios previamente definidos. As categorias são rubricas ou classes, as quais reúnem um grupo de elementos (unidades de registo, no caso da análise de conteúdo) sob um título genérico, agrupamento esse efetuado em razão dos caracteres comuns destes elementos (BARDIN, 1977, p. 117).

A autora acrescenta ainda que a análise por categorização tem o propósito de fornecer uma representação simplificada dos dados brutos (BARDIN, 1977, p. 119). Assim, nas categorias, estão agrupados textos que apresentam alguns critérios comuns ou

que sejam análogos nos seus conteúdos. Cada texto pertence a apenas uma categoria, conforme Quadro 2, a seguir:

Quadro 2- Categorias e Suas Descrições

Categoria	Descrição
I: Definições de Assistência Estudantil (Defae)	Textos que conceituam a assistência estudantil e abordaram sua história na UFT, com olhar para os jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica.
II: Desconexão Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE)	Textos que evidenciam a falta ou a pouca conexão das ações de assistência estudantil com ações de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas no PAP, na UFT.
III: Desafios do Programa Auxílio Permanência (DPAP)	Textos que trazem considerações sobre a trajetória do PAP e evidências sobre os avanços e os desafios do programa.

Fonte: Elaboração própria, com base em Bardin (1977).

As questões das entrevistas abordaram cinco pontos principais. No entanto, para análise dos dados, foram considerados os três assuntos mais recorrentes nas respostas dos entrevistados, formando, assim, as categorias: Definições de Assistência Estudantil (Defae), Desconexão Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE) e os Desafios do Programa Auxílio Permanência (DPAP), a partir das quais se constituiu a análise da investigação, que se encontra nos capítulos quarto e quinto desta pesquisa. Portanto, com vistas a alcançar os objetivos propostos e ampliar discussões sobre os principais temas desta pesquisa (juventudes, educação, trabalho e assistência estudantil) esta dissertação está organizada em cinco capítulos.

O capítulo primeiro, constituído pelo referencial teórico, buscou apresentar as definições de juventudes, evidenciando como elas são constituídas no imaginário social, que por muitas vezes tem sido palco de estigmas e preconceitos, sobretudo as juventudes de classes populares e negras, que enfrentam ainda mais dificuldades para se inserir na sociedade e ocupar os espaços que lhes são de direito. As discussões estão fundamentadas nos/nas teóricos/as Castro & Abramovay (2004), Freitas & Papa (2003), Pochmann (2012), Sposito & Carrachano (2005) e Sen (2010), além de outros.

O segundo capítulo buscou contextualizar o ensino superior e definir as políticas brasileiras de assistência estudantil e sua trajetória, evidenciando quão desafiante foi o processo de surgimento e ampliação da PAE num contexto de desigualdade social, como ocorre no Brasil, em que muitos jovens abandonam a universidade para trabalhar em busca

de sustento de seus familiares. Fundamentou-se nas dissertações de mestrado dos autores Koelln & Medeiros (2016), Kowalski (2012), Queiroz (2016), entre outros.

O terceiro capítulo teve o propósito de apresentar a história da UFT, universo da pesquisa de campo, traçando um percurso desde a sua criação aos dias de atuais. Apresentou-se também o surgimento da PAE na universidade, destacando-se os programas vigentes de apoio aos estudantes, evidenciando os avanços ocorridos nos últimos anos e os desafios a serem superados nesta IFES, em que a maioria de seus estudantes necessita de suporte econômico para seguir a graduação, conforme evidenciado na pesquisa do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) 2016.

O quarto capítulo, também histórico, porém com foco específico no Programa Auxílio Permanência, buscou descrever o percurso do programa desde sua implantação, mostrando quais eram as concepções de assistência estudantil quando da elaboração do programa e também seu processo de evolução no atendimento aos estudantes de origem popular.

E no quinto capítulo buscou-se apresentar os resultados da pesquisa empírica realizada com os jovens beneficiários do PAP e discutir algumas problemáticas a partir das evidências nos dados.

Partindo deste contexto, analisar os aspectos educação e trabalho no PAP/UFT, a partir da ótica juvenil, foi fundamental para a compreensão das expectativas dos jovens quanto aos dilemas que vivenciam nessa fase em que estão na universidade buscando obter um curso superior, mas ao mesmo tempo necessitam de trabalho. Além disso, captar a evolução desta política na UFT e evidenciar pontos que precisam ser mais bem trabalhados, com vistas a ampliar o atendimento aos jovens de classes populares. Em suma, a elaboração desta pesquisa contribui para o avanço do conhecimento e da discussão sobre o tema, para a melhoria de ações voltadas para o programa, bem como para produção de dados que visem uma melhor implementação desta política na UFT, além de indicar a elaboração de outras medidas para o segmento juvenil.

1. JUVENTUDES: CONCEITOS, CONTEXTOS E TEORIAS

1.1 Definições de juventudes

Este capítulo busca trazer conceitos, teorias e os contextos sobre juventudes brasileiras. As concepções defendidas nesta pesquisa vão além da faixa etária estabelecida no estatuto, abordando o conceito geracional, pois existem outras formas de ser jovem, portanto, juventudes. Destaca-se a importância deste segmento para a sociedade, especialmente quanto ao desenvolvimento do país que anseia, desde sua constituição, ser inclusivo, democrático e progressista.

No entanto, é válido destacar que existe uma dicotomia presente no imaginário social: por um lado os jovens são vistos como marginalizados e delinquentes, um perigo para a sociedade, necessitando de um tratamento coercitivo e repressor; por outro, defende-se uma perspectiva emancipadora, na qual os jovens são vistos como protagonistas de suas trajetórias, detentores de direitos e atenção especial (CASTRO & ABRAMOVAY, 2004). As autoras apontam que esse segmento tende a sofrer com “inseguranças e incertezas” sobre o futuro, o que constitui uma descrença na legitimidade das instituições como política, assim como a adultização¹⁷.

Desta forma, as discussões pautadas nesses pressupostos trazem uma contradição: por um lado apresentam todo esse contexto de vulnerabilidades negativas, por outro mostram um mercado de consumo (potencialidade positiva), do qual os jovens são alvos como grandes consumidores, o que também potencializa as vulnerabilidades negativas, pois muitos não dispõem de recursos econômicos para o consumo. Assim,

mais que uma população vulnerável, os jovens são uma geração vulnerabilizada, principalmente os pobres e muitas dessas vulnerabilidades se reproduzem e se combinam, limitando também o estatuto de participantes de direitos e suas potencialidades para serem atores/atrizes do desenvolvimento (CASTRO & ABRAMOVAY, 2004, p. 3).

Nesta perspectiva, entre as materialidades que vulnerabilizam os jovens estão também as privações econômicas, porém, não apenas estas, pois elas são econômicas, políticas e culturais. Assim, enquanto existem muitos jovens vítimas de violências, muitos outros estão administrando suas vidas, sobrevivendo, construindo carreiras, bem como envolvidos em experiências de cultura, de empreendedorismo, de atividades comunitárias.

¹⁷ Entende-se por adultização, o processo de interromper a infância, antecipando a vida adulta, principalmente por meio de atribuição de responsabilidades e de execução de atividades que não condizem com a idade.

Esses jovens, mesmo vivendo em áreas de pobreza (às vezes de extrema pobreza) tentam mudar o curso de suas vidas, superando, os processos de vulnerabilidades que lhes cercam.

Entretanto, para superar a noção estereotipada desse segmento, as políticas públicas que abrangem essa categoria não devem se limitar apenas à criação de programas e ampliação dos serviços, mas pautar a redução das vulnerabilidades negativas e potencializar as positivas, de modo a contribuir para uma formação ética dos jovens e que, sobretudo, enfatizem uma educação de qualidade.

Neste sentido, a Organização das Nações Unidas (ONU)¹⁸ reconhece a importância de se investir no grupo juvenil, sobretudo em ações que pautem pelo empoderamento e autonomia, o que poderá favorecer uma vida saudável e produtiva. Para tanto, os investimentos em educação, saúde, cultura, lazer, entre outros, são fundamentais para efetivar uma adolescência e juventude livres de coerções e mais participativas, além de uma vida adulta plena, na qual os participantes sejam habilitados a exercer e defender seus direitos e cidadania.

Para Freitas & Papa (2003), as juventudes são compreendidas como uma fase específica da vida que vai além da adolescência e, portanto, uma etapa tão importante necessita de uma atenção especial voltada para o atendimento político das demandas específicas destes jovens, que se concentram basicamente em acesso a cultura, lazer, saúde, esporte, trabalho e educação. As políticas de educação, com foco nos direitos sociais, como as ações afirmativas de acesso e de permanência desempenham um importante papel no desenvolvimento desse grupo, uma vez que fomentam suas demandas no que se refere à projeção para o futuro.

Para Lobato (2013), o direcionamento para se desenvolver políticas públicas aos jovens é de que essa categoria é mais do que uma fase da vida, é um processo no qual se disputam um conjunto de elementos com vistas a assegurar a autonomia material e afetiva desses participantes. A autora reforça ainda que, para realizar a transição à vida adulta, necessita-se que os participantes combinem, entre outros, os recursos materiais e sociais disponíveis (LOBATO, 2013).

Neste ponto específico, as políticas educacionais, sobretudo as de assistência estudantil, podem assumir papel fundamental quanto à autonomia deste segmento, garantindo meios para seu desenvolvimento intelectual e, conseqüentemente, profissional,

¹⁸ Disponível em: < <https://nacoesunidas.org/onu-investir-em-juventude-e-crucial-para-o-avanco-da-america-latina-caribe/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

pois têm como escopo a inclusão social e ampliação dos direitos dos jovens, uma vez que se configuram como suporte econômico voltado à escolarização.

As juventudes têm cada vez mais lutado por seu reconhecimento e protagonismo. As políticas educacionais, em especial as de assistência estudantil são frutos de reivindicações dessa categoria por meio de movimentos juvenis, que por diversas manifestações, buscaram alcançar seus direitos que já estavam previstos na Constituição Federal (CF) desde o ano de 1988.

Entre os movimentos mais recentes que influenciaram na conquista de direitos educacionais estão as manifestações de junho de 2013¹⁹, que embora impulsionadas pelas reivindicações contra o aumento das tarifas de transporte público, abrangeram outras questões que também foram reclamadas como o aumento dos recursos para educação, entre outros. O movimento ganhou destaque e mobilizou grande parte da população brasileira, sendo as juventudes o maior público. Produziram como efeitos positivos, na matéria de direitos educacionais, a destinação de 75% dos *royalties* do petróleo e 50% do fundo social do Pré-sal para a educação²⁰.

Esses benefícios foram formalizados com a aprovação da Lei nº 12.858 de 09 de setembro de 2013, que dispõe sobre a destinação de recursos oriundos da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural para as áreas de educação e saúde²¹. A mobilização também refletiu na aprovação do Plano

¹⁹ As manifestações referentes a esse período foram originadas contra o aumento das tarifas de transporte público em São Paulo, entretanto se espalharam pelo país, principalmente nas capitais, com diversas outras bandeiras, entre as quais reivindicação por aumento de recursos para educação.

²⁰ Embora aprovada em 2013 a Lei 12.858/13, que previa uma distribuição mais igualitária dos royalties do pré-sal (para a saúde e a educação) entre os estados não produtores, teve suspensa a entrada em vigor de alguns de seus artigos, em razão de uma liminar expedida pela ministra Carmen Lúcia do Supremo Tribunal Federal (STF), em resposta a uma ação do governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral. Desta forma, alguns estados como Rio de Janeiro, São Paulo e Espírito Santo ficaram prejudicados com tal medida até julgamento final da ação. Passados quase dois anos da aprovação da lei, com a crise que se instalou na Petrobrás, estando esta no centro das investigações da Operação Lava-Jato, houve queda nos preços do barril de petróleo no mercado internacional. Assim, a estimativa de aumento na produção de petróleo até 2020 caiu de 4,2 milhões de barris, para 2,7 milhões. Com isso, a Petrobras perdeu metade de seu valor de mercado, tendo que abrir mão de diversos de seus ativos para pagar uma dívida líquida que chegou a R\$ 400 bilhões. Em razão disso, diminuiu o repasse ao Fundo Social e apenas metade disso foi para a educação. Não bastasse isso, o governo Michel Temer aprovou a Lei 13.365/2016, que trouxe novas regras para exploração dos blocos do pré-sal, trazendo prejuízo para a educação e a saúde. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2016-nov-30/publicada-lei-retira-obrigatoriedade-petrobras-explorar-pre-sal>>. Acesso em: 01 abr. 2017.

²¹ Disponível em: <<http://www.une.org.br/opiniao/defender-a-educacao-e-a-petrobras-por-thiago-para/>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

Nacional de Educação (PNE) 2014/2024, que prevê a destinação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação²² até o término de sua vigência:

Meta 20: ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB do País no 5º (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB ao final do decênio (BRASIL, 2014, p. 61).

Em 2003, com a posse do presidente Luís Inácio Lula da Silva²³, a União Nacional dos Estudantes (UNE) avançou em suas reivindicações, defendendo a reforma universitária, com aumento do acesso e permanência dos jovens brasileiros no ensino superior. Como resultado, o governo deu início a uma reforma educacional com a institucionalização de programas como a Reestruturação das Universidades (REUNI)²⁴, programa de expansão das vagas nas IFES, o Programa Universidade para Todos (PROUNI)²⁵, que garante bolsas em universidades particulares para estudantes de baixa renda, entre outros.

Entre as conquistas mais recentes está a aprovação da Emenda Constitucional (EC) da Juventude no Congresso Nacional, em 2010, incluindo na constituição o termo juventude e, dessa forma, reconhecendo os direitos dessa parcela da sociedade. A aprovação da emenda garantiu a destinação de 50% dos recursos do Pré-sal, camada do novo petróleo brasileiro, exclusivamente para a educação, o que significou um avanço para o ensino público brasileiro.

²² Essa conquista foi motivo de muita discussão, pois havia uma parte dos relatores que defendiam que a destinação desse percentual não fosse exclusivamente para a educação pública, podendo ser utilizada inclusive para financiar o sistema particular de ensino como os programas Fies, ProUni e Pronatec. Nesse contexto, a UNE esteve à frente, na defesa da educação pública e de qualidade. Enfim, o plano foi aprovado em 25 de junho de 2014, com a destinação dos 10% do PIB para a educação pública.

²³ Lula presidiu o país em dois mandatos, o primeiro no período de 01/01/2003 a 1/01/2007 e o segundo de 01/01/2007 a 01/01/2011. Foi o primeiro presidente eleito pelo PT. Defendeu a combinação entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social. Durante seu governo, priorizou a implantação de programas sociais, como o Bolsa Família. Investiu em educação superior, dando oportunidade de acesso a jovens de origem popular. Desta forma, trouxe diversos avanços sociais, sobretudo educacionais para o país. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nossa-historia/> e <http://presidentes-do-brasil.info/presidentes-da-republica/luiz-inacio-lula-da-silva.html>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

²⁴ O Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), que tem como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior. Mais informações sobre o programa em: <<http://reuni.mec.gov.br/>>. Acesso em: 23 fev. 2018.

²⁵ O PROUNI é um programa do governo federal, que concede bolsas de estudo integrais e parciais a estudantes. Foi criado em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prouni-sp-1364717183/como-funciona>>. Acesso em: 04 mar. 2018.

Em 2013, o Estatuto da Juventude²⁶ também culminou como ponto importante na consolidação nos direitos sociais, pois consistiu na consolidação das políticas públicas de juventude na agenda nacional, assegurando direitos para a melhoria da qualidade de vida de 51,3 milhões de brasileiros com idade entre 15 e 29 anos. A emenda constitucional permitiu o avanço das políticas juvenis, além de indicar a necessidade de um Plano Nacional de Juventude (PNJ), estabelecendo metas a serem cumpridas pela União, em parceria com estados e organizações juvenis nos próximos dez anos. Tal lei significou uma importante ferramenta de direitos para emancipação das juventudes, uma vez que enfatizou a importância da educação para o segmento juvenil. Assim, à medida que as juventudes ganham reconhecimento como detentoras de direitos, aumentam os debates em torno de políticas públicas destinadas a suas demandas.

Destaca-se ainda que no período juvenil normalmente ocorrem os principais acontecimentos que marcarão toda a trajetória de vida, pois a pessoa se torna adulta e normalmente adquire responsabilidades, conclui a formação escolar e ingressa no mercado de trabalho. Desta forma, o sucesso ou o insucesso das escolhas refletirá pelo resto de sua vida de trabalhador ou trabalhadora (BORGES, 2014).

No que se refere ao lugar social desse segmento, a educação perpassa a questão uma vez que está entre as temáticas mais buscadas pelas juventudes. Neste sentido, a formação educacional e para o trabalho carrega certas condicionalidades que afetam as vidas dos jovens, sobretudo se pobres e filhos da classe trabalhadora, para os quais a formação parece ser unicamente para o trabalho e não uma formação para a vida como se quer. Essa trajetória é marcada, também, pela inserção do jovem no mercado de trabalho e como bem menciona Pochmann (2012) trata-se de uma trajetória que traz um vínculo singular com a educação.

Em torno dessa realidade, a juventude passa a ser vista no seio da sociedade brasileira atual enquanto um “[...] objeto de preocupação de políticas sociais através de intervenções públicas do Estado no sentido de uma cobertura institucional para este segmento, que vive uma condição de transição” (SOUZA, 1999, p. 17).

As manifestações juvenis evidenciam que os jovens querem ser mais que estatísticas, querem ser protagonistas de suas próprias vidas e escrever suas próprias

²⁶ Lei nº 12.852, de 05 de agosto de 2013, que Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112852.htm>. Acesso em: 02 fev. 2018.

trajetórias. Diante disso, pergunta-se qual o lugar social reservado a esse segmento? Que formação está sendo oferecida aos jovens? A que formação eles têm acesso? O que buscam os jovens do século XXI? As juventudes constituem uma categoria singular, com suas diversidades e múltiplas identidades, por isso, há necessidade de que sua formação seja a mais plena e emancipadora possível.

Neste contexto, a formação educacional e o preparo para o trabalho são passos para se alcançar a cidadania, também são meios para os indivíduos disporem de renda para a própria subsistência. No entanto, essa questão encontra-se fragilizada no atual cenário brasileiro. Muitos programas de formação educacional para os jovens foram suspensos (como o Programa ProJovem Urbano²⁷) e os recursos destinados ao ensino superior foram reduzidos, conforme se constata na Nota Técnica (NT) nº 02/2017 do Ministério da Educação (MEC). Além disso, as oportunidades de emprego são escassas.

Conforme dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), quase dois terços da população jovem dos países em desenvolvimento estavam desempregados, em empregados informais, inativos ou mesmo sem estudar (OIT, 2013). De forma semelhante estavam os jovens dos países desenvolvidos, que também se encontravam em situação de vulnerabilidade. Entre os países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a cada seis jovens, um estava desempregado, não estava estudando ou se qualificando (OIT, 2013).

No Estado brasileiro não é diferente. Conforme os dados da Pesquisa Agenda Juventude Brasil 2013 (SNJ, 2013), apesar de 74% dos (as) jovens de 15 a 29 anos serem considerados como População Economicamente Ativa (PEA), apenas 53% trabalhavam enquanto que 21% estavam desempregados (as). A proporção dos que simultaneamente estudavam e trabalham era de 22%, enquanto os chamados nem-nem (que não trabalhavam, não estudavam e não procuravam emprego) correspondia a 23%. Quanto à jornada de trabalho, quase a metade cumpria mais de 40h semanais, sendo que apenas 16%

²⁷ O ProJovem foi instituído pela Medida Provisória nº 238, de 1º de fevereiro de 2005, no âmbito da Secretaria-Geral da Presidência da República, que coordenou uma ação integrada com os Ministérios da Educação, do Trabalho e Emprego, e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Programa, destinado a jovens de 18 a 29 anos, tinha o fim específico de “executar ações integradas que propiciem aos jovens brasileiros, na forma de curso, elevação do grau de escolaridade visando à conclusão do Ensino Fundamental, qualificação profissional voltada a estimular a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local.” No entanto, o programa foi suspenso pelo governo Michel Temer, em meados de 2016, não tendo previsão para nova edição.

tem uma jornada de meio período, como recomenda a Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude.

A PNAD Contínua (IBGE, 2017)²⁸ identificou, no trimestre de setembro-outubro-novembro de 2017, um alto percentual de desempregados, cuja taxa de desocupação da população é de (12,2%), referente a mais de 12,6 milhões de brasileiros e brasileiras. Além dos jovens desempregados, há aqueles que não estão investindo em sua formação educacional ou no mercado de trabalho. A taxa destes também aumentou, segundo a Síntese de Indicadores Sociais 2017²⁹, passou de 24% em 2015, para 25,8%, em 2016, o que significou um acréscimo de 1,4 milhão de jovens na condição dos que “nem estudam, nem trabalham”.

Destaca-se que as mudanças recentes no mundo do trabalho permeiam a vida da população, gerando, além do desemprego, formas específicas de vínculos empregatícios que não correspondem ao acesso com dignidade humana por meio do direito ao trabalho e da renda. Esse fenômeno tem afetado todos os segmentos, sendo o juvenil o mais atingido em razão de suas particularidades, entre as quais a inexperiência.

Além disso, ser jovem pobre na Região Norte tem outras implicações existenciais. O acesso à educação superior nesta Região é limitado, se comparado com as demais Regiões, uma vez que existem poucas universidades públicas. No estado do Tocantins, por exemplo, há apenas duas universidades públicas a UFT e a UNITINS, além do Instituto Federal. As universidades públicas não conseguem atender à demanda. Muitos ficam de fora dela, principalmente os jovens de classes populares, oriundos das escolas públicas, que mesmo havendo a reserva de vaga por cota³⁰, por meio da Lei 12.711/12, para esse perfil de estudantes, ainda não consegue suprir de forma equitativa.

²⁸ Informação disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/20150-pnad-continua-taxa-de-desocupacao-e-de-12-2-no-trimestre-encerrado-em-janeiro.html>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

²⁹ A Síntese de Indicadores Sociais é uma pesquisa feita pelo IBGE desde 1998. Nessa edição utilizou-se pela primeira vez dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) Contínua, a pesquisa nacional de mercado de trabalho do instituto, que começou a ter dados coletados a partir de 2012. O objetivo da Síntese é cruzar dados do IBGE para traçar um perfil das condições de vida da população. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?=&t=o-que-e>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

³⁰ A Lei 12.711/2012, de 29 de agosto de 2012, dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. A referida lei permite o acesso por meio de cotas a estudantes oriundos de escolas públicas. Por meio dela muitos jovens pobres ingressam às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), embora ainda haja uma grande parte deles que não conseguem o acesso.

Neste sentido, os jovens vivem momentos de incertezas em relação ao futuro. Conforme Antunes (2005), há uma tendência no mundo do trabalho de

crescente exclusão dos jovens que atingem a idade de ingresso no mercado de trabalho e que, sem perspectiva de emprego acabam muitas vezes engrossando as fileiras dos trabalhos precários, dos desempregados, sem perspectivas de trabalho (ANTUNES, 2005, p. 78).

Para SACHS (2003), mesmo que haja melhora e crescimento nos índices de trabalho e educação do jovem, ainda não são suficientes para se falar em desenvolvimento, pois o “crescimento, mesmo forte, pode gerar também retrocessos sociais. Portanto, a análise do desenvolvimento exige critérios qualitativos ao lado de indicadores quantitativos” (SACHS, 2003, p. 23).

O autor acrescenta ainda que a formação sociopolítica e econômica da sociedade brasileira é definida pela dualidade de acesso aos bens e aos serviços produzidos socialmente, em que apenas um terço da população tem oportunidade a tais instrumentos, enquanto a maioria é desprovida deles. Na perspectiva do autor, o fato de a economia brasileira ter alcançado o *ranking* de 14ª economia mundial (de riqueza) aprofunda ainda mais a desigualdade social, evidenciada pela pobreza e exclusão social em que se encontra a maioria da população, sobretudo, o segmento juvenil.

Quanto aos demais segmentos populacionais brasileiros, o número de jovens é o mais significativo. “A população jovem (entre 15 e 24 anos) cresceu de forma expressiva nas últimas décadas: de 8,3 milhões em 1940 passou para cerca de 34,1 milhões em 2000” (SPOSITO, 2003, p. 11). E atualmente conta com mais de 51,3 milhões, segundo o IBGE (2010).

Embora se constitua um segmento populacional expressivo, somente na última década foi que se iniciou um processo de reconhecimento e atendimento político das demandas da juventude. Mesmo porque, desde o início o que funda a concepção desse sistema de proteção social “[...] é seu estreito vínculo com o mundo do trabalho, vale dizer, com aqueles segmentos sociais já inseridos na sociedade” (CONH, 2004, p. 161).

Diante desse cenário, torna-se ainda mais importante a avaliação de programas, projetos e ações. “De certo modo, espera-se que as capacitações também permitam ao jovem a preparação para algum tipo de inserção futura no mercado de trabalho” (SPOSITO; CARRACHANO, 2005, p. 150).

Para os autores, há certa dificuldade de se associar o debate sobre políticas públicas a questões técnicas como falta de espaços e equipamentos para a cultura e lazer, as péssimas condições de ensino das escolas públicas, a violência, dentre outras problemáticas que afligem o segmento juvenil. Para Gomes (2001), em razão de a sociedade brasileira ser marcada pela cruel desigualdade social, a avaliação das políticas sociais deveria ser pautada na perspectiva de cidadania e da democracia, na direção do enfrentamento e da superação dos desafios historicamente apresentados.

Para Novaes (2003, p. 141), é preciso garantir a universalização de acessos e lidar com a diversidade sem cair na fragmentação. O autor coloca os elaboradores de políticas para as juventudes devem lembrar que a pobreza e as desigualdades sociais são recíprocas entre si, sendo resultados de dinâmicas sociais específicas. Desta forma, o desenho de políticas públicas para as juventudes brasileiras deve universalizar os direitos e acessos sem reproduzir desigualdades.

Nesta mesma linha de raciocínio, Sposito e Corrochano (2005) destacam que

[...] essas práticas, apesar de um discurso de engajamento e de promoção da participação, podem acentuar mecanismos perversos de reprodução de uma base humana e material precária nos programas sociais, reiterando a ideia de que não é preciso oferecer muito aos pobres (p. 161).

Entre as buscas juvenis, a educação e o trabalho são as primordiais. Conforme Perondi (2010), isso se deve ao fato de que com a modernidade, o trabalho e a educação passaram a ser os principais eixos de entrada na vida social, especialmente pelo processo de industrialização. O trabalho, a educação e a saúde constituem os indicadores que definem os parâmetros do Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ)³¹; é também a preocupação dos (as) próprios (as) jovens com a temática do trabalho³².

³¹ O Índice de Desenvolvimento Juvenil (IDJ), o qual é baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), tem a função de avaliar a situação dos (as) jovens, além de servir para monitorar os avanços e as prioridades para este segmento social. Os dados do IDJ do Brasil estão disponíveis no Relatório de Desenvolvimento Juvenil, sob a responsabilidade da Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana (RITLA), do Instituto Sangari e do Ministério da Ciência e da Tecnologia (MCT) (WAISELFISZ, 2007).

³² A preocupação das juventudes com essas temáticas pode ser conferida no Projeto Juventude, que em pesquisa, conseguiu identificar que educação e o emprego estão entre as principais questões que mais interessam o segmento. O Projeto Juventude foi criado pelo Instituto da Cidadania, entre 2003 e 2004, com o objetivo de inserir a juventude na agenda política do país. A pesquisa intitulada “Perfil da juventude brasileira”, realizada pelo projeto constituiu uma amplitude de informações sobre os (as) jovens de 15 a 24 anos do país, cujos dados e análises da pesquisa foram divulgados em duas obras: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2005 e NOVAES, R.; VANNUCHI, P. (Orgs.). Juventude e sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004. Para mais informações consultar o site: <<http://www.projetojuventude.org.br>>. Acesso em: 18 jan. 2018.

Desta forma, o trabalho é eixo fundamental da sociabilidade humana, portanto, uma categoria ontológica. Conforme, Castel (1998) e Dejours (1993) o trabalho é o eixo de pertencimento da pessoa à sociedade moderna, sendo instrumento primordial na construção da identidade, sendo por “[...] meio do trabalho, (que) o sujeito envolve-se nas relações sociais, para onde ele transfere as questões herdadas de seu passado e de sua história afetiva” (DEJOURS, 1993, s/p).

Nesta perspectiva, o ingresso das juventudes no mundo do trabalho por meio do emprego constitui um marco da produção de identidades e de reconhecimento de si. Na sociedade atual as pessoas são reconhecidas pelo *status* social que ocupam, o que define seu lugar social no mundo do trabalho. Assim, ter ou não experiência no mercado de trabalho constitui marco na formação identitária dos jovens (BAJOIT; FRANSSEN, 1997).

Conforme Aschidamini; Cristiano; Perondi (2014, p. 54),

o trabalho também foi sacralizado, perpassando o modo de vida dos participantes sociais e suas formas de compreender e se relacionar com o mundo. Na contemporaneidade, o trabalho é cada vez mais central na vida das pessoas. A falta dele é associada à indignidade, vergonha, humilhação.

É nesta perspectiva que os jovens estão em busca de trabalho, como meio de reconhecimento de seu lugar na sociedade. Entretanto, muitos jovens não têm acesso a uma formação educacional adequada, o que dificulta o alcance de um trabalho digno. Além disso, também não há vagas no mercado de trabalho para todos, o que leva muitos jovens a se inserir na informalidade e a ter empregos precários. Neste sentido, evidenciam-se dificuldades dos jovens em acessar o mercado de trabalho e, mesmo quando o conseguem, acabam atuando em subempregos, com condições inadequadas de trabalho e baixos salários.

Na pesquisa de Aschidamini; Cristiano & Perondi (2014) “Trabalho: um demarcador geracional para os jovens universitários”, que buscava compreender a concepção dos jovens sobre trabalho, os autores destacam que há uma mudança no ideal de trabalho buscado pelas juventudes entre a época moderna e a contemporaneidade:

Na modernidade a busca era por estabilidade, remuneração e direitos trabalhistas (...) a busca (atual) é por valorização, bem-estar, desenvolvimento das capacidades, possibilidade de mudar o que já existe e de ser feliz através do trabalho. Suas idealizações se referem a projetos individuais (ASCHIDAMINI; CRISTIANO & PERONDI, 2014, p. 62).

Para os autores, um dos fatores que certamente contribui para essa compreensão positiva do trabalho dos jovens universitários é a possibilidade de ascensão/mobilidade social por meio do curso superior, que seria o caminho para inserção no campo de trabalho. No entanto, diante da conjuntura político econômica em que se encontra o país, as perspectivas de futuro mudaram, afetando inclusive os jovens com curso de graduação superior. Diante disso, as juventudes vivem um momento de incerteza sobre o futuro. Ter um curso superior não garante mais um bom trabalho, tampouco a empregabilidade.

Na perspectiva dos autores, isso pode causar uma dupla frustração: salarial e profissional, diante da incerteza que se tem. Por um lado, a frustração em relação às expectativas salariais em razão do desemprego ou de ocupações salariais precárias. Por outro, grande parte dos jovens empregados inseridos em estatutos salariais estáveis, que não podem ser considerados precários, mas com frustração de expectativas no plano da formação profissional devido a um distanciamento entre o conteúdo do trabalho e seus anseios de realização profissional (ASCHIDAMINI; CRISTIANO; PERONDI, 2014).

Contudo, destaca-se que para além da integração com o mundo do trabalho, a educação deve incorporar elementos inseridos no âmbito das relações sociais na perspectiva da promoção da equidade, da igualdade do combate à violência contra o jovem e da cidadania. Neste contexto, aponta-se para a perspectiva de formação de um trabalhador capaz de compreender a realidade e ultrapassar os obstáculos que ela representa; de pensar e agir em prol das transformações econômicas, culturais e sociais imprescindíveis para a construção de um país menos desigual e mais justo.

As juventudes brasileiras são trabalhadoras, conforme a OIT³³. As taxas de participação destas no mercado de trabalho são elevadas, assim como é elevada também a parcela daqueles que buscam conciliar estudo e trabalho ou que trilham entre uma situação e outra. Essa categoria social é maioria quando se trata da PEA, sendo impulsionadora do desenvolvimento. Assim, considerando que esta pesquisa se insere num programa de desenvolvimento regional e que as juventudes, tema central nesta pesquisa, são suas maiores impulsionadoras, busca-se neste tópico contextualizá-las.

O Brasil é um país em desenvolvimento³⁴ e isto significa que grande parte de sua população ainda vive em profundas desigualdades, não tendo acesso aos instrumentos

³³ Informação disponível em: <<http://www.oitbrasil.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

³⁴ O conceito de desenvolvimento é muito amplo. Existem diversas formas e entendimentos a respeito, porém nesta pesquisa o foco principal é no desenvolvimento humano, aquele que traduz melhora das condições de vida de determinada sociedade.

necessários para uma vida digna. Para Furtado (1964), o desenvolvimento econômico de um país compreende um processo de mudança no social, no qual as necessidades humanas sejam supridas por meio do sistema produtivo, ocasionado pelas inovações tecnológicas.

Nessa mesma perspectiva, Oliveira (2010) define o desenvolvimento como um conjunto de mudanças nas áreas econômicas e políticas, mas principalmente no âmbito humano e social. Para o autor, os frutos do desenvolvimento devem ser convertidos em benefícios para a sociedade, com vistas a satisfazer as diversas necessidades básicas como ter acesso à saúde, educação, habitação, transporte, alimentação, lazer, entre outros instrumentos necessários para se alcançar uma vida mais digna.

Vale destacar, contudo, que até recentemente a compreensão acerca do desenvolvimento econômico era limitada à análise apenas do crescimento econômico, representado pelo Produto Interno Bruto (PIB)³⁵ *per capita*³⁶, pela renda *per capita* e pela industrialização, consistindo numa abordagem que não levava em conta o bem-estar social, importava apenas o quantitativo de produção. Contudo, essa ideia vem sendo mudada, com vistas a ter um olhar mais humanitário.

Para Milone (1998), deve-se considerar, na trajetória das discussões sobre o processo de desenvolvimento, a presença da visão positiva de crescimento econômico, no qual se considerem além dos indicadores de renda, renda *per capita*, PIB e PIB *per capita*, a amenização dos níveis de pobreza, desemprego e desigualdade e a melhora dos índices de saúde, nutrição, educação, moradia e transporte.

No entanto, com o surgimento do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)³⁷ pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)³⁸, passou-se a considerar o bem-estar da população e, conseqüentemente, a se pensar que o processo de

³⁵ Entende-se por PIB o somatório de todos os bens e serviços finais produzidos em uma economia, em determinado período de tempo.

³⁶ O termo *per capita* representa a soma da variável em questão dividida pela população.

³⁷ O termo IDH surgiu na década de 1990, a partir de teorias dos economistas Mahbub Ul Haq (paquistanês) e Amartya Sen (indiano). O índice surgiu como uma nova forma de se analisar o desenvolvimento, opondo-se ao trivial uso do PIB dos países. O IDH leva em conta três dimensões: a riqueza, a educação e a esperança média de vida das pessoas. Assim, enquanto o PIB considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, o IDH tende a ampliar a visão acerca, porém não se esgota nele, pois considera o bem-estar social. Para mais informações consultar: <<http://www.br.undp.org>>._ Acesso em: 18 abr. 2017.

³⁸ O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento realiza diversos projetos em diferentes áreas, com apoio técnico, operacional e gerencial, por meio de acesso a metodologias, conhecimentos, consultoria especializada e ampla rede de cooperação técnica internacional. O PNUD tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento humano, o combate à pobreza e o crescimento do país nas áreas prioritárias. Desta forma, buscar alinhar seus serviços às necessidades de um país dinâmico, multifacetado e diversificado. Os projetos são realizados em parceria com o Governo Brasileiro, instituições financeiras internacionais, setor privado e sociedade civil. Disponível em: <<http://www.br.undp.org>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

desenvolvimento deveria trazer benefícios para as pessoas. Assim, o IDH define o nível de desenvolvimento dos países. Os países desenvolvidos são aqueles que apresentam o IDH elevado, enquanto os países em desenvolvimento apresentam índices mais baixos.

Desta forma, torna-se importante pensar o desenvolvimento em termos sociais, como sugere Sachs (2004, p. 26): “em termos sociais, deve-se promover a homogeneização da sociedade, reduzindo as distâncias sociais que separam as diferentes camadas da população”.

Entretanto, no Brasil o desenvolvimento não ocorre de forma linear, mas de modo desigual. Muitas pessoas não têm acesso aos instrumentos necessários à cidadania e a uma vida digna. Os jovens, objeto de estudo desta pesquisa, são um dos segmentos sociais que enfrenta mais desafios para o alcance da cidadania. Em crises econômicas como a que o Brasil enfrenta atualmente, é comum que os jovens sejam os primeiros a perder os postos de trabalho e a engrossar as estatísticas do desemprego. Não existem políticas públicas de juventude que sejam suficientes e eficazes para dar conta da diversidade das juventudes brasileira e do seu contingente populacional distribuído entre as regiões.

Mesmo com os avanços nas políticas para as juventudes que aconteceram entre os anos 2003 e 2016 quando o presidente Lula e a presidenta Dilma³⁹ Rousseff estiveram à frente da gestão do país, a institucionalização das questões da juventude não atingiu a transversalização desejada na máquina estatal para garantir uma abrangência mais ampla de atuação. Se observarmos os problemas vivenciados pela juventude em sua diversidade e fazendo um recorte de raça, por exemplo, iremos notar que a juventude negra é a que mais morre no país e também a que está em maior quantitativo no sistema penitenciário brasileiro.

Conforme o Mapa da Violência (2015), no ano de 2012 morreram 73% mais negros que brancos no país, destacando, assim, a desigualdade racial no número de mortes em razão de homicídios. Enquanto entre os brancos os índices diminuíram 24, 8%, entre os

³⁹ Dilma Rousseff foi a primeira mulher a ser presidenta do Brasil. Ela tomou posse pela primeira vez no dia 1º de janeiro de 2011, dando continuidade ao governo de seu antecessor, Lula. Durante seu governo, o país conseguiu atingir marcas históricas, como ser um dos 5 países com maior volume de obras em andamento e um dos com menor índice de desemprego. Promoveu o Brasil sem Miséria, o maior programa social do mundo, do qual o Bolsa Família e o Mais Médicos fazem parte. Com isso, conseguiu que mais de 36 milhões de Brasileiros superassem a pobreza, fazendo a economia do país crescer com melhor distribuição de renda e a inflação controlada. Graças ao sucesso do primeiro mandato, Dilma foi reeleita, em 2014, pelos votos de mais de 54 milhões de brasileiros e brasileiras. Assim, em 1º de janeiro de 2015, ela reassumiu o cargo de presidenta do Brasil. Desta forma, o país caminhou rumo à ampliação do acesso da população à educação para tornar-se, definitivamente, a "Pátria Educadora". Contudo, foi afastada do cargo em 2016, por impedimento. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/nossa-historia/>>. Acesso em: 15 jun. 2017.

negros aumentaram 38,7%. Enquanto a taxa de homicídios dos brancos era de 21,7 por 100 mil brancos, a dos negros era de 37,5 por 100 mil negros. Desta forma, em 2002, morreram 73% mais negros que brancos. Em 2012, esse índice subiu para 146,5. A vitimização negra, no período de 2002 a 2012, mais que duplicou: 100,7%.

Além disso, conforme se evidencia no Mapa do Encarceramento (2015), o índice de vitimização de jovens negros por 100 mil habitantes era de 79,9, em 2002. Em 2012 sobe para 168,6: para cada branco assassinado, morrem 2,7 jovens negros. Em relação aos encarcerados, em 2012, para cada grupo de 100 mil brancos, maior de 18 anos, haviam 191 encarcerados, enquanto para cada 100 mil habitantes negros acima de 18 anos, haviam 292 negros encarcerados. Assim, o encarceramento de negros foi 1,5 vez maior que o de brancos. Isso mostra que os negros estão mais suscetíveis ao homicídio, assim como ao encarceramento e que a desigualdade aumentou nos últimos dois anos.

No que se refere ao mercado de trabalho para os jovens negros, evidenciam-se bastantes desigualdades. Conforme dados do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (DIEESE)/ Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), a taxa média de desemprego dos negros, em 2010, foi de 14%, ante 10,9% dos não negros. Dentre os ocupados, 7,4% eram trabalhadores domésticos. Essa proporção é de 10,8% entre os negros e de 5,7% entre os demais grupos. A proporção de negros também é maior na construção civil, no que se refere aos serviços braçais (8,8% do total de ocupados negros, ante 5% entre os demais), o que mostra que os empregos mais precários e de mais baixo prestígio social são ocupados por negros.

Ao se comparar remuneração e grau de escolaridade dos jovens negros trabalhadores com os brancos, estes últimos são mais bem remunerados e têm mais oportunidades. Para Paixão (2012), esse fato explica-se pela situação de discriminação racial, que reflete em outras esferas da vida do trabalhador negro, resultando em processo de trocas desiguais com os brancos. Para o autor, embora tenha ocorrido mudança nos rendimentos por cor/raça nos últimos anos, não mudou essencialmente o modo em que os diferentes contingentes chegam ao mercado de trabalho. Desta forma, continua com maior probabilidade de uma pessoa de pele clara ter acesso aos postos mais prestigiados, o contrário ocorrendo com as pessoas de pele escura.

Os dados evidenciam que a entrada dos jovens no mercado de trabalho é fortemente marcada pelas desigualdades sociais. Isso porque o trabalho é mais intenso entre os jovens das famílias mais pobres, sendo muitas vezes exercido fora das condições protegidas por

lei, isto é, em desacordo com as normas da Cartilha do Trabalho Decente. Os jovens de baixa renda são os mais afetados pelo desemprego e piores condições de trabalho, muitas vezes sem completar o ensino fundamental (OIT, 2013).

Desta forma, considerando a necessidade de se superar o ciclo de desigualdades existentes entre os jovens, é fundamental tecer estratégias com vistas a promover a emancipação⁴⁰ destes, uma vez que a realidade social brasileira estaria com seu comprometimento limitado, uma vez que, negando o acesso à educação e ao trabalho a milhões de jovens, estaria fadado ao fracasso da cidadania.

1.2 Ensino Superior: o acesso com justiça social

Pensar o desenvolvimento⁴¹ social e econômico de um país significa pensar também seu capital humano, engloba ainda vislumbrar como as juventudes estão inseridas no processo. Neste sentido, indaga-se sobre a distribuição de bens e serviços às pessoas e se isto ocorre de forma justa e equitativa.

Para fundamentar essa questão, a teoria de Sen (2010) sobre o desenvolvimento como liberdade mostra-se oportuna, uma vez que converge com os objetivos desta pesquisa que é analisar as expectativas das juventudes beneficiárias do Programa Auxílio Permanência UFT sobre as categorias educação e trabalho.

O desenvolvimento tem de estar relacionado, sobretudo, com a melhora da vida que levamos e das liberdades que desfrutamos. Expandir as liberdades que temos razão para valorizar não só torna nossa vida mais rica e mais desimpedida, mas também permite que sejamos seres sociais mais completos, pondo em prática nossas volições, interagindo no mundo em que vivemos e influenciando esse mundo (SEN, 2010, p. 29).

O acesso à educação constitui uma forma de liberdade individual capaz de promover o desenvolvimento humano. “Ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, questões centrais para o processo de desenvolvimento” (SEN, 2010, p. 33). No entanto, para os jovens pobres ter um curso superior significa ter chances de mobilidade social, sair da condição de

⁴⁰ A emancipação dos jovens mencionada trata das condições de liberdade e de inclusão dos jovens na vida em sociedade. Difere-se, portanto, da emancipação prevista pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil.

⁴¹ Por Desenvolvimento Regional entende-se não apenas o crescimento econômico, mas o crescimento econômico associado à qualidade de vida da população. Ver: Furtado (1964), Sem (2010), Oliveira (2010).

vulnerável. O acesso à educação permite que as pessoas tenham clareza de seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, podendo reclamá-los quando lhes forem negados.

Neste contexto, discutir a importância da formação educacional para as juventudes parece algo *démodé*, porém, é por meio dela que se concebe uma sociedade mais justa e igualitária, compreendendo uma das questões principais do desenvolvimento humano (SEN, 2010).

Corroborando com Sen (2010), a teoria de John Rawls (2008)⁴² é pertinente na discussão sobre a oferta do ensino superior com justiça social e equidade. Ela contribui para um melhor entendimento das reais configurações das políticas de assistência estudantil nas universidades públicas brasileiras, uma vez que a justiça é comparada à equidade. Assim a proposta de discutir a permanência de jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica na universidade, por meio do PAP, buscando compreender suas expectativas, vem colaborar com a noção de justiça social almejada pela população brasileira.

Nessa concepção, para se alcançar uma sociedade justa é necessário que todos tenham igualdade de oportunidades e que os benefícios sejam distribuídos a todas as pessoas, inclusive àquelas com menos privilégios socioeconômicos. Esse pode ser um caminho para se alcançar o ideal do que é justo para todas as pessoas.

Assim, segundo Rawls (2008), os indivíduos estão, em sentido figurado, numa posição original, na qual os representantes da sociedade a ser estruturada não saberiam seu lugar na sociedade, desconhecendo, pois, sua situação social, econômica. Rawls (1997) sugere que, como seres racionais, tendemos a escolher os princípios que mais nos beneficiem em quaisquer situações de contingências. O véu da ignorância⁴³ impediria, nesse contexto, o favorecimento.

Para tanto, o autor formula a concepção de dois princípios da justiça que permitam, de forma equitativa, a sua eleição pela sociedade: “1) uma redução da liberdade deve fortalecer o sistema total das liberdades partilhadas por todos; 2) uma desigualdade de oportunidades deve aumentar as oportunidades daqueles que têm uma oportunidade menor” (RAWLS, 2008, p. 73). Passada essa fase inicial da escolha dos princípios de

⁴² Escritor norte-americano, John Rawls, em sua obra “Uma Teoria da Justiça” propõe, por meio de um contrato social, uma nova forma de organização social que seja justa e resulte numa estrutura básica da sociedade pautada no bem-estar dos indivíduos, com vistas a garantir seus direitos individuais, ou seja, a equidade. Sua obra é uma resposta a uma das teorias filosóficas mais aceitas até então, o utilitarismo.

⁴³ Por véu da ignorância entende-se como uma forma metafórica do impedimento contra o uso de interesses tendenciosos na definição dos princípios da justiça.

justiça é que seriam elaboradas as leis para reger a sociedade. Desta forma, o véu da ignorância seria um meio de garantir a equidade dessa escolha, uma vez que os indivíduos não teriam como desviar as regras em prol de interesses/benefícios próprios.

Na posição original de Rawls, um acordo é considerado justo e equitativo quando alcança dois princípios ao quais são basilares da teoria rawlsiana:

Primeiro: cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para as outras pessoas; Segundo: as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto (a) se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefícios de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos (RAWLS, 2008, p. 73).

Esses princípios regeriam as estruturas básicas da sociedade e a forma como as instituições distribuiriam direitos e obrigações entre os cidadãos, de modo que não se aceitariam vantagens materiais se infringissem direitos fundamentais, uma vez que a justiça deve ser enxergada num plano institucional, pois ela é quem beneficia ou prejudica as pessoas. Assim, constitui-se uma justiça distributiva por meio do qual todas as ações devem-se basear primando sempre pelo bom senso na determinação dos seus resultados.

Nessa perspectiva, a teoria de John Rawls visa suavizar as diferenças entre as pessoas por meio de ações que propiciem aos menos privilegiados a oportunidade de inclusão aos espaços sociais que lhes são de direito. Deste mesmo modo, a concepção do autor é pertinente para o estudo das políticas de assistência estudantil, uma vez que vislumbra como tais políticas podem garantir, por meio do princípio da equidade, a permanência dos jovens na universidade.

Em suma, a justiça é a primeira das virtudes, pois dela emanam direitos e deveres formadores do tecido social. Instalada e efetivada na estrutura básica da sociedade, ela é imprescindível para se assegurar as liberdades equitativas dos cidadãos. Além disso, ela vislumbra a igualdade quanto ao acesso e permanência dos jovens oriundos da classe trabalhadora na universidade, lugar que desde sempre deveriam ocupar.

Em sintonia com Rawls, Nancy Fraser⁴⁴ (2008) compreende que para haver justiça social, faz-se necessária tanto a redistribuição de bens e riquezas sociais, como o

⁴⁴ Nancy Fraser, uma das mais célebres pensadoras norte-americanas, busca unir as diferentes frentes de luta social. Nas suas discussões em defesa de uma justiça social, ela está entre as vozes mais evidentes. Desde o final dos anos 1980 ela tem-se empenhado na busca teórica de uma concepção de justiça que fuja desse padrão de igualdade social e diferença cultural, indo além das preocupações oriundas dessa tensão. Nessa busca, a autora apontou, por volta dos anos de 1990, uma lacuna entre as políticas econômicas de

reconhecimento valorativo-cultural das diferenças, de modo a favorecer igualmente a todos. A autora destaca que, “superar la injusticia significa dismantelar lós obstáculos institucionalizados que impiden a algunos participar a la par con otros, como socios con pleno derecho en la interacción social” (FRASER, 2008, p. 39). Isto se torna muito coerente no caso brasileiro, em que as oportunidades sociais são negadas a muitos jovens, havendo, portanto, a necessidade de reparo mediante políticas públicas.

Nesse sentido, Amartya Sen (1995) sustenta que as “sistemáticas disparidades nas liberdades que homens e mulheres gozam em diferentes sociedades (...) são frequentemente não redutíveis a diferenças em renda ou recursos” (SEN, 1995, p. 122).

No entanto, a justiça social é alcançada quando os cidadãos dispõem de acesso aos instrumentos necessários para o alcance da cidadania. A conquista desta envolve muitas questões, entre elas ter acesso à escolaridade e oportunidade de trabalho. A cidadania se completa quando as pessoas têm também acesso à educação.

Milton Santos, em *O Espaço do Cidadão* nos mostra como a cidadania brasileira ainda é algo a se alcançar. Para o autor, no contexto de redemocratização brasileira, a cidadania precisa ser conquistada socialmente. O espaço do cidadão precisa ser democraticamente redistribuído, o que favoreceria o alcance de uma justiça social. Assim, numa democracia verdadeira, é o modelo econômico que se subordina ao modelo cívico (SANTOS, 2014). O espaço aqui não se limita ao espaço físico, mas abrange o lugar social em que se inserem as pessoas.

Nesta perspectiva, socializar a informação, a educação e o espaço são passos para se alcançar a cidadania. Amenizar as desigualdades sociais é uma prática de democracia e conquista permanente da cidadania. Do mesmo modo, o trabalho também exerce uma função importante nessa discussão, pois, propicia o acesso a condições dignas de vida. Com base nesta perspectiva teórica, busca-se evidenciar como as políticas de assistência estudantil têm contribuído para a equidade no ensino superior, conforme será discutido nos capítulos a seguir.

redistribuição e as políticas culturais de reconhecimento e apresentou as possíveis alternativas para superar esse problema partindo de uma concepção com duas dimensões de justiça. Vale destacar que essas problemáticas surgiram na era pós-socialista, quando da retomada do liberalismo econômico. Desde então, o capitalismo globalizante vem pouco a pouco mercantilizando as relações sociais e aumentando o abismo entre ricos e pobres, como se evidencia nos *Human Development Reports*, publicados anualmente pela Organização das Nações Unidas (ONU) desde o início dos anos 1990.

2. DA TRAJETÓRIA DAS POLÍTICAS DE ENSINO SUPERIOR

O Ensino Superior tem papel relevante na transformação da sociedade e ampliação das liberdades fundamentais (SEN, 2010), inclusive na posição do país perante o cenário internacional, cujos índices educacionais contribuem para caracterizarem-no quanto ao nível de desenvolvimento. Além disso, o ES é reconhecido internacionalmente como elemento fundamental para o desenvolvimento humano, o qual é definido como um bem público (UNESCO, 2009, p. 112).

No Brasil, esta modalidade de ensino é assegurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (CF)⁴⁵ de 1988, que a compreende como

[...] um direito de todos e dever do Estado e da família devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 2016, art. 205, p. 123).

Destaca-se que a história da educação superior no Brasil foi marcada por uma divisão social, apenas a elite tinha acesso a esta forma de ensino nos seus primórdios. O acesso dos jovens pobres, filhos da classe trabalhadora, à universidade foi sendo consolidado paulatinamente, mediante reivindicações da sociedade civil e dos movimentos sociais, sobretudo dos estudantis. Desta forma, esse tema tem sido amplamente debatido nas últimas décadas, no meio científico (GAZOTTO, 2014; LOPES, 2015; PINTO, 2015; MACHADO, 2015).

De forma semelhante, as políticas voltadas à permanência no ES também objeto alvo de discussões, como mostram os autores Alves (2010); Silva (2012); Nunes (2013); Lopes (2015); Morbeck (2016); e Queiroz (2016) . Nessas pesquisas, fica evidente quão relevante é o papel das políticas públicas educacionais na superação das desigualdades sociais e regionais que permeiam o país.

No cenário de reestruturação do ES, com os diversos programas de expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e ampliação das vagas, espera-se que as políticas de permanência oportunizem o êxito dos estudantes de origem populares na

⁴⁵BRASIL. [Constituição (1988)] Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos Decretos 01 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos Decretos 01/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br>>. Acesso em: 12 jan. 2017.

universidade, uma vez que muitos não dispõem de recursos econômicos que lhes permitam a conclusão do curso de graduação.

Embora a ampliação de vagas no ES tenha favorecido o ingresso de muitos estudantes à universidade pública, o percentual juvenil que acessa esse nível de ensino ainda é muito baixo, dado o contingente de jovens no país.

Em 2013 foram aproximadamente 1,8 milhão de alunos matriculados⁴⁶ no ES na rede pública. Em 2016, nessa modalidade foram mais de 1,9 milhão de matriculados, o que representa um percentual de 24,7% do total⁴⁷, este expressivo aumento torna clara a necessidade de mais investimento em políticas que visem tanto garantir a inclusão dos que não alcançaram um curso superior, quanto favorecer a permanência dos que já ingressaram. Esse é o grande desafio, uma vez que o índice de evasão nessa modalidade de ensino é elevado:

Em 2013 a taxa de evasão dos cursos presenciais da rede privada no Brasil atingiu o índice de 27,4% e 17,8% na pública. Nos cursos de Educação a Distância (EaD), no mesmo ano, o índice chegou a 29,2% na rede privada e 25,6% na pública (SEMESP, 2015, p. 12).

Destaca-se que são várias as compreensões sobre o conceito de evasão, entre os principais estão: cancelamento de vínculos, trancamento parcial, trancamento total, transferência interna, transferência externa, licenças diversas, desistência e jubilação.

Na UFT, segundo Koelln & Medeiros (2016), “não há diferença quanto à evasão, uma vez que este fenômeno provoca prejuízos de ordem econômica e social, e ainda dificulta o desenvolvimento local” (p. 14) Os prejuízos ocasionados pela evasão impedem o alcance das metas definidas pelo PNE 2014 – 2024, uma vez que geram desperdícios com investimento em alunos, dos quais não se obtém o retorno social esperado.

⁴⁶ Conforme o Mapa da Educação Superior (2015), no período de 2000 a 2013, as matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas no Brasil cresceram 129%. No ano de 2013, tiveram aumento de 3,8%. Os cursos tecnológicos de nível superior, de 2009 a 2013, tiveram um aumento de 26,4%, tendo em 2013, um crescimento de 2,2% (1,2% na rede privada e 6,2% na pública). O mapa mostra também que 18,5% dos 49 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada têm nível superior completo e que o maior contingente desses trabalhadores, 45,2%, tem formação apenas no ensino médio (BRASIL, 2015, p. 9). No ano anterior, esse total era de 5,9 milhões de matrículas, das quais 1,7 milhão na rede pública e 4,2 milhões em IES privadas, o que mostra um crescimento de 3,8%, sendo 3,6% na rede de ensino pública e 3,9%, na rede privada (BRASIL, 2015, p. 9).

⁴⁷ Ver Censo da Educação Superior 2016. Notas Estatísticas. Ministério da Educação Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <<http://www.mec.gov.br>>. Acesso em: 22 jan. 2018.

Observa-se ainda que, segundo o MEC, as universidades públicas passam por uma avaliação que visa captar os resultados das políticas e ações adotadas na instituição e esta avaliação é baseada no indicador “Aluno Equivalente” que é utilizado pelo MEC para distribuição dos recursos às IFES. Entretanto, o quantitativo de alunos diplomados nos diversos cursos da instituição constitui o principal instrumento de análise. Desta forma, os dados da evasão influenciam diretamente nesta análise.

Para Lobo *et al* (2007), a evasão compreende um dos principais obstáculos nas instituições de ensino, sendo mais grave no ES. Os autores apontam que os índices de evasão são maiores no primeiro ano da graduação, excedendo de duas a três vezes os dos anos seguintes, o que resulta em perdas sociais, acadêmicas e econômicas, pois os estudantes iniciam e não terminam os cursos, gerando gastos para o setor público que investe nessa modalidade de ensino e não obtém o retorno correspondente. Na perspectiva dos autores, as instituições carecem de “um programa institucional profissionalizado de combate à evasão, com planejamento de ações, acompanhamento de resultados e coleta de experiências bem-sucedidas” (Lobo *et al*, 2007, p. 2).

No estado do Tocantins, os dados de evasão chegaram a 28% nos cursos presenciais de graduação das diversas IFES:

A porcentagem de evasão anual dos cursos presenciais no estado chegou a 28,2% na rede privada e 14% na pública, ficando a mesorregião Oriental do Tocantins com índice de 30,1%, maior do que a do estado (28,2%). Nos cursos a distância (EaD), o índice de evasão anual chegou a 29,1% na rede privada e 13,7% na pública, ficando a mesorregião Oriental do Tocantins com o índice de evasão anual de 30,3%, maior que a do estado (29,1%) (SEMESP, 2016, p. 177).

Quando observamos os dados na UFT, não são diferentes, os índices também são altos. Conforme relatório expedido pela Pró-reitoria de Graduação (Prograd) no sistema SIE⁴⁸, considerando apenas os índices “desistência, jubilados, cancelamento de matrícula e transferência externa”, no ano 2016 foram 728 evasões⁴⁹ nos cursos presenciais de graduação da UFT.

Diante desse diagnóstico, fica evidente a importância da política de assistência estudantil, pois a evasão influencia diretamente no avanço da universidade, uma vez que pode impedir o recebimento de recursos por parte do governo.

⁴⁸ Resultado da pesquisa - Relatório SIE 16.11.03 coletado em 23 out. 2017, expedido pela Prograd.

⁴⁹ Esse dado não representa a totalidade, uma vez que não estão incluídas as modalidades “trancamento total, trancamento parcial e as licenças”, o que certamente aumentaria ainda mais o percentual de evasão na instituição.

2.1 O Percurso da Assistência Estudantil Brasileira

A Assistência Estudantil (AE) é amparada por esta lei: “O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios - I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola (...)” (BRASIL, 2016, art. 206, p. 123). A PAE consiste em uma política educacional, porém com foco específico na oferta de suporte material aos estudantes em situação econômica vulnerável. Em outras palavras, consiste em

um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de cursos de graduação dos estudantes das IFEs, na perspectiva da inclusão social, formação ampliada, produção do conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida (FONAPRACE, 2012, p. 63).

É considerada com uma “política essencial no contexto da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão” (FONAPRACE, 2012, p. 63), uma vez que permite a inclusão dos estudantes de baixa condição econômica, favorecendo a participação destes na vida escolar em condição de igualdade com os demais, ao suprir as necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte.

A PAE percorreu uma trajetória nada linear para chegar a se consolidar como uma política de educação e direito social. Num contexto em que o ES era restrito à elite, a PAE veio legitimar a necessidade de reconhecimento das disparidades sociais que atingem os jovens de origem popular, filhos da classe trabalhadora.

Constituída como um direito social, a assistência estudantil tem a finalidade de promover a paridade de oportunidades entre os estudantes, por meio da oferta de recursos financeiros concedidos aos alunos de baixa renda. Esse mecanismo objetiva favorecer a permanência, um melhor desempenho acadêmico e a redução da evasão escolar, de modo a fortalecer a autonomia dos jovens estudantes. A assistência abrange todo o leque que compõe os direitos humanos, pois visa, por meio de ações, proteger seus segurados, propiciando-lhes melhores condições de vida com alimentação, moradia e transporte, entre outros, de modo que suas ações consolidem a relação do aluno com a escola (QUEIROZ, 2016).

Para Silva (2012), a carência ou existência em más condições de políticas estudantis põe em xeque as condições reais da vida acadêmica, dificultando o alcance ao ensino e o desenvolvimento intelectual. Nesta perspectiva, a assistência supera a esfera institucional e a noção limitada de auxílio como meio de sobrevivência do estudante e

engloba a formação intelectual do aluno. Esse processo de desenvolvimento não cessa nas condições materiais adequadas, mas necessita de todo um suporte cultural como o acesso a revistas, jornais, cinema, teatro e participação em eventos acadêmicos e científicos.

A história da política de assistência estudantil brasileira foi marcada por vários episódios e movimentos sociais, com repercussão não apenas no Brasil, mas no âmbito internacional, os quais contribuíram para implantação e consolidação de uma assistência que atenda aos estudantes de baixa renda nas IFES. Kowalski (2012) divide a história da AE no Brasil em três fases: a primeira inicia-se em 1928, com a criação da Casa do Estudante do Brasil; a segunda é marcada pela criação do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), em 1987; e a terceira fase, que vai de 2007 até os dias atuais, tendo a aprovação da Política Nacional da Assistência Estudantil como marco principal.

Entre os episódios que marcaram o percurso dessa política, o primeiro ocorreu em 1928, na França, quando foi concedido auxílio moradia a um jovem brasileiro, por meio da inauguração de uma Casa do Estudante brasileiro, em Paris. O benefício favorecia jovens brasileiros que iam estudar naquele país e encontravam obstáculos de fixar moradia. O evento aconteceu no governo de Washington Luiz, entretanto os recursos para construção e manutenção da moradia eram repassados pelo governo brasileiro (ARAÚJO, 2007).

No Brasil, o primeiro registro de assistência foi a Casa do Estudante do Brasil⁵⁰, em 1930, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). O benefício tinha como princípios a assistência social aos estudantes e a promoção, difusão e intercâmbio de obras e atividades culturais.

Em 1932, a Casa do Estudante do Brasil⁵¹ recebeu a visita de dois estudantes poloneses, que sugeriram sua filiação à *Confédération Internationale des Étudiants*,

⁵⁰ Em 13 de agosto de 1929, estudantes universitários de diversas escolas superiores do Distrito Federal, juntamente com representantes das escolas Naval e Militar, reuniram-se no Centro Acadêmico Cândido de Oliveira (CACO), da Faculdade Nacional de Direito, e criaram a Casa do Estudante do Brasil, nomeando presidente Ana Amélia Queirós Carneiro de Mendonça e secretário Pascoal Carlos Magno, por meio do Decreto nº 20.559, de 23 de outubro de 1931. Diante disso, o presidente Getúlio Vargas repassou à instituição uma quantia de 730 contos de réis, oriundos de fundos de campanhas populares. Além disso, a entidade dispunha de um auxílio anual concedido pelo Ministério da Educação (MEC). Os estatutos da casa foram criados por uma comissão de estudantes de direito, orientados pelo professor Castro Rebelo. Assim, foram criados os departamentos e serviços internos em favor da classe acadêmica, sendo os estudantes os primeiros diretores da casa.

⁵¹ Em 1942, a Casa do Estudante do Brasil deu início à construção de sua sede⁵¹ própria, no Rio de Janeiro, um edifício de 12 andares, onde vieram a se instalar quase todos os seus serviços e departamentos. Entretanto, no início do século XX, com o crescimento da industrialização e das cidades, os estudantes também aumentaram em número e importância, surge a necessidade de os estudantes se organizarem em prol de direitos. A entidade criou um restaurante, uma residência e um *bureau* de empregos para estudantes, o primeiro serviço de matrículas gratuitas ou com descontos, além de serviço médico gratuito. No que se refere

sediada em Bruxelas, que reunia associação de estudantes de diversos países. Para tanto, a Casa precisava atender alguns requisitos, transformar-se em entidade representativa dos estudantes de todas as escolas superiores do país. Com essa finalidade, a entidade convocou um conselho nacional de estudantes, previsto em seus estatutos, esperando receber dele esse *status*.

Desta forma, nasceu a União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1938, a qual assumiu a representação de que necessitava a Casa do Estudante do Brasil. Porém, as atividades da UNE focavam especialmente nas promoções culturais locais. Esta entidade tem-se, juntamente com outros grupos, manifestado por ações em prol dos estudantes do ES.

Quanto à regulamentação da assistência estudantil pelo Estado brasileiro, esta teve seus primeiros registros com a Reforma Francisco Campos, em 1931, por meio do Decreto nº 19.851/1931- Lei Orgânica do Ensino Superior, de 11 de abril de 1931. Esse dispositivo legal estabeleceu alguns benefícios como bolsa de estudos aos estudantes reconhecidamente pobres, como evidencia o art. 100 §4º:

As medidas de previdência e beneficência serão extensivas aos corpos discentes dos institutos universitários, nelas serão incluídas bolsas de estudo, destinadas a amparar estudantes reconhecidamente pobres, que se recommendem, pela sua aplicação e inteligência, ao auxílio instituído (BRASIL, DECRETO LEI 19.851/1931-REDAÇÃO ORIGINAL).

Com a Constituição de 1934, essa Lei alcança o *status* constitucional e, desta forma, a AE é regulamentada: “Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas” (BRASIL, 1934, art. 157, §2, n.p.).

Contudo, é nas Constituições de 1946 e de 1967, que a educação passa a ser concebida como um direito de todos, e, portanto, a AE torna-se obrigatória em todos os sistemas de ensino. “Cada sistema de ensino terá obrigatoriamente serviços de assistência educacional que assegurem aos alunos necessitados condições de eficiência escolar” (BRASIL, 1946, art. 172, n.p.).

ao intercâmbio, criou um serviço de correspondência escolar nacional e um outro internacional, com a finalidade de criar ligações com estudantes de todo o país, bem como no âmbito internacional, filiado ao Instituto de Cooperação Intelectual da antiga Liga das Nações. No setor cultural, foi pioneira na criação do Teatro do Estudante do Brasil, da Orquestra Sinfônica Universitária, da Livraria-Editora, que surgiu das primitivas feiras de livros, e na edição da revista *Rumo*.

Porém, é a Constituição de 1967 que versa pela primeira vez sobre a igualdade de oportunidade educacional: “a educação é direito de todos e será dada no lar e na escola; assegurada a igualdade de oportunidade, deve inspirar-se no princípio da unidade nacional e nos ideais de liberdade e de solidariedade humana” (BRASIL, 1967, art. 168, n.p.).

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 1991, de 1961, a AE passou a ser compreendida como um direito para todos os estudantes que dela precisassem, e não mais como mera ajuda, conforme se pode perceber em seus artigos (BRASIL, 1961). Conforme pontuam Dutra e Santos (2017), a partir de 1960, a AE passou por uma fase de amadurecimento na esfera da sociedade civil. Dessa forma, o Movimento a favor da Reforma Universitária se fortaleceu na defesa da democratização da universidade e da sociedade de modo geral.

Nesse processo, a UNE desempenhou, como uma de suas principais bandeiras de lutas estudantis, a defesa da reforma universitária de modo a dar maior visibilidade ao tema (NASCIMENTO, 2013).

Porém, com o golpe militar de 1964, a UNE passou a ser perseguida pela ditadura militar (1964 – 1985), tendo sua sede invadida e incendiada na praia do Flamengo, como medida de intimidação. Além disso, sua representatividade foi legalmente retirada por meio da Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964 (Lei Suplicy de Lacerda)⁵², com isso, a entidade passou a atuar na ilegalidade. Em seu art. 14, passou a vedar aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de cunho político-partidário, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas às escolas/universidades. Somente no final dos anos 1970, com o enfraquecimento do regime militar, foi que a UNE começou a se reerguer. Assim, só após a reativação da UNE, a luta pela AE foi retomada, sobretudo, em prol das moradias estudantis.

Para tanto, em 1976, no Rio de Janeiro, foi realizado um evento chamado de 1º Encontro de Casas de Estudante para marcar sua reativação (NASCIMENTO, 2013). Até

⁵² A Lei nº 4.464, de 09 de novembro de 1964, denominada de Lei Suplicy de Lacerda, se configurou numa medida repressiva aos movimentos estudantis, pois proibia as atividades políticas nas organizações estudantis, além de estabelecer a regulamentação destas. A referida Lei colocou as entidades estudantis, como União Nacional dos Estudantes (UNE), na ilegalidade e instituiu legalmente o funcionamento do Diretório Acadêmico (DA), restrito a cada curso e o Diretório Central dos Estudantes (DCE), no âmbito da universidade, procurando extinguir a representação estudantil em nível nacional na sociedade, bem como qualquer tentativa de ação política por parte dos estudantes. Diante disso, a escola foi silenciada pelo medo e pela insegurança, pois todas as decisões deveriam ser tomadas exclusivamente pelos órgãos executivos, federais e estaduais. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao36/materia01/>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

esse período, a AE vinha caminhando lentamente, não possuía um projeto a nível nacional específico para implementação de tais ações.

Ainda na década de 1970, o governo federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante, entidade vinculada ao MEC, que tinha como proposta firmar uma política de assistência estudantil para o Ensino Superior com foco nos programas de alimentação, moradia e assistência médico-odontológica. Porém, o departamento teve vida curta, pois foi extinto nos governos seguintes (FONAPRACE, 1996).

Contudo, do final dessa década para o início dos anos 1980, as políticas de assistência estudantil do governo destinavam-se apenas aos ensinos fundamental e médio, não contemplando o ensino superior. Como exemplo disso tem-se, em 1983, a aprovação da Fundação de Assistência ao Estudante pelo MEC, cuja função principal era executar a Política Nacional de Assistência ao Estudante nos níveis da educação pré-escolar e de 1º e 2º graus. No entanto, a entidade foi extinta no ano de 1997.

Em razão da forte crise econômica enfrentada pelo governo militar, o país iniciou um novo movimento que o levou a um processo de redemocratização, especialmente da universidade pública cujo tema passou a ter mais espaço, sendo defendido por novos organismos como o FONAPRACE.

Nesse contexto, inaugurando a segunda fase da AE, foi criado o FONAPRACE. Sua criação ocorreu em Belo Horizonte, em setembro de 1987, e instalado em outubro do mesmo ano, em Manaus. Sua história está atrelada ao contexto socioeconômico e político que passava o país na década de 80, marcado pela redemocratização e abertura política pós-ditadura militar com o movimento *Diretas Já* e a aprovação da nova Constituição de 1988. Nessa época já existiam os encontros dos Pró-reitores em busca de soluções para os problemas estudantis.

Desde meados de 1984, os Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis das IFES já se reuniam, preocupados com as políticas de promoção e apoio aos estudantes. Por meio de encontros regionais e nacionais, foram gerados documentos onde tais preocupações eram expostas, visando à permanência dos estudantes nas universidades, dentro de condições mínimas necessárias ao ensino de boa qualidade (FONAPRACE, 2012, p. 14).

Constituído como órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES), o FONAPRACE aprofundou as discussões sobre as políticas estudantis, pondo como prioridade uma proposta de política

de assistência com vistas a assegurar o acesso, a permanência e a conclusão de cursos nas IFES, na ótica da inclusão e do direito social e da democratização do ensino.

Nesse contexto dos anos 1990, a promulgação da nova LDB, Lei nº 9396/1996, configurou-se num marco importante na história da educação, pois já havia oito anos de discussão desta no Congresso.

Conforme Dourado (2002), a LDB surgiu em amparo à Constituição de 1988, trazendo um conjunto de instrumentos no capítulo da educação, entre os quais, destacam-se

a gratuidade no ensino público em todos os níveis; a gestão democrática da escola pública; a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação universitária; a autonomia das universidades; além de que, foi precedida por edição de leis, de decretos e de portarias que as nortearam (DOURADO, 2002, p. 242).

Quanto ao ES, a LDB favoreceu a fragmentação dessa modalidade de ensino por facilitar a diversificação institucional e a expansão no setor privado, acentuando a privatização desse nível de ensino (DEMO, 1997).

Para Cunha (1996), a LDB é uma lei minimalista por não contemplar todas as diretrizes e bases referentes ao Ensino superior, apresentando apenas um capítulo específico para esse nível de ensino (Capítulo IV) com apenas 15 artigos – do art.43 ao art. 57 –, o que representa 16,3% no total de 92 artigos da Lei. Dos 15 artigos, apenas oito tratam especificamente do ES, os quais se referem à concepção de universidade e de sua autonomia.

Em defesa da LDB, Ranieri (2000, p. 248) destaca que “é uma lei inovadora e modernizadora em muitos aspectos, quando comparada à legislação diretivo basilar anterior”. Para a autora, a Lei reforçou a posição do Estado frente às questões importantes do ES, como financiamento da educação pública, descentralização, regime jurídico das instituições públicas e a autonomia das universidades.

Quanto à assistência no ES, apesar de a LDB estabelecer a gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, sendo dever do Estado financiar sua manutenção e desenvolvimento, a gratuidade não é completa, como se evidencia a seguir:

Não constituirão despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino aquelas realizadas com: II – subvenção a instituições públicas ou privadas de caráter assistencial, Desportivo ou cultural; (...) IV – programas suplementares de alimentação, assistência médico-odontológica, farmacêutica e psicológica, e outras formas de assistência social (LDB, 2002, art.71, p. 29).

Ranieri (2000) destaca que nesse ponto cessa a assistência social nas atividades de extensão. Contudo, a legislação estabelece que o ensino seja ministrado sob igualdade de condições para o acesso e permanência (LDB, 2002, art. 206, p. 37). Esse dispositivo também alcança os estudantes do ensino superior oriundos das classes populares com baixa renda.

O Plano Nacional de Educação (PNE) 2001 – 2010, aprovado pela Lei nº 10.172, de 09 de janeiro de 2001, trouxe algumas diretrizes para a gestão e financiamento da educação em todas as modalidades de ensino, com vistas a promover melhor qualidade, uma vez que enfrentava alguns obstáculos quanto ao acesso à educação superior.

Conforme expresso no próprio PNE, entre os países da América Latina, o Brasil apresentava índices bem mais baixos, mesmo quando se considerava a taxa de matrícula do setor privado. A porcentagem de jovens 18 a 24 anos matriculados era menor que 12%, enquanto o Chile contava com 20,6%, a Venezuela 26% e a Bolívia 20,6% (BRASIL, 2001, p. 60-61).

Esses dados preocuparam o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC), que, diante da situação, visando alcançar um número maior de estudantes e superar o atraso educacional, estabeleceu alguns objetivos e metas a serem alcançadas no decênio 2001 – 2010, algumas das quais consideradas mais importantes para esta pesquisa, que tem entre seus objetivos estudar a permanência dos jovens de classes populares na educação superior:

1º - Prover, até o final da década, a oferta de educação superior para, pelo menos, 30% da faixa etária de 18 a 24 anos; 3º- Estabelecer uma política de expansão que diminua as desigualdades de ofertas existentes entre as diferentes regiões do país; [...] 19º- Criar políticas que facilitem às minorias, vítimas de discriminação, o acesso ao ensino superior, por meio de compensação de deficiências de sua formação escolar anterior, permitindo-lhes, desta forma, competir com igualdade de condições nos processos de seleção e admissão a esse nível de ensino (BRASIL, 2001, p. 67 – 69).

O Plano Nacional da Educação de 2001, atendendo a uma reivindicação direta do FONAPRACE, previu a destinação de recursos especificamente para assistência aos estudantes de graduação das universidades públicas. Nesse contexto, várias frentes e movimentos já vinham tentando trazer para a agenda política das instituições de ensino e do Estado o tema da garantia das condições de permanência do estudante no ensino superior, entre eles, a ANDIFES, O FONAPRACE e os movimentos de docentes e

discentes, tais como a Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (ANDES) e a UNE.

Neste período, a ação mais relevante foi a divulgação de duas pesquisas sobre o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação das IFES, ambas pela ANDIFES/FONAPRACE. A primeira foi realizada entre 1996 e 1997, e teve como principal propósito mapear a vida social, cultural e econômica dos estudantes dos cursos de graduação das IFES, identificando, assim, o perfil destes para propor ações voltadas ao ES. A pesquisa identificou que (44%) dos estudantes eram oriundos de classes sociais mais baixas, pertencendo às classes C, D e E, e, portanto, necessitavam se pensar em propostas e ações para assistência estudantil.

A segunda pesquisa foi realizada entre 2003 e 2004, já contando com uma participação maior das IFES, 47 das 53. Em relação à pesquisa anterior, esta teve sua abordagem ampliada ao inserir dados referentes à autodeclaração de raça e etnia. Buscou-se atualizar os dados relativos aos perfis dos estudantes de graduação das IFES, com a finalidade de encontrar indicadores que fundamentassem a definição de políticas de assistência estudantil para garantir a permanência e evitar situações de retenção e evasão. Os resultados demonstraram que 65% (sessenta e cinco por cento) dos estudantes eram pertencentes às “classes B2, C, D e E, e possuíam renda média familiar mensal variando de R\$ 207,00 a R\$ 1.669,00” (FONAPRACE, 2004, p. 9), portanto, necessitavam de algum tipo de apoio institucional para permanência e conclusão dos cursos. Os dados das duas pesquisas impulsionaram a criação de ações visando o êxito dos estudantes na universidade.

O PNE (2011 – 2020)⁵³ apresenta um pequeno aumento na meta para matrículas nas universidades, sendo de 33% para os jovens de 18 a 24 anos. Além disso, propõe elevar a qualidade da educação superior, com a ampliação de vagas para atuação de professores mestres e doutores nas IES para 75%, no mínimo, do corpo docente em efetivo exercício, sendo, do total, 35% de doutores. Desde a implantação deste plano, há questionamentos quanto ao alcance das metas (SOUZA, 2014).

⁵³ Vale destacar que em dezembro de 2010 o projeto de lei para o PNE para o decênio 2011 – 2020 foi enviado ao congresso para apreciação e aprovação, entretanto, diante de algumas mudanças diagnosticadas no país, o documento passou por várias alterações, vindo a ser aprovado somente em 2014. Após o término da tramitação, o texto final fez o ajuste, estabelecendo o PNE 2014 – 2024. Assim, quando a referência ao PNE for ao projeto do Executivo, será mantida a data do documento oficial, 2011 – 2020. Quando for à Lei nº 13.005/2014, a referência será 2014 – 2024. Desta forma, este plano foi atualizado em 2014, sendo nomeado de Plano Nacional de Educação – 2014 – 2024.

Para Conceição (2016), as metas deste plano são ousadas e só serão alcançadas mediante o enfrentamento das incompletudes estruturais do sistema financeiro brasileiro, de modo a reconhecer o papel da educação como um fenômeno cultural. Na perspectiva do autor, outro coeficiente a se ponderar para se alcançar as metas é “ensejar a articulação de um novo pacto federativo que possibilite a equalização na distribuição da riqueza nacional, considerando as demandas por maiores investimentos públicos nos sistemas de menor desempenho” (CONCEIÇÃO, 2016, p. 52)⁵⁴, no caso, a educação. Assim, sendo cumpridas as propostas do plano, haverá uma grande evolução educacional no país, sobretudo no que se refere às políticas estudantis.

Destaca-se que no período de 2003 a 2016, no governo progressista do Partido dos Trabalhadores (PT), Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) e a presidenta Dilma Rousseff (2011 – 2016), as políticas sociais, especialmente as de juventudes, ganharam mais reconhecimento e espaço, havendo maior intervenção do Estado no financiamento e no investimento do ES, com ações voltadas para a expansão das vagas e criação de novas instituições, além de outras medidas que buscaram fortalecer a educação. Com isso, o ensino superior brasileiro inaugurou um novo período, no qual o sistema foi reestruturado, com vistas a ampliar o acesso e a permanência dos estudantes nesse nível de ensino.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado em 2007, com a proposta de melhorar a qualidade da educação pública no Brasil. Para tanto, foi previsto um aporte de recursos para a manutenção e desenvolvimento do ensino público no país e o lançamento de um conjunto de medidas estendidas a todos os níveis e etapas da educação nacional. Entre as principais ações do PDE estão a ampliação das vagas de demanda social da Universidade Aberta do Brasil (UAB), o Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que surge como instrumento de consolidação do REUNI, visando garantir a permanência dos estudantes nas universidades.

O PDE trouxe também o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), os quais não serão analisados neste estudo por não convergir com a proposta da pesquisa.

Contudo, há críticas de que o PDE apresenta um conjunto de metas desarticuladas e não um plano de ação de fato (SAVIANI, 2007). O autor argumenta que o documento foi

⁵⁴ CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique da. Perspectivas e Desafios do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014 – 2024) no Contexto do Financiamento da Educação Básica. Educação em Revista, Marília, v.17, n.1, p. 35 – 54, jan. – jun. 2016.

elaborado de modo desarticulado com o PNE (2001 – 2011), apresentando algumas metas distantes das metas já previstas em 2001 pelo PNE.

Na educação superior, ao fixar para as universidades federais a meta da duplicação de vagas até 2017, o PDE fica aquém do PNE, que, na meta 1, se propôs a atingir, até 2010, um número total de vagas capaz de absorver 30% da faixa etária de 18 a 24 anos, o que significa a triplicação da totalidade das vagas atuais [...] As outras 33 metas relativas à educação superior que constam do PNE não foram diretamente levadas em conta pelo PDE (SAVIANI, 2007, p. 1240).

Porém, conforme Souza (2014), não há consenso sobre o êxito do PNE (2001 – 2010), havendo produções acadêmicas que apontam o fracasso e também a impossibilidade técnica de avaliá-lo.

O REUNI teve início em 2003 com a interiorização das universidades federais e fez parte de um conjunto de medidas com vistas a ampliação do acesso ao ES. Para isso, foi destinado um percentual de recursos, o que favoreceu a construção de novos câmpus e de novos cursos, além da contratação de professores e de servidores técnico-administrativos.

Conforme o Balanço da Secretaria de Educação Superior (SESU), no período de 2003 a 2014 foram criadas 18 novas universidades, o que foi fundamental para expandir o número de matrículas na rede de universidades públicas federais (Balanço Sese – 2003 – 2014, p. 12). Instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o REUNI surge como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), com objetivos de atingir a meta estabelecida no PNE, Lei nº 10.172/2001, para oferta de educação superior para, pelo menos, 30% dos jovens na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final da década.

Tal movimento significou um crescimento do ensino superior público, com a implantação de novas universidades, novos câmpus universitários e aumento no número de matrículas, com vistas à consolidação de uma política nacional de expansão da educação superior pública, pela qual o MEC cumpre o papel atribuído pelo PNE quando estabelece o provimento da oferta de educação superior, conforme o planejamento nacional. Assim, a reestruturação e a expansão culminaram em novas diretrizes e parâmetros para alcançar uma melhor abrangência da população jovem.

A ampliação foi baseada nos princípios de democratização e de inclusão, com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento e a diminuição das disparidades regionais. Para Dallari (2004), a educação como direito fundamental dos cidadãos constitui-se de um sistema de aprendizagem que ocasiona o desenvolvimento da pessoa humana. Sua oferta

em igualdade de condições, inclusive às classes populares que não dispõem de recursos para custear uma escola particular, é uma questão de justiça social.

O PNAES nasceu em 2007 da Portaria Normativa do MEC nº 39, de 12 de dezembro de 2007, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) em 13 de dezembro de 2007, porém foi instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e executado no âmbito do MEC.

O Plano é o resultado do esforço coletivo dos membros do FONAPRACE e veio fortalecer uma luta histórica que existia desde a criação do fórum, em 1987. Tem como finalidade primordial ampliar e popularizar as condições de permanência dos jovens estudantes nas IFES, amenizando os impactos das disparidades sociais e regionais na permanência e na conclusão da graduação, além de diminuir os índices de retenção e evasão e promover a inclusão social por meio da educação. O público alvo do PNAES é prioritariamente os estudantes provenientes de escolas públicas, com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

O PNAES concentra seus objetivos em consolidar programas e projetos destinados ao atendimento das demandas de assistência social, com vistas a ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal e estrutura-se em 10 áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O programa é destinado aos estudantes matriculados nos cursos de graduação presenciais nas IFES, preferencialmente aqueles oriundos das escolas públicas e que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômicas, tendo as universidades autonomia para definir os critérios de seleção aos estudantes (BRASIL, 2010). Esse assunto será retomado mais adiante no tópico sobre as políticas estudantis na UFT.

O panorama da assistência estudantil nas universidades públicas, assim como o seu marco legal, permite uma melhor compreensão do contexto político e jurídico em que os jovens beneficiários do PAP/UFT estão inseridos.

Com esse tópico, objetivou-se identificar a realidade das universidades brasileiras em que os estudantes em vulnerabilidade social se encontram. Assim, será apresentado um breve quadro do contexto regional, social e histórico em que se insere a UFT, e, na sequência, a trajetória da política de assistência estudantil nesta instituição.

3. A TRAJETÓRIA DA UFT

3.1 Transição UNITINS - UFT: um breve histórico

Falar da história da UFT, implica também falar da história da Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS)⁵⁵, uma vez que esta foi, de certa forma, o pilar da criação da UFT, inclusive os movimentos em busca de uma universidade federal originaram-se naquela instituição. O quadro 3 mostra brevemente o processo de transição, no entanto o texto explana melhor os acontecimentos que contribuíram no processo de transição.

Quadro 3- Transição da UNITINS para UFT

TRANSIÇÃO DA UNITINS PARA UFT (1990 A 2003)	
Descrição	Lei / ano
Criação da UNITINS.	Decreto 252/90, fevereiro de 1990.
Estruturação da UNITINS como autarquia.	Lei 326/91, de outubro de 1991.
Determinação do processo de extinção da autarquia.	Lei 872/96, de novembro de 1996.
Tornou a UNITINS uma Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado.	Lei 874/96, de novembro de 1996.
Gratuidade da UNITINS; Permitiu a transferência de parte do patrimônio da UNITINS à UFT, além de seus alunos e cursos regulares.	Lei nº 1.160, de 19 de junho de 2000.
Criação da UFT	Lei nº 1032/2000, de 23 de outubro de 2000.
Incluiu novos rumos à UNITINS para atuar em outras modalidades de cursos superiores.	Decreto 1.672/2002, em 27 de dez. de 2002, e também a Lei 1.478/2004, de junho de 2004.
Implantação da UFT, com a posse dos servidores.	2003

Fonte: Elaboração própria

⁵⁵ Destaca-se que nesta dissertação é apresentado um breve resumo da história da UNITINS, com base em legislações e informações disponíveis no próprio site da instituição: <<https://www.UNITINS.br/nportal/portal/page/show/historico>>. Reconhece-se todo esforço e luta histórica que ocasionou a criação da UNITINS. Sabe-se das inúmeras manifestações de entidades acadêmicas como da Comissão dos Estudantes do Norte (CONORTE), da Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) e do Movimento S.O.S UNITINS, além do apoio da sociedade civil em prol do ensino superior tocantinense pela gratuidade do ensino. Todos esses movimentos refletiram sobremaneira na criação da UFT. No entanto, para se ter um conhecimento mais amplo e completo dos fatos, necessitaria de uma análise mais aprofundada, que demandaria tempo e esforço, uma vez que a literatura a respeito é escassa, e também fugiria do foco principal desta pesquisa. Assim, para mais informações, recomenda-se ver PRETTO, Nelson de Luca; PEREIRA, Isabel C. Auler. Ensino superior no Brasil: a implantação da UNITINS e o uso da EaD como estratégia expansionista de uma universidade pública. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 26, n. 2, 663 – 691, jul./dez. 2008; MAIA, Maria Zoreide Brito. Expansão da educação superior a distância no Brasil: o caso da Universidade do Tocantins – UNITINS. Goiânia. 2011. 297f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás; PINHO, Maria José de. Criação e expansão das instituições educacionais do ensino superior no Tocantins: do passado ao presente. In: SANTOS, Jocyléia; MACÊDO, Maurides; CABRERA, Olga; MELO, Orlinda Carrijo (Orgs.). Instituições educativas: histórias (re)construídas. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

A UNITINS foi criada pelo decreto nº 252, de 21 de fevereiro de 1990, pelo Governo do Estado do Tocantins (José Wilson Siqueira Campos (1999 a 2002)). Com a Lei 326/91, de outubro de 1991, ela foi estruturada em forma de autarquia, porém em novembro de 1996, a Lei 872/96 determinou o processo de extinção da autarquia e, no mesmo ano, por meio da Lei 874/96, foi autorizada a criação da UNITINS como Fundação Pública de Direito Privado, mantida por entidades públicas e particulares, com apoio do Governo do Estado. Segundo Maia (2009, p. 01), para chegar a se consolidar, a instituição “passou por várias reestruturações, inclusive numa entidade pública, mas não estatal, de direito privado, mas não particular”.

Nesse ínterim, houve a tentativa de privatização da instituição, o que foi bravamente desaprovado pela comunidade acadêmica que, formando o *Movimento SOS UNITINS*⁵⁶, mobilizou um processo intenso de lutas e manifestações, com apoio da sociedade civil, em prol do ensino público e gratuito. Conforme Maia (2009, p. 01), “(...) ocorreu até ameaça de greve de fome, contra a tentativa de se impor o ensino pago na instituição”. Os docentes também abraçaram a causa e se mobilizaram junto aos órgãos que lhes cabiam, em repúdio à privatização, assim, com

a luta dos docentes das Instituições de Ensino Superior através do seu Sindicato Nacional – ANDES-SN, da Associação dos Docentes da Universidade Federal de Goiás/ADUFG-SSind que emitiu nota de repúdio ao governador do Estado, além de várias manifestações populares e entidades da sociedade civil, que juntos conseguiram impedir a consolidação da mudança jurídica e da privatização da única universidade pública do Estado (SOUZA; DA SILVA, s/d, p. 5663).

Em resposta a toda essa mobilização, o governo do estado cedeu e assinou a lei que interrompeu a proposta de privatização, com a seguinte redação: “É gratuito, a partir do dia 26 de maio de 2000, o ensino de graduação ministrado nos cursos atuais da UNITINS” (Lei nº 1.160, de 19 de junho de 2000, art. 21, p. 05).

No entanto, o processo de transição foi lento, durando mais de três anos. Documentalmente iniciou no ano de 2000, com a assinatura da Lei 10.032⁵⁷ de 23 de

⁵⁶ O Movimento *S.O.S UNITINS* foi criado por um grupo de estudantes, com apoio de alguns professores comprometidos com as lutas sociais, descontentes com a tentativa de privatizar a UNITINS. Ver: Tito, Roniglese Pereira de Carvalho. *A Institucionalização do Ensino Superior de História em Porto Nacional, Tocantins (1963-2002)* Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2011, 272f. Tese (doutorado) – UFRJ / Instituto de Filosofia e Ciências Sociais / Programa de Pós-Graduação em História Social, 2011.

⁵⁷ A Lei nº 10.032, de 23 de outubro de 2000, que autorizou o Poder Executivo a instituir a Fundação Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10032.htm>. Acesso em: 24 jan. 2018.

outubro de 2000, que instituiu a UFT, porém, a consolidação ocorreu somente no governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2003, quando a UFT foi efetivamente implantada.

O processo de transição UNITINS/UFT iniciou-se em abril de 2001, com a nomeação de uma comissão especial, conforme Portaria/MEC n. 717/2001, cuja incumbência era adotar as providências necessárias para a implantação da fundação universidade federal do Tocantins, a comissão nomeada pelo ministro da educação Paulo Renato de Souza, era composta por Eurípedes Falcão Vieira (presidente), José Luiz da Silva Valente, Roberto Fernando de Souza Freitas e Flávia Cristiane Farina. Tinha prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar um relatório circunstanciado indicando as providências adotadas e as necessárias para consolidar a implantação da Universidade Federal do Tocantins (MAIA, 2009, p. 01 – 02).

Com a criação da UFT, em 2000, a UNITINS iniciou um novo processo de adequação, sendo necessário alterar legalmente sua estrutura para Fundação, por meio da Lei 1.160⁵⁸/2000, de 19 de junho de 2000. A mesma Lei permitiu a transferência dos seus bens patrimoniais para a UFT: “os bens patrimoniais da UNITINS poderão ser transferidos, no todo ou em parte, por doação ou cessão para a futura Universidade Federal do Tocantins” (Lei nº 1.160 de 19 de junho de 2000, art. 18, parágrafo único).

Segundo Maia (2009, p. 07), a UFT incorporou da UNITINS 25 cursos de graduação, com mais de 8.031 alunos⁵⁹ e o curso de Mestrado em Ciências do Ambiente, que já era ofertado pela UNITINS. Assim, em maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos⁶⁰ e a incorporação dos cursos, a UFT começou de fato a funcionar, mas ainda permaneceu com vínculos com a UNITINS, uma vez que manteve a prestação de serviços dos funcionários técnico-administrativos, além dos professores do quadro de pessoal, que continuavam ministrando disciplinas e exercendo atividades administrativas na nova Instituição.

Desta forma, nasceu a UFT como única federal do estado, apresentando-se no formato multicâmpus, com sede estabelecida na capital, Palmas, e mais seis câmpus universitários distribuídos nas cidades de Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema do

⁵⁸ A Lei nº 1.160, de 19 de junho de 2000, que reestrutura a Fundação Universidade do Tocantins e adota outras providências.

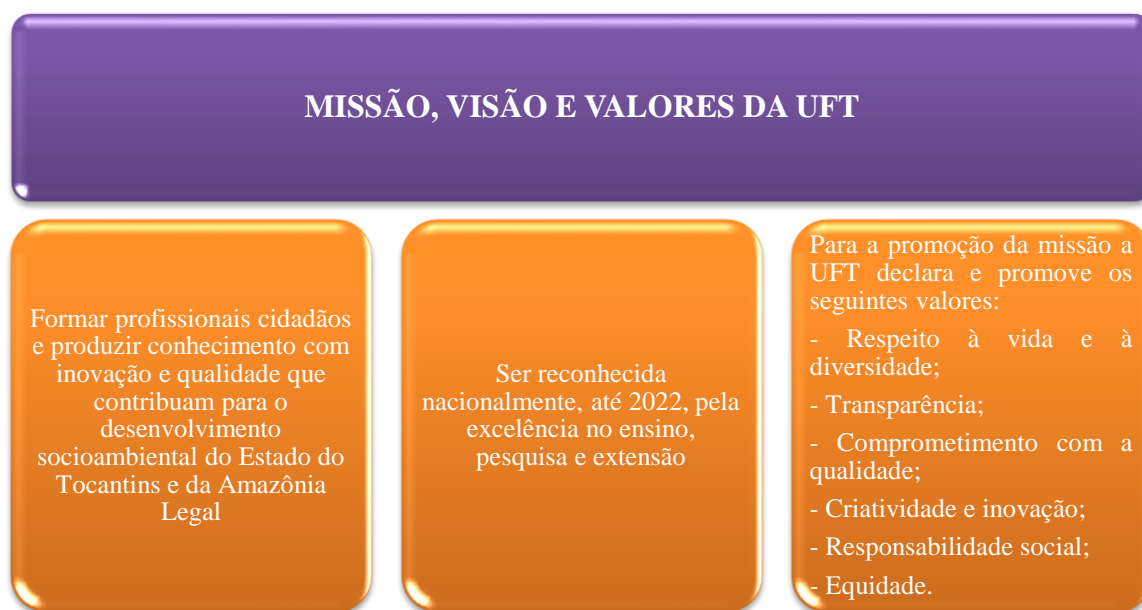
⁵⁹ (Dados de dezembro de 2003), conforme Maia (2009, p. 07). Além dos cursos e dos alunos, a UFT absorveu também da UNITINS materiais como equipamentos e estrutura física dos câmpus já existentes e dos prédios que estavam em construção (Maia, 2009).

⁶⁰ Tais professores foram aprovados no primeiro concurso da UFT, realizado em janeiro de 2003, pelo Centro de seleção e de Promoções de Eventos – CESPE (UnB), após liberação de 300 códigos de vaga, conforme a Portaria MEC n. 1.722, de 11 jun. 2002.

Tocantins, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis, as quais são consideradas regiões estratégicas do Estado.

A universidade, buscando atingir sua missão, visão e valores, tem se fortalecido, configurando-se como a 3ª melhor IES da Região Norte⁶¹, entretanto, ainda com muitos desafios a serem superados. O quadro abaixo mostra os pilares, nos quais a UFT tem se sustentado, bem como o que ela vislumbra enquanto única universidade federal do estado.

Ilustração 2- Mapa Estratégico da UFT



Fonte: Planejamento estratégico (2014 – 2022) – UFT

Conforme o Catálogo das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação (UFT, 2017, p. 09), a UFT possui mais de 18 mil acadêmicos matriculados, divididos entre os 62 (sessenta e dois) cursos de graduação, os quais estão distribuídos entre os sete câmpus universitários. Os cursos de graduação presenciais da UFT estão divididos entre bacharelado, licenciatura e tecnologia. Conforme o Catálogo⁶² das Condições de Oferta dos Cursos de Graduação da UFT (2017), os cursos de Medicina, Direito, Enfermagem, Nutrição e as Engenharias, os quais são considerados de maior prestígio social e que

⁶¹ Disponível em: <<http://ww2.uft.edu.br/ultimas-noticias/14610-uft-e-3-melhor-universidade-da-regiao-norte>>. Acesso em: 14 fev. 2017.

⁶² Esse catálogo é atualizado mês a mês, por recomendação do MEC, na página da UFT. Os dados referem-se ao mês de novembro de 2017. Disponível em: www.uft.edu.br. Acesso em 14 de nov. 2017.

apresentam maior concorrência na universidade, são ofertados apenas no Câmpus da capital, Palmas (UFT, 2015b, p. 01 – 02). Nos câmpus do interior, os cursos ofertados são mais voltados para a área de licenciaturas e também são os menos procurados (UFT, 2015b, p. 01 – 02). Desta forma, os estudantes do interior que almejam os cursos entendidos com “maior prestígio social”, necessitam se mudar para Palmas e muitos encontram dificuldades para permanência na universidade, em razão das condições financeiras da família, assim, passam a ser demandantes das PAE da UFT. Esse assunto será melhor detalhado mais à frente em sessão específica sobre a assistência estudantil. A seguir, apresenta-se o tópico sobre as ações da UFT quanto ao acesso e à permanência dos/das estudantes.

3.2 Das Políticas Estudantis da UFT: acesso e permanência

A UFT adota como forma ingresso aos cursos de graduação o Sistema de Seleção Unificada (Sisu)⁶³/ Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); a Transferência Interna/Externa (Extravestibular)⁶⁴; o Programa de Estudante Convênio–Graduação (PEC-G), pelo qual ingressam alunos estrangeiros, por meio de convênio cultural do Brasil com outros países; o Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR), no qual que os candidatos se inscrevem diretamente na Plataforma Freire⁶⁵, do Ministério da Educação; e a Educação à distância⁶⁶, cuja seleção ocorre via análise de currículo.

Destaca-se que a UFT até 2014 utilizava o vestibular como principal forma de ingresso a seus cursos de graduação, destinando 25% (vinte e cinco por cento) das suas vagas para a seleção via Sisu. No entanto, firmou compromisso com o MEC, com assinatura do Termo de Adesão para utilizar o Sisu como principal forma de acesso,

⁶³ O SISU é um sistema desenvolvido pelo MEC para selecionar candidatos às vagas das IFES que utilizam a nota do ENEM como única fase de seu processo seletivo. A seleção é realizada no sistema com base na nota obtida pelo candidato no Enem. Mais informações, consultar <<http://sisu.mec.gov.br/como-funciona>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

⁶⁴ A Transferência Interna/Externa permite ingresso de diplomados e transferências de outros cursos dentro da UFT e, também, transferência de outras IES para UFT. A seleção ocorre mediante processo seletivo, por meio de realização de uma prova, cujas informações e conteúdos são definidos em edital. Mais informação no site da universidade: <http://www.copese.uft.edu.br/index.php?option=com_content&task=view&id=274&Itemid=268>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁶⁵ Disponível em: <<http://www.capes.gov.br/acessoainformacao/informacoes-classificadas/58-salainpress/tutoriais/2865-plataforma-freire-passo-a-passo>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

⁶⁶ O processo seletivo, na Universidade Federal do Tocantins, para os cursos de graduação à distância, é realizado por meio de publicação de edital específico publicado no site da instituição. Mais informações acessar: <<http://www.uft.edu.br/dte>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

destinando 100% (cem por cento) de suas vagas ao sistema. A primeira seleção de 2015 já foi 100% Sisu (UFT, 2016).

Além disso, a UFT dispõe do Programa de Acesso Democrática à Universidade (Padu⁶⁷), que fica sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex). Trata-se de um cursinho pré-vestibular que busca atender estudantes de escolas públicas, com vulnerabilidade socioeconômica. As aulas são ministradas por acadêmicos da UFT, que recebem bolsas para isso.

Vale destacar que a UFT é pioneira no sistema de cotas aos indígenas, pois foi a primeira universidade a reservar vaga para indígenas, ainda em 2004, quando a universidade ainda era recém-formada. Desde então, os estudantes que comprovem a documentação exigida nos editais têm direito a concorrer a vagas exclusivamente para indígenas, “5% (cinco por cento) do total das vagas em todos os cursos e câmpus da UFT”, conforme Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe nº 03A/2004. Essa resolução foi fruto de lutas da comunidade indígena, frentes às dificuldades de acessar a universidade. Os estudantes indígenas já buscavam esse apoio, conforme, Pereira (2011):

Essas ações têm seu marco inicial através de audiência solicitada pelas lideranças indígenas das nações Apinajé, Krahô, Karajá, Javaé, Xerente e Xambioá, quando entregaram ao reitor da instituição a “Carta dos povos indígenas”, contendo uma pauta de reivindicações para garantir o acesso e a permanência dos indígenas na universidade, tais como: garantia de participação dos indígenas na UFT; garantia de moradia para os estudantes indígenas; acompanhamento do processo educacional voltado para os povos indígenas, tanto na sua concepção, quanto na sua execução; formação de professores indígenas; elaboração de material didático, junto à Secretaria de Estado da Educação e Cultura do Tocantins; garantia do acesso à universidade, por meio da organização de cursinho pré-vestibular, reserva de 10% das vagas para estudantes de origem indígena; elaboração de prova específica no vestibular; criação de cursos de graduação para serem ministrados nas áreas indígenas (PEREIRA, 2011, p. 19).

Segundo Pereira (2011), o movimento a favor das cotas indígenas iniciou-se, em 2003, com a audiência das lideranças indígenas e seguiu com um abaixo-assinado, entregue às autoridades da UFT, que após inúmeras discussões teóricas e políticas, decidiram atender ao pedido da comunidade, pela implementação da política de cotas na UFT, por meio da Resolução nº 03 A, de setembro de 2004, que definiu um percentual de 5% (cinco por cento) das vagas dos vestibulares à etnia indígena.

A UFT também foi uma das primeiras a ofertar cotas para quilombolas. Devido ao fato de o Estado do Tocantins estar localizado na Região Norte, que segundo o IBGE

⁶⁷ Mais informações sobre o programa disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

(2010) apresenta mais de 70% da população composta por pardos ou pretos. Além disso, há no Estado do Tocantins 39⁶⁸ (trinta e nove) comunidades quilombolas, que compreendem o patrimônio cultural estadual, o que por si só já justifica a necessidade de cotas aos povos dos quilombos, uma vez reconhecendo as desigualdades sociais e culturais que lhes atingem. Assim, a UFT decidiu pela aprovação da Resolução do Consuni nº 14/2013, de 19 de novembro de 2013, dispondo de cotas para quilombolas em todos os cursos de graduação da Universidade Federal do Tocantins.

Assim, a universidade tem buscado cumprir sua responsabilidade social de inclusão econômica e cultural com a política de ação afirmativa implementada por meio da Lei 12.711/2012, que permite, via cota, a reserva de vagas para estudantes pretos, pardos e indígenas oriundos de escolas públicas e que comprovem ter renda *per capita* de até um salário mínimo e meio (1,5).

Quanto à Assistência Estudantil⁶⁹ na UFT, esta é gerida pela Proest⁷⁰, cujas ações estão amparadas pelo PNAES e são regidas pela Resolução nº 26, de 17 de outubro de 2017, que dispõe sobre a regulamentação da PAE e formação acadêmica na UFT. Para tanto, as competências da Proest são: Desenvolver políticas de assistência estudantil no âmbito da UFT; Promover o desempenho acadêmico por meio de atividades de ensino, pesquisa e extensão; Fomentar a participação dos alunos em eventos científicos, acadêmicos, político-acadêmicos, culturais e desportivos; Apoiar a prática de atividades esportivas no âmbito universitário; Atender às necessidades de moradia e alimentação dos estudantes⁷¹.

As ações buscam dar apoio aos estudantes em suas diversas demandas, na promoção da interação no meio acadêmico e viabilização da permanência destes, por meio de ações ligadas ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como por meio do apoio às atividades culturais e desportivas. O atendimento às demandas ocorre por meio de seleção, cujos procedimentos, geralmente, são definidos em editais, os quais estabelecem os critérios para o alcance do benefício.

⁶⁸Mais informações sobre as comunidades quilombolas em: <<http://to.gov.br/reas-de-interesse/cultura/patrimonio-cultural/comunidades-quilombolas/>>. Acesso em: 14 jan. 2018.

⁶⁹ Informações disponíveis no site da UFT <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

⁷⁰Mais informações sobre a Pró-reitoria e seus programas disponíveis em: <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/proest/assistencia-estudantil>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

⁷¹ Informações disponíveis no site da <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 27 mar. 2018.

Conforme a Resolução nº 26 (UFT, 2017, art. 5º, p. 06), a Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica, no âmbito da UFT, é composta pelos seguintes programas:

- I - Programa de Integração dos Discentes Ingressantes - PIDI;
- II - Programa Auxílio Alimentação - PAA;
- III - Programa Moradia Estudantil - PME;
- IV - Programa Auxílio Transporte - PTr;
- V - Programa Auxílio Permanência – PAP;
- VI - Programa Esportes e Lazer – PROEL;
- VII - Programa Apoio à Participação dos Discentes em Eventos - PAPE;
- VIII - Programa Acompanhamento Acadêmico – PROAC;
- IX - Programa de Atenção à Saúde – PSaúde;
- X - Programa Auxílio Creche – PAC;
- XI - Programa Apoio ao Discente Ingressante – PADI;
- XII - Programa Inclusão e Acessibilidade - PAEI;
- XIII - Programa Bolsa Permanência MEC – PBP;
- XIV - Programa Institucional de Bolsa de Extensão – PIBEX;
- XV - Programa de acesso democrático à Universidade – PADU;
- XVI - Programa de Acesso Democrático de Indígenas e Quilombolas – PADIQ;
- XVII - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC;
- XVIII - Programa Institucional Voluntário de Iniciação Científica – PIVIC;
- XIX - Programa de Mobilidade Acadêmica – PMA;
- XX - Programa Institucional de Monitoria – PIM;
- XXI - Programa Institucional de Monitoria Indígena – PIMI;
- XXII - Programa de Educação Tutorial – P ET;
- XXIII - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID.

Porém, nem todos esses programas são de responsabilidade da Proest, alguns ficam a cargo da Prograd e de outros setores da universidade, que os desenvolvem em parceria com a Proest. Outros ainda estão em fase de implementação e regulamentação na Proest como o Programa Auxílio Transporte e o Auxílio Creche, mas, sem data prevista para implementação.

No entanto, os programas em funcionamento atualmente na Proest priorizam as seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, atenção à saúde, inclusão digital, esporte, apoio pedagógico e auxílio permanência.

O apoio à moradia é ofertado de duas formas, via Casa de Estudante ou via subsídio. Há casas estudantis nas cidades de Palmas, Gurupi e Araguaína. Estas pertencem ao Estado, porém, a gestão delas tem sido compartilhada com a UFT, a qual é responsável pela mobília destas residências. Em Palmas e Araguaína temos, ainda, casa de estudantes indígenas. Nas cidades de Porto Nacional e Arraias foram destinados espaços da UFT para se transformar em casas estudantis, os quais estão passando por adequações, entretanto, em Porto Nacional o espaço já foi ocupado por estudantes, que alegam não ter condições de custear as despesas com aluguel.

Nas demais cidades que não possuem Casa de Estudante, o auxílio é ofertado via subsídio, denominado Programa Auxílio Moradia, no valor de R\$300 (trezentos reais) mensais, pagos a estudantes que comprovem estar em condições de vulnerabilidade socioeconômica e que residam em município diferente da residência de seus/suas responsáveis.

O Programa Auxílio Alimentação também é ofertado de duas formas, via isenção ou desconto no Restaurante Universitário⁷² (RU), ou via auxílio pecuniário, cujo valor é de R\$400 (quatrocentos reais) ou de R\$340 (trezentos e quarenta reais), dependendo do grau de vulnerabilidade. Nos câmpus universitários onde têm RU (Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional) os/as estudantes recebem um desconto que pode ser integral ou parcial, ou seja, 100% ou 75%, conforme o nível de vulnerabilidade. Nos demais câmpus, a Proest oferta um auxílio alimentação de R\$400,00 (quatrocentos reais) ou R\$340,00 (trezentos e quarenta reais) mensais desde que os/as discentes atendam aos critérios do PNAES, quanto à vulnerabilidade.

Outro programa desenvolvido pela Proest é o Programa de Atenção à Saúde, que busca subsidiar as despesas com saúde de estudantes vulneráveis que estão fazendo algum tipo de tratamento de saúde mental e não dispõem de recursos para custear as despesas do tratamento. O valor para essa demanda é de até R\$300 (trezentos reais) mensais. Os/as estudantes beneficiados/as com esse auxílio têm acompanhamento dos setores de apoio

⁷² Os Restaurantes Universitários (RUs) da UFT também funcionam como laboratório e campo de estágio para alunos de graduação do curso de Nutrição. Mais informações em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 12 jan. 2018.

psicopedagógico na UFT. Os beneficiários deste programa devem prestar contas mensalmente, junto à Proest, das despesas pagas com recurso do programa.

A inclusão digital⁷³ constitui outra ação voltada aos discentes, cuja oferta ocorre via aquisição de computadores aos câmpus para os/as estudantes que não dispõem desse equipamento possam utilizar. A oferta desse apoio é viabilizada por meio da Proest, em parceria com a Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) da UFT e os câmpus, os quais cedem espaço físico para tal ação. Também têm sido ampliados alguns laboratórios de informática para efetivação do apoio pedagógico aos/às estudantes.

O Apoio Pedagógico são ações realizadas nos sete câmpus da UFT pelos setores de assistência estudantil, mediante suporte pedagógico aos estudantes que apresentam coeficiente de rendimento menor que 5,0 (cinco). O controle é realizado por meio do sistema SIE, do qual são expedidos relatórios com coeficiente semestral dos alunos, histórico e outras informações que contribuem para o acompanhamento pedagógico. A análise dos relatórios busca identificar os fatores de risco de reprovação e evasão.

Desta forma, os alunos com perfil PNAES, identificados com baixo rendimento, são convocados para uma entrevista para orientação e apoio a estes alunos, no intuito de melhorar o desempenho acadêmico deles. Após a entrevista, são elaborados relatórios e dados os encaminhamentos necessários para atendimento individual dos alunos, com ações direcionadas como orientações de estudo, monitoria e, se for o caso, avaliação psicológica (ABREU, 2017, p. 13).

O Programa de Apoio ao Discente Ingressante (PADI) é também uma das ações de apoio pedagógico da UFT, o qual foi criado pela Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), no entanto é subsidiado com recurso do PNAES e tem como objetivo auxiliar, por meio de monitorias, estudantes recém-ingressados que estejam matriculados no 1º e/ou 2º período(s) e aos/às reprovados/as nas disciplinas básicas curriculares.

Quanto ao atendimento do eixo esporte, este fica a cargo Proex que tem buscado desenvolver ações esportivas por meio da Diretoria de Assuntos Comunitários (DAC), apoiando estudantes a participarem de competições esportivas em outras IFES.

A UFT possui, ainda, o Programa Bolsa Permanência MEC, o qual é um auxílio financeiro que busca minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade

⁷³ Foram adquiridos 30 (trinta) computadores por câmpus, para atendimento ao programa de Inclusão Digital, conforme consta na Ata do 3º (Fórum) Encontro de do Fórum de Permanente de Assistência Estudantil na UFT, de 28 de ago. 2017.

socioeconômica, em especial os indígenas e quilombolas. A execução do Programa é realizada nas universidades federais que, por sua vez, são supervisionadas pela SESU e, nos institutos federais, pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação⁷⁴.

Além dessas ações, a Proest desenvolve também o PAP, o qual é objeto desta pesquisa e, portanto, será apresentado em um tópico específico, com mais detalhes.

Vale ressaltar que, foi criada recentemente a Dap na Proest, diretoria que busca acompanhar os programas desenvolvidos pelo setor, com vistas a melhor planejar, implementar e avaliar a PAE da UFT.

Ao longo desta pesquisa foram identificados muitos desafios a serem superados pela UFT quanto ao atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, mas, também, alguns avanços recentes, os quais serão mostrados a seguir.

3.3 Desafios e avanços na PAE da UFT

Quanto à PAE/UFT, neste trabalho foram identificados muitos obstáculos a serem superados, no entanto, alguns avanços recentes. Uma pesquisa⁷⁵ realizada pela Dap apontou entre os entraves para o bom andamento da PAE na UFT, a ausência de uma publicização mais eficiente das políticas do PNAES fora da universidade, uma vez que 88,5% (oitenta e oito e meio por cento) dos 550 (quinhentos e cinquenta) estudantes pesquisados não conheciam o programa antes de ingressar à universidade. Esse mesmo problema foi constatado quanto à divulgação dos demais programas e ações da Proest:

41,3% afirmou que ainda é necessário melhorar a divulgação dos programas oferecidos pela Proest, considerando que os estudantes, na maioria das vezes, não recebem as informações que precisam de forma suficiente ou em tempo hábil (ABREU, 2017, p. 10).

⁷⁴Disponível em: <https://docs.uft.edu.br/share/proxy/alfresco-noauth/api/internal/shared/node/jDbSExgIRNKb72Q9aYRnpg/content/Perguntas%20e%20Respostas%20PB%20MEC.pdf> Acesso em: 16 abr. 2018.

⁷⁵ ABREU, Marta Virgínia de Araújo Batista. Relatório da Pesquisa sobre a Assistência Estudantil na UFT. Palmas, TO, 2017, 34f. A pesquisa, executada pela Diretoria de Acompanhamento dos Programas de Assistência Estudantil (Dap), da Proest, foi aplicada no período de 1º a 31 de maio de 2017, contou com a participação de 550 estudantes dos sete câmpus da universidade e teve como objetivo verificar se a PAE tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida e para permanência com sucesso dos alunos da UFT. A pesquisa abrangeu todos os programas de permanência, no entanto, 66,9% dos respondentes são do PAP, objeto desta pesquisa. Assim, de certa forma, as informações podem indicar o perfil dos estudantes atendidos pelo programa.

Os estudantes destacaram que muitas das vezes não recebem as informações de que precisam de forma suficiente ou em tempo hábil, dificultando, assim, o acesso às políticas de apoio estudantil. Diante disso, constata-se a necessidade de uma disseminação mais eficiente das informações sobre todas as ações da PAE na UFT, para alcançar os estudantes que realmente carecem de apoio.

A questão do acolhimento também é um ponto que necessita ser aprimorado, visto que existe dificuldade de adaptação dos jovens ao ambiente universitário. Essa questão foi apontada como um dos fatores que mais prejudicam o bom desempenho acadêmico (ABREU, 2017). Muitos estudantes vêm do interior, ou mesmo de outros estados, e longe das famílias, necessitam desse amparo.

A monitoria encontra alguns entraves que têm impedido seu avanço, tais como o choque de horário das aulas em sala com as de monitoria e também a falta de horário com os/as monitores/as (ABREU, 2017). Além disso, o programa de monitoria não contempla as reais necessidades dos estudantes, pois é voltada apenas para tirar dúvidas. Além disso, grande parte do alunado vem com deficiência da escola primária e/ou secundária e isso se torna um obstáculo para a permanência, pois a monitoria não supre essa deficiência. Para amenizar essa deficiência de conteúdo uma solução possível seria ofertar um curso de nivelamento⁷⁶, pois as deficiências de conteúdo trazidas pelos estudantes são obstáculos para a permanência.

Quanto aos avanços na PAE/UFT, considerando o histórico da assistência estudantil, destacam-se alguns eventos nos últimos dois anos, os quais serão destacados a seguir. O Fórum de Assistência Estudantil é um deles, talvez o mais importante, pois é onde os estudantes têm voz, apesar de ser apenas consultivo. O Fórum foi criado com o objetivo de ouvir as demandas dos estudantes e teve sua primeira edição em abril de 2017. Três edições do Fórum já foram realizadas e, a partir das discussões das demandas desse espaço, algumas ações foram implementadas, principalmente, quanto à destinação dos recursos PNAES, que priorizou o auxílio permanência, o auxílio moradia e o auxílio alimentação.

Destaca-se que, a política de assistência estudantil na UFT ainda não era regulamentada, não havia uma resolução específica que orientasse as ações. O que se tinha era uma resolução do Programa Bolsa Permanência (Resolução Consuni nº 12/2010) em

⁷⁶ Entende-se aqui por nivelamento um estudo que busque melhor acompanhamento dos alunos na compreensão dos assuntos ministrados em aula, e não a uniformidade, pois esta não é possível.

que as demais ações se baseavam. As ações eram desenvolvidas conforme as demandas e disponibilidade de recursos.

Já havia a demanda por regulamentar as ações, mas foi a partir dos fóruns que a ação se concretizou. Assim, criou-se a Política de Assistência Estudantil, que foi apreciada e aprovada pelo Consuni. A Resolução nº 26 de 17 de outubro de 2017 dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins.

Um ponto importante na nova resolução foi a dispensa⁷⁷ das 20h semanais de atividades que os estudantes beneficiários dos programas de permanência deveriam cumprir em razão do auxílio, e a permissão de acúmulo do auxílio permanência com bolsas/auxílios acadêmicos.

Outros avanços que podemos destacar são a expansão do programa auxílio alimentação aos câmpus universitários de Miracema, Tocantinópolis e Arraias que não dispunham de RU, e a implementação do programa auxílio moradia, que passou a contemplar os câmpus que não dispunham de casa estudantil.

O sistema de Cadastro Único dos Bolsistas (CUBO)⁷⁸ é uma novidade também quanto às ações de assistência estudantil. É por meio dele que os estudantes se inscrevem para concorrer aos auxílios da universidade. Inicialmente, os estudantes fazem o cadastro e apresentam a documentação solicitada por meio de edital específico para análise socioeconômica, a qual é feita por assistentes sociais, que emitem parecer favorável ou não, classificando o estudante conforme o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS). A partir do momento em que os estudantes possuem análise socioeconômica deferida, que, geralmente, possui validade de 01 (um) ano, poderão se inscrever para concorrer aos auxílios, mas os editais de auxílios são lançados semestralmente, para oportunizar aos ingressantes mais participação. No sistema todos os editais com inscrições abertas ficam evidentes, podendo o estudante inscrever-se conforme sua necessidade (permanência, moradia, alimentação, saúde).

Com o CUBO, o processo de seleção tornou-se menos burocrático e mais ágil, evitando deslocamentos dos estudantes e o acúmulo de papéis desnecessários, além da comodidade, pois o sistema pode ser acessado pelo celular (*smartphone*). O estudante

⁷⁷ O I Fórum aconteceu em 07 de abril de 2017, no entanto, a Resolução nº 26, que revogou de fato a obrigação do cumprimento das 20h atividades para os estudantes que recebiam o auxílio permanência só foi publicada em 17 de outubro de 2017.

⁷⁸ Para mais informações no site <<http://ww2.uft.edu.br/index.php/noticias0/20241-proest-publica-manual-para-instruir-alunos-na-utilizacao-do-sistema-cubo>>. Acesso em: 20 abr. 2018.

também pode, no período de análise socioeconômica, complementar informações, alterar ou substituir os arquivos de documentos e, ainda, acompanhar o andamento da inscrição. Os documentos podem ser alterados e/ou substituídos para participar de nova seleção, pois fica guardado na pasta do estudante no sistema, podendo este pleitear outra vaga em momento oportuno. Entretanto, como todo sistema novo, ainda precisa ser melhorado, pois houve reclamações por parte dos estudantes nos fóruns estudantis.

Por fim, destacam-se outras demandas apontadas pelos estudantes nos fóruns: fiscalização mais eficiente dos rendimentos acadêmicos dos beneficiários dos programas; transporte; necessidade de nivelamento dos estudantes com defasagem de conteúdo; transporte e auxílio creche.

Estas considerações sobre a PAE da UFT foram realizadas a partir de pesquisa documental, de pesquisa bibliográfica, do Fórum de Assistência Estudantil da UFT e dos dados obtidos por meio das entrevistas com os servidores envolvidas na gestão da política na UFT/câmpus de Palmas. Teve como propósito captar a visão da gestão de assistência estudantil na UFT quando da elaboração do programa; apresentar a trajetória da PAE na universidade e identificar as ações que vêm sendo implementadas, com vistas a melhor esclarecer o cenário atual da universidade quanto ao apoio a estudantes de origem popular.

A seguir, o quarto capítulo busca traçar a trajetória do PAP, evidenciando como ele vem sendo construído como uma política voltada ao atendimento de estudantes jovens de origem popular.

4. O PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA (PAP)

4.1 O histórico do PAP

Segundo Alves (2010), o Programa Bolsa Permanência (hoje PAP) foi criado em meio a um cenário de transição pelo qual a universidade passava. Recém-criada, a UFT apresentava déficit em seu quadro de pessoal técnico-administrativo, e, para suprir a demanda, a medida adotada foi a contratação de estagiários.

Com a necessidade de regulamentação dos/as estagiários/as, foi aprovada a Resolução nº 010/2004, instituindo o Programa de Bolsa de Estágio Remunerado, cujos principais objetivos eram proporcionar experiência na linha de formação do aluno e complementar o ensino-aprendizagem. O programa ofertava três modalidades: o Bolsa de Estágio I, para alunos de graduação do 1º ao 4º semestre, cujas atividades a serem executadas exigiam menor grau de dificuldade; o Bolsa de Estágio II – para alunos de graduação do 5º ao 8º semestre, que tivessem habilidades para desenvolver atividades técnicas e científicas; o Bolsa de Estágio III – para estudantes de Ensino Médio, de Educação Profissional e de Educação Especial, para realizar atividades que complementem o ensino e a aprendizagem, incorporação de hábitos de trabalho e relacionamento humano. A carga horária para execução das atividades variava entre 20, 30 ou 40 horas semanais. Além disso, curiosamente, um dos critérios para seleção era a “aferição do padrão socioeconômico do aluno/candidato ao programa, prioritário àqueles de baixa renda” (UFT, 2004b, p. 02), o que não fazia sentido, uma vez que o programa funcionava como um trabalho.

Conforme Alves (2010, p. 107) era de amplo conhecimento que a carga horária exigida para o programa poderia impactar no rendimento acadêmico do aluno, “contudo, o programa permaneceu na universidade, mesmo com a gestão ciente de que este não se tratava de uma política de assistência estudantil, mas de atendimento ao trabalho precarizado dentro da instituição”. Além disso, a maioria dos bolsistas não atuava na sua área de formação. As atividades eram desenvolvidas como recepcionistas, assistente administrativo, porém não tinham relação com o curso do estudante. Isso favoreceu questionamentos quanto à promoção da assistência estudantil pelo programa, uma vez que o critério mais relevante na seleção era a experiência profissional, e não a questão socioeconômica como tentavam mostrar que era, tampouco se ofertava alguma contrapartida ao estudante como alimentação, transporte etc.

Segundo Alves (2010), em 2005 havia muitas demandas por assistência estudantil, porém havia também falta de recursos e falta de interesse dos professores que atuavam na gestão da universidade, razão pela qual a Diretoria de Assuntos Estudantis ficou por um tempo desativada. No entanto, com a realização do Planejamento Estratégico da UFT, em 2005, a assistência estudantil foi identificada como desafio a ser enfrentado (UFT, 2006). O apoio aos estudantes indígenas, recém-ingressados pelo sistema de cotas, era um dos desafios para a universidade, uma vez que muitos moravam nas suas respectivas aldeias e enfrentavam dificuldades de diversas ordens, como financeira, cultural e até psicológica (ALVES, 2010).

A autora destaca que em 2006 só havia o programa bolsa estágio, no qual os estagiários exerciam 08 (oito) horas diárias de atividades na universidade e, além disso, a quantidade estava excedendo o limite permitido na legislação. Tal situação necessitava ser regularizada. Porém, os gestores da universidade temiam ficar com os setores desfalcados. Foi quando se pensou na criação do Programa Bolsa Permanência e levada a proposta ao Consuni, a qual foi aprovada, no entanto, nos moldes do Bolsa Estágio, pois a preocupação não era com a permanência, e sim com o trabalho.

Neste contexto, foi instituindo o Programa Bolsa Permanência Acadêmica, por meio da Resolução nº 09 de 2006⁷⁹, criado com o objetivo de viabilizar a permanência do/a aluno/a na Universidade e sua qualificação acadêmica, destinando-se a estudantes de graduação comprovadamente de baixa renda. No entanto, para fazer jus à bolsa de R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais, o/a participante do Programa deveria executar uma carga horária semanal de atividade de 20 (vinte) horas na universidade.

As seleções no PBP, conforme Alves (2010, p. 124), eram feitas informalmente até o primeiro semestre de 2009, quando passou a ser utilizado edital. Alguns estagiários eram arranjados por colegas, amigos e gestores. As avaliações socioeconômicas não abrangiam a todos os candidatos, pois chegavam muitos candidatos com recomendações internas e, às vezes, externas. Havia certa resistência de se criar mecanismos de seleção democráticos, como seleção pública via edital.

Além disso, no início da implantação da UFT, a assistência estudantil não era prioridade, uma vez que a proposta para o PBP era de criar um programa “bolsa trabalho”, como se evidencia na pesquisa de Alves (2010), pois a universidade passava dificuldades, como falta de recursos humanos e material, e precisava dar conta da demanda

⁷⁹ Revogada de acordo com deliberação do Consuni à certidão n.º 254/2010.

administrativa. Desta forma, a primeira versão do PBP foi uma espécie de “estágio não obrigatório”, não um programa de assistência.

Em 2010, a Resolução nº 12/2010⁸⁰ trouxe algumas normas para funcionamento do programa, entre elas, passou a ter também a modalidade institucional. Isto significa que a alocação de aluno no programa seria em um plano de monitoria ou projeto de pesquisa, extensão e cultura ou institucional, preferencialmente vinculado à área de formação. Além disso, destacou-se o caráter social do programa, com vistas a propiciar apoio a estudantes dos cursos de graduação presencial da universidade, classificados como em situação de carência socioeconômica.

Entretanto, essa resolução apresentava alguns pontos que dificultavam a participação dos estudantes em outros programas, considerados essenciais para a formação acadêmica, não permitindo o acúmulo de bolsas: “o aluno contemplado com a Bolsa Permanência não poderá acumulá-la com outro tipo de bolsa concedido pela Universidade ou por órgãos ou entidades externos e nem ter vínculo empregatício” (UFT, 2010, art. 29, p. 09).

Além disso, a bolsa era vinculada a alguma atividade administrativa ou acadêmica⁸¹, ou seja, os estudantes beneficiados com tais recursos deveriam executar 20h semanais de atividades administrativas em algum setor da universidade ou participar de algum projeto de professor, auxiliando-os na execução de tarefas acadêmicas, o que dificultava o desenvolvimento acadêmico destes/as. Desta forma, entre os critérios para se candidatar a uma bolsa, o estudante deveria ter: “a disponibilidade de 20h (vinte) horas semanais para o desempenho de atividades previstas no projeto” (UFT/Consuni, 2010, art. 16, III, p. 05).

O programa permaneceu nesses moldes até 2017, quando, com a nova gestão, as ações da Proest começaram a ser mais participativas e democráticas para a comunidade acadêmica. Criou-se o Fórum⁸² de Assistência Estudantil da UFT para deliberação das demandas dos discentes. No evento foi discutido sobre o acúmulo de auxílio permanência

⁸⁰ Resolução do Conselho Universitário (Consuni) nº 12/2010, que dispõe sobre as normas para funcionamento do Programa Bolsa Permanência, destinado aos alunos dos cursos de graduação presencial da UFT. Disponível em site <[http://: www.uft.edu.br](http://www.uft.edu.br)>. Acesso em: 30 jan. 2018.

⁸¹ Em razão das atividades a serem desenvolvidas pelas/os beneficiárias/os, as bolsas eram nomeadas de Bolsa Permanência Institucional (cuja atividade a ser desenvolvida era administrativa na instituição – UFT) e de Bolsa Permanência Acadêmica (cuja atividade a ser desenvolvida era acadêmica em algum projeto de professor).

⁸² A primeira edição do Fórum de Assistência Estudantil da UFT aconteceu em 07 de abril de 2017 e as deliberações ocorreram em uma segunda etapa de reuniões, 12 mai. 2017, realizada com delegados estudantis do Fórum e representantes da Proest, com registro em Ata de aprovação..

com os de iniciação científica e foi aprovada pelos delegados a proposta de alteração da Resolução do Conselho Universitário (Consuni) nº 12/2010, permitindo o acúmulo de auxílios. O tema já era uma demanda dos discentes, inclusive já havia reivindicação dos estudantes, por meio do Diretório Acadêmico Estudantil (DCE), a respeito. Assim, a proposta aprovada, sendo encaminhada posteriormente ao Consuni para aprovação e publicação, o que resultou na Resolução Consuni nº 16, de 28 de junho de 2017 – que revogou o art. 29 da Resolução Consuni nº 12/2010, para permitir o acúmulo de bolsas.

Contudo, ainda não havia uma política de assistência estudantil, tampouco uma regulamentação que abarcasse todas as ações, embora algumas fossem definidas em edital, não havia uma continuidade, pois, os editais são alterados a cada seleção. Algumas ações ocorriam sem normativas, conforme a demanda e a disponibilidade de recursos.

Desta forma, após deliberação e votação nos Fóruns de Assistência Estudantil, foi aprovada a Resolução Consuni nº 26⁸³, de 17 de outubro de 2017 – regulamentando a Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Essa resolução significou um avanço para a PAE da UFT, uma vez que a partir dela, não se exige mais o cumprimento de 20h/atividades dos/as estudantes beneficiários do Programa Auxílio Permanência (PAP), por compreender que a permanência e a integralização do curso pelo/a estudante é a contrapartida que ele/a pode oferecer.

Com a nova gestão na Proest, o Programa Bolsa Permanência passou a ser nomeado de Programa Auxílio Permanência (PAP). Trata-se de uma política estudantil institucional, fomentada por recursos oriundos do PNAES, os quais são repassados em parcelas para a UFT para a gestão de políticas de assistência estudantil. O programa foi instituído pelo Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 e pelo Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010 e, atualmente, pela Resolução Consuni nº 26 de outubro de 2017, que regulamenta a PAE na UFT.

O subsídio do Programa é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), repassados mensalmente para cada estudantes contemplado, sendo renovado semestralmente, podendo chegar até a conclusão do curso, a depender da disponibilidade orçamentária e da condição socioeconômica dos/as estudantes. Para ingressar no Programa, os estudantes precisam

⁸³ Resolução do Conselho Universitário (Consuni) nº 26/2018, que dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Disponível em: <<http://www.uft.edu.br>>. Acesso em: 30 jan. 2018.

atender a uma série de requisitos, entre eles, uma análise socioeconômica, que verifica o grau de vulnerabilidade social dos/as candidatos/as. A análise socioeconômica é realizada por profissionais de assistência social, servidores e servidoras da UFT, que atuam na Proest, na Política de Assistência Estudantil. O cálculo para análise da condição socioeconômica é baseado em um IVS, que classifica os estudantes conforme o grau de vulnerabilidade.

Para tanto, alguns indicadores são considerados como fatores agravantes da situação socioeconômica: a Situação de Trabalho/Renda (STR); Participação em Programas Sociais – Bolsa Família (BPC); Valor da Renda *per capita* (VR); Responsável pelo Provimento da Renda Familiar (RPR); Nível de escolaridade dos Pais ou responsável (is) financeiro (s); Condições Educacionais do Ensino Médio (CEEM); Turno do Curso (TC); Situação de Moradia (SM); Situação de Transporte/Deslocamento para Universidade (STDU); Existência de doenças crônicas e/ou graves; deficiências, e dependência psicoativa; Existência de criança menor de 05 anos; Existência de pessoa (s) idosa (s). A esses indicadores são atribuídos valores que formam o IVS, o qual define as cinco classes de vulnerabilidade.

Nesse cálculo, quanto maior for a quantidade de agravantes, menor será o fator e maior a vulnerabilidade. O IVS equivale ao fator X renda bruta, dividido pelo salário mínimo vigente X o número de pessoas da família. Assim, são definidas cinco classes: I, II, III, IV e V, denominadas, respectivamente, de vulnerabilidade extrema, alta, moderada, baixa e muito baixa. Nesta escala, a classe I considera valores entre 0,0000 e 0,2500; a classe II, entre 0,2501 e 0,5000; a classe III, entre 0,5001 e 0,7500; classe IV, entre 0,7501 e 1,0; e classe V, entre 1,0001 e 1,5000. Atendidos esses critérios, entre outros, os estudantes poderão ser beneficiados com a Bolsa Auxílio Permanência, uma vez que a prioridade é o atendimento das classes I e II. Esses critérios são definidos em editais quando da seleção de candidatos. A seguir, o Quadro 4 apresenta a evolução do Programa Bolsa Permanência desde a sua criação.

Quadro 4 – Evolução do Programa Auxílio Permanência:

Evolução do Programa Auxílio Permanência (PAP)*	
Ano	Quantidade de beneficiários do PAP
2007	16
2008	47
2009	509

2010	668
2011	550
2013	682
2014	650
2015	375
2016	822
2017	1479

*Destaca-se que o Programa Auxílio Permanência (PAP) UFT era denominado de Programa Bolsa Permanência UFT modalidades Acadêmica e Institucional. Assim, os dados provenientes dos Relatórios de Avaliação são nomeados pelo primeiro nome.

**Não foi localizada a quantidade de beneficiados referente ao ano de 2012 nos documentos analisados, tampouco no setor de Assistência Estudantil da UFT. Isso pode significar que não houve atendimento nesse período.

Fonte: Elaborado a partir de dados primários desta pesquisa e de dados oriundos dos Relatórios de Avaliação da UFT, dos anos 2009, 2012, 2014 e 2015.

A partir do Quadro 5, nota-se o processo de evolução de atendimento do PBP/ PAP, cujas vagas foram ampliadas ao longo de sua criação. Essa evolução está relacionada à ampliação das vagas na universidade e também aos investimentos feitos pelo governo nas IFES, no período de análise da pesquisa. No primeiro semestre de 2017, estão sendo atendidos pelo PAP aproximadamente 1.500 (mil e quinhentos) estudantes, como se observa no Quadro 5.

Quadro 5- Estudantes Atendidos pelo PAP (1º Semestre de 2017)

Demonstrativo de estudantes atendidos/as pelo PAP no primeiro semestre de 2017	
Araguaína	259
Arraias	258
Gurupi	243
Miracema	85
Palmas	316
Porto Nacional	70
Tocantinópolis	248
Total	1479

Fonte: Elaboração própria – Resultados da pesquisa – Dados primários

A seguir será apresentado o quinto capítulo, que nos traz a análise dos resultados e as discussões da pesquisa empírica. O capítulo foi elaborado a partir dos dados obtidos com o questionário aplicado aos/às beneficiários/as do PAP.

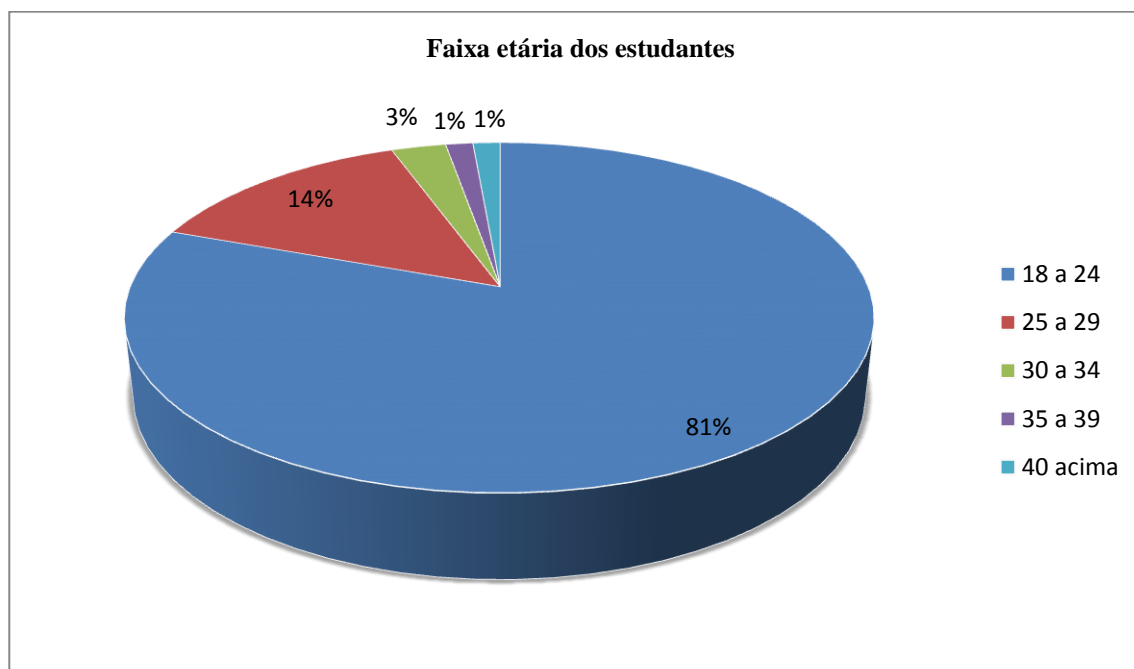
5. DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES DA PESQUISA

5.1 Perfil dos Beneficiários do PAP

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica e discussões sobre o Programa Auxílio Permanência (PAP), objeto deste estudo, cujo âmbito de abrangência foi o câmpus universitário de Palmas. A pesquisa consistiu em uma amostra de 72 (setenta e dois) respondentes, dentre os 316⁸⁴ (trezentos e dezesseis) beneficiários do PAP da capital. A amostra representa 22,7% do total de beneficiários do Câmpus de Palmas, que possui o maior número de atendimentos entre os câmpus e maior diversidade de cursos.

A maioria dos pesquisados são do sexo masculino, com 51,4%, contra 48,6% do sexo feminino. A distribuição dos estudantes conforme faixa etária segue apresentada no Gráfico 1.

Gráfico 1 - Faixa Etária dos Jovens Beneficiários do PAP



Fonte: Elaboração própria

Do Gráfico 1, infere-se que a faixa etária predominante dos pesquisados é de 18 a 24 anos (jovem-jovem), na qual se encontram 81% dos respondentes, em seguida os de 25

⁸⁴ Quantitativo referente ao primeiro semestre de 2017, que é o recorte temporário da coleta de dados empíricos desta pesquisa.

a 29 anos (jovem-adulto), com 14%, restando apenas 5% de estudantes maiores de 29 anos. Assim, soma-se um percentual de 95% dos respondentes com idade entre 18 e 29 anos.

Quando à raça/cor/etnia, 58,3% responderam que se definem como pardos; 25% pretos; 13,9% brancos; e 1,4% não declararam. Somando-se pardos e pretos, temos 83,3% de negros, uma vez que pardo pode ser entendida como uma variação da raça negra. Esse dado é característico da região norte, principalmente do Estado do Tocantins, onde têm muitas comunidades quilombolas. No entanto, essa classificação étnico-racial do IBGE que divide as pessoas em brancas, amarelas, pardas, pretas e indígenas não é aceita por todos, uma vez que a população brasileira é miscigenada, composta de pessoas de diversas origens e diversos tons de pele.

Frigotto (2004) critica essa definição por entender que os pardos deveriam estar no grupo dos negros, pois a população brasileira é miscigenada, composta por várias tendências culturais e de sangue branco, indígena e negro, portanto, negra. Assim, a raça branca estaria com predominância, não correspondendo à realidade, uma vez que os negros (pretos e pardos) constituem a grande maioria brasileira.

Desta forma, essa definição de raça é complexa e controversa no plano sociológico, político e psicossocial, reforçando o preconceito racial:

Estas formas de classificação não são inocentes. Historicamente, no Brasil há um trabalho ideológico de embranquecimento da população. Assim é que 41% dos jovens são considerados pardos e, portanto, não-negros. Essa leitura dissimula e reforça o preconceito racial (FRIGOTTO, 2004, 187).

Esse preconceito velado advém da forma de a população negra denominar-se predominantemente parda, o que configura uma violência simbólica⁸⁵. Não será aprofundada aqui a discussão sobre o racismo, tendo em vista que não é objetivo da pesquisa, porém foi uma evidência da aplicação do questionário e merece ser observada.

Em relação ao perfil socioeconômico e familiar dos respondentes, buscou-se constituí-lo a partir de questões sobre, idade, sexo, estado civil, família, origem, moradia, trabalho e forma de ingresso à universidade. O objetivo foi identificar, por meio desses elementos, quem são os estudantes que acessam o PAP.

Os resultados mostraram que os beneficiários do PAP são, em maioria, solteiros (88,9%), não possuem filhos (86,1%) e não moram com suas famílias (75%); (68%) vivem

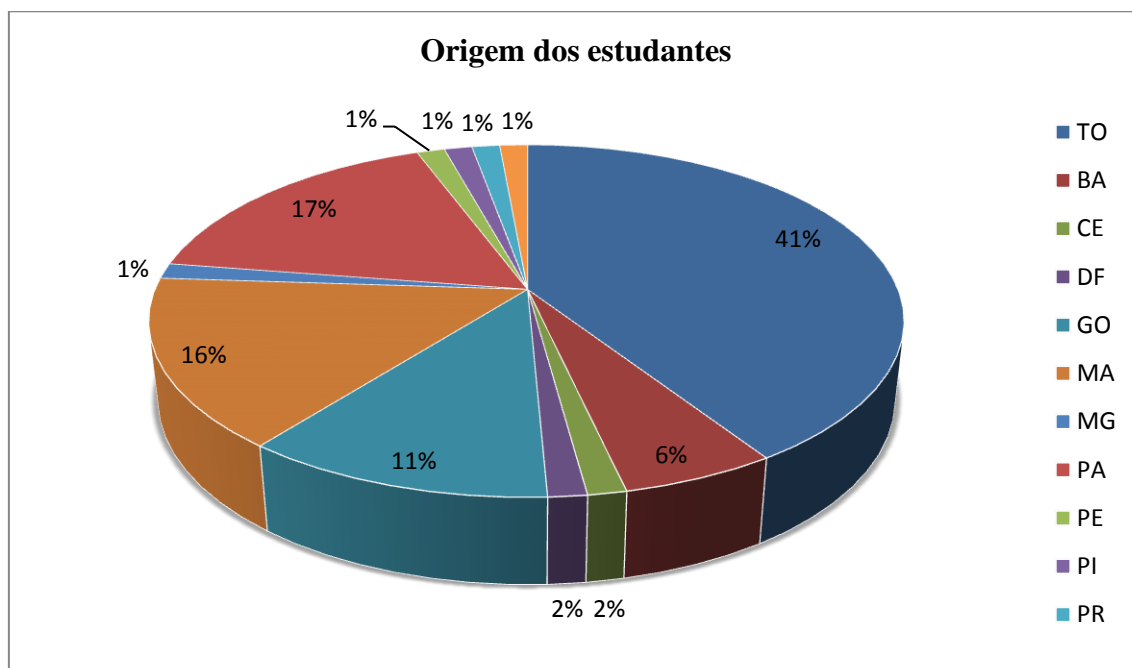
⁸⁵ Ver BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil LTDA, 1989, v. único.

em imóveis alugados do tipo *kitnet* e dividem o domicílio com outras pessoas. Do total, apenas 8,3% deles residem em casa de estudante, o que permite concluir que o Programa Auxílio Moradia na UFT, por meio de casas estudantis, ainda precisa ampliar seu alcance aos discentes que carecem desse apoio.

A maioria dos respondentes (54, 2%) é sustentada pelo pai, pela mãe ou pelos dois, no entanto, uma parte considerável (29,2%) é responsável pelo próprio sustento, os demais recebem apoio de outras pessoas da família ou cônjuge. Os que se sustentam executam trabalhos eventuais para custear suas despesas, como serviços de faxina e de garçons/garçonetes à noite e nos finais de semana, como será mostrado mais à frente, em item específico.

A origem dos estudantes será apresentada no Gráfico 2 em que foram distribuídos por estado:

Gráfico 2 – Origem dos Jovens Beneficiários do PAP



Fonte: Elaboração própria

Inferese do Gráfico 2, que os estudantes são predominantemente oriundos da Região Norte, com maior percentual (41%) do estado do Tocantins, seguido do Pará, com 17%, e Maranhão com 16%. Os demais estudantes estão distribuídos entre outros estados, conforme se pode verificar no gráfico 2.

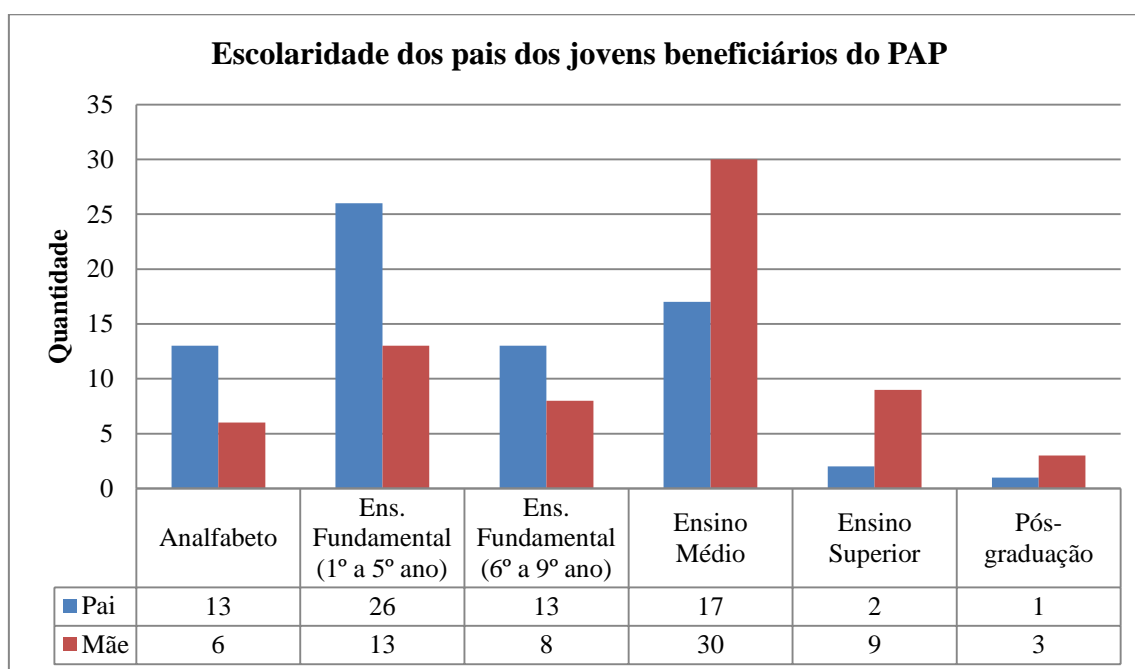
Vale ressaltar que as condições socioeconômicas da maioria dos jovens, nas IFES na Região Norte, dificultam o acesso ao ES. Os dados do FONAPRACE (2016, p. 10) evidenciaram que

[...] do universo estudantil a ser alvo das políticas de assistência estudantil das IFES ultrapassa os 66% do total de graduandos das IFES, sendo que nas regiões Nordeste e Norte esse universo alcança mais de 76% dos estudantes de cada região, um número realmente expressivo.

Isso é constatado no perfil do alunado da UFT e expressa tamanho desafio para o setor de Assistência Estudantil, que assim como a maioria das universidades da Região Norte, sofre com a falta de recursos. O isolamento de regiões Norte e Nordeste, aliado à falta de investimentos em estruturas adequadas e professores, não apenas no ES, mas principalmente na educação básica, conforme a realidade das comunidades dessas localidades, são fatores que tornam tais regiões do país como as mais atrasadas na educação escolar. Portanto, o acesso à educação formal na região Norte é o principal determinante para que a educação mantenha-se em níveis baixos, expressando uma enorme desigualdade em relação ao restante do país.

Em relação aos estudantes, a seguir é apresentado o Gráfico 3 – com informações sobre a escolaridade dos pais e mães dos jovens beneficiados com o PAP.

Gráfico 3- Escolaridade dos Pais dos Jovens Beneficiários do PAP



Fonte: Elaboração própria

Quanto à escolaridade dos ascendentes dos jovens beneficiados com o PAP, evidencia-se que a maioria dos pais e das mães possui baixa escolaridade. Mais de 18% dos pais são analfabetos, enquanto as mães apresentam quase a metade desse percentual, com 8,33%. As mães também se encontram em melhor posição em relação aos outros níveis de ensino, apresentando maior número com Ensino Médio (EM) e (ES) que os pais; estes estão mais concentrados no Ensino Fundamental.

A comparação da escolaridade dos pais com a das mães demonstra que as mulheres estudaram mais, embora normalmente são elas que abrem mão das suas carreiras para cuidarem dos filhos e, ainda assim, conseguem conciliar a vida profissional com os papéis sociais “estabelecidos” para a mulher. A responsabilidade pelas tarefas domésticas afeta a inserção das mulheres no mercado de trabalho, e, apesar disso, elas se destacam quanto ao nível de instrução. Uma pesquisa recente do IBGE⁸⁶, que comparou o rendimento habitual médio mensal de todos os trabalhos de homens e mulheres, considerando-se a distribuição por sexo, no período de 2012 a 2016, confirma a desigualdade de gênero no mercado de trabalho. A pesquisa aponta que, embora as mulheres tenham alcançado maior nível educacional, elas têm ganhado salários inferiores aos dos homens com mesmo grau de instrução e mesma área de formação. As mulheres ganham, em média, 75% (setenta e cinco por cento) do que os homens ganham. Esses dados ainda são mais inferiores quando comparados com homens e mulheres de cor preta ou parda, o que evidencia também a desigualdade racial, além da de gênero.

A educação e o trabalho são normalmente associados à mobilidade⁸⁷ social. Uma pesquisa realizada pela PNAD/IBGE (2014)⁸⁸ mostrou que o nível de escolarização dos pais influencia no rendimento dos filhos. Conforme a pesquisa, mais da metade dos filhos

⁸⁶ As informações são oriundas das pesquisas do IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD e PNAD Contínua), Projeções da População, Estatísticas do Registro Civil, Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) e Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic), além do Ministério da Saúde, Presidência da República, Congresso Nacional, Tribunal Superior Eleitoral e Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Informações disponíveis em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=series-historicas>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

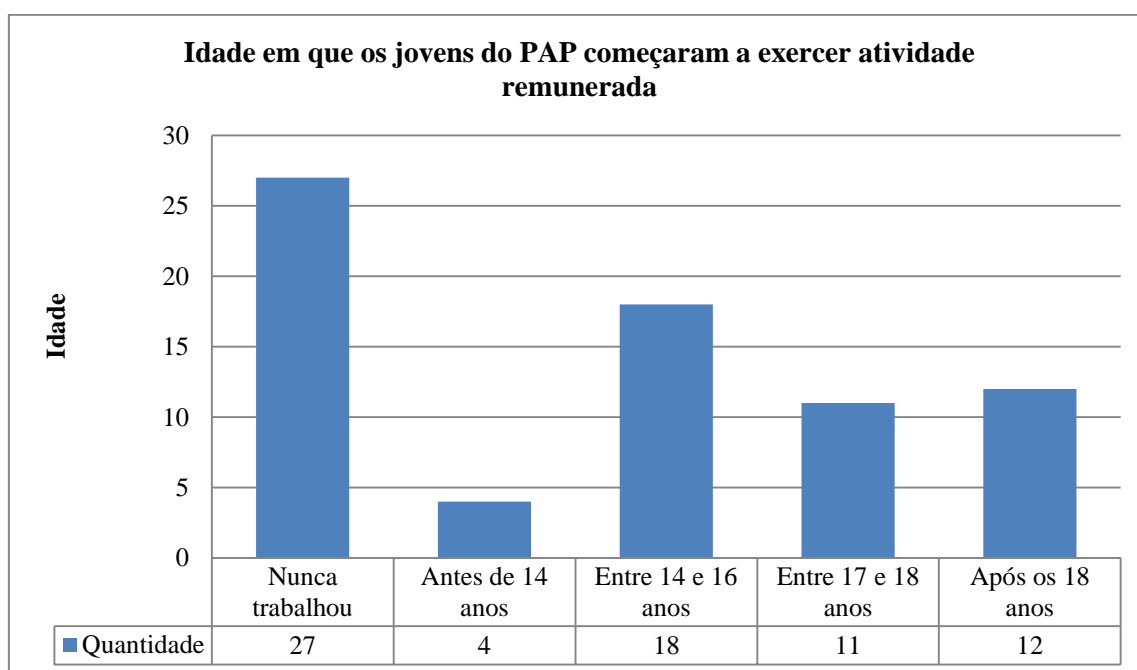
⁸⁷ Entende-se por mobilidade intergeracional a mobilidade de sócio ocupação dos filhos em relação aos pais e intrageracional, aquela que resulta da mobilidade dos indivíduos ao longo de sua carreira.

⁸⁸ Os dados são do suplemento Mobilidade Sócio ocupacional, da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad 2014), realizada em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS). Os cálculos foram baseados nos estratos separados por rendimento e critério de vulnerabilidade socioeconômica. Mais informações sobre a pesquisa em: <https://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/mobilidade_socio_ocupacional_2014/default.shtm>. Acesso em: 13 fev. 2018.

(51,4%) alcançaram ascensão sócio ocupacional em relação à mãe (mobilidade intergeracional), enquanto 47,4% ascenderam em relação ao pai, sendo a escolaridade dos pais fator determinante no rendimento médio dos filhos, mesmo não considerando a escolaridade destes.

Considerando-se que nesta pesquisa são pontos principais a educação e o trabalho para as juventudes, apresenta-se o Gráfico 4, o qual mostra a idade em que os jovens iniciaram atividades remuneradas.

Gráfico 4 – Idade em que os Jovens Beneficiários do PAP Iniciaram Atividade Remunerada



Fonte: Elaboração própria

A partir da análise do Gráfico 4, constata-se que a maior parte (27) dos jovens respondentes nunca trabalhou; uma pequena parcela (4) começou a exercer atividade remunerada antes dos 14 anos de idade; 18 deles, entre 14 e 16 anos; 11 entre, 17 e 18 anos; e 12 iniciaram após os 18 anos de idade. Infere-se dos dados que mais de metade dos estudantes teve início precoce no mercado de trabalho, o que pode refletir nos desempenho acadêmico destes.

Além disso, é alto o índice dos estudantes que começaram a trabalhar na faixa etária entre 14 e 16 anos. Esse dado reflete o que vivencia grande parte da população brasileira que tem vida economicamente ativa muito cedo e, normalmente, em trabalho

precário. Segundo uma pesquisa divulgada pelo IBGE (2017)⁸⁹, em 2015, 44,2% dos ocupados maiores de 14 anos começaram a trabalhar antes de completar essa idade.

Essa parcela dos trabalhadores jovens é muito alta, uma vez que muitos não estudam ou estudam pouco, comprometendo, assim, seu futuro e o do país, logo são grandes as chances de terem baixa produtividade.

Portanto, o trabalho precoce aumenta o risco de abandono dos estudos ou compromete a qualidade da aprendizagem porque os jovens precisam conciliar o trabalho e a escola. Isso prejudica o desenvolvimento deles, impactando seu futuro profissional, favorecendo a ocupação de postos de trabalho mais precários e com salário baixo na vida adulta.

Frigotto (2004) sugere que o início de trabalho remunerado deveria acontecer após os 25 anos de idade, período em que os jovens já teriam concluído sua graduação. O autor considera que esse período seria dedicado apenas aos estudos. Desta forma, se ampliaria o tempo livre e de escolhas dos jovens, de modo a entrar mais tarde no mercado de trabalho. O autor questiona que o modelo de construção do mercado de trabalho usurpa direitos dos cidadãos, adquiridos pela classe trabalhadora ao longo do século XX.

Neste sentido, os jovens são mais afetados, quando o mercado impede que os jovens tenham mais tempo livre. Isto ocasionou o aumento da pobreza e da inclusão precarizada, abrangendo mais o segmento juvenil. Em suma, cresceu o quantitativo de jovens que executam algum tipo de trabalho com o fim de ajudar os pais e compor a renda familiar, o que não se configura como escolha, mas uma imposição do capitalismo, que instaura a insegurança na sociedade, fazendo com que os jovens recorram aos mais diversos meios para sobrevivência. Essas situações se inscrevem na discussão em que se insere o trabalho precoce e a educação dual e precária aos jovens da classe trabalhadora, que constituem o núcleo estrutural do capitalismo de onde nascem as maiores contradições.

5.2 Atividades acadêmicas dos beneficiários do PAP

Este tópico buscou reunir informações sobre o percurso acadêmico dos estudantes, com vistas identificar o desempenho desses universitários e compreender sua trajetória na universidade. As questões abordaram sobre a forma de ingresso, curso, turno de estudo, período, entre outras. Assim, a maioria (94,4%) cursou todo o ensino médio na rede

⁸⁹ Dados oriundos da Síntese dos Indicadores Sociais (2017) disponíveis em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101459>. Acesso em: 14 abr. 2018.

pública de educação; apenas 2,8% cursaram todo o ensino médio em escola particular, e outros 2,8% cursaram a maior parte em escola pública.

A forma de ingresso dos estudantes na universidade foi, em maioria, pelo sisu/enem com 52,8 %, seguido de vestibular, com 44,4%, e o restante (2,78%) ingressou via Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

Ainda sobre a forma de ingresso à UFT, a maioria (62,5%) disse que ocorreu mediante políticas públicas de ação afirmativa, sendo por diversos critérios: étnico-racial, renda e oriundos de escolas públicas. Do total de estudantes, apenas 37,5% ingressaram por cota universal. Isso reforça a importância das políticas públicas de ação afirmativa às pessoas com baixas condições socioeconômicas por meio da reserva de vagas pela Lei 12.711/2012, que garante um percentual de vagas a pretos, pardos e indígenas e estudantes oriundos de escolas públicas.

Quanto aos cursos de graduação dos pesquisados, notou-se uma abrangência geral em quase todos os cursos ofertados no câmpus, sendo com maior percentual estudantes do curso de Engenharia Ambiental com (15, 27%), seguido de Direito (8,33%) e Engenharia Elétrica (8,33%), os demais foram bem distribuídos entre os outros cursos, variando entre 1, 2, 3 e 4 estudantes por curso.

Quando se perguntou sobre o turno do curso dos beneficiários, a resposta predominante foi turno integral, com (58,3%), seguido do noturno, com 29,2% e, por último, o matutino, com 12,5%. A maioria dos respondentes (98,6%) nunca trancou o curso. Porém, mais da metade (65,3%) já reprovou em alguma disciplina.

Em relação aos motivos que levaram à reprovação em disciplinas, as respostas estão mais concentradas em dificuldades de diversas ordens enfrentadas pelos alunos na universidade. Entre as principais causas destacaram-se: dificuldades financeiras; problemas de saúde, grande parte relacionados à depressão e fatores psicológicos; falta de base no ensino médio; não compreensão da didática do professor; não compreensão de conteúdo das disciplinas (a maioria); dificuldade de adaptação ao ambiente universitário e sobrecarga de matéria. Além disso, problemas pessoais, greve e falta de motivação.

No entanto, o que chamou atenção foi um aluno ter reprovado 18 (dezoito) vezes durante o curso. Ele elencou distintos fatores que o levaram à reprovação nas disciplinas como instabilidade financeira, emocional e espiritual, irresponsabilidade, falta de base de ensino, baixa autoestima e falta de apoio familiar.

5.3 Avaliação do PAP pelos beneficiários

Em relação ao tempo em que são beneficiários do PAP, quase metade (44,4%) está entre 06 e 12 meses no programa; 20,8% está entre 12 e 24 meses; 19,4% está há mais de 24 meses e o restante (15,4%) está há menos 06 meses no PAP.

Sobre a contribuição do auxílio para a permanência na universidade, a maioria (95,8%) respondeu que contribui muito, apenas 4,2% disseram que contribui parcialmente.

Sobre se o PAP permitiu melhora no desempenho acadêmico, foi quase unânime (98,6%) a resposta de que favoreceu a permanência, apenas 01 (um/uma) estudante respondeu que não teve melhora. Quando perguntados se os estudantes teriam continuado o curso na UFT sem o auxílio, apenas 20,8% teriam continuado o curso, 79,2% não teriam continuado.

Sobre a participação dos estudantes em algum projeto, em razão do auxílio, 68,1% não participam, porém 31,9% participam de alguns programas como projeto de extensão e pesquisa. Embora os estudantes não detalharam como são realizadas as atividades nesse projeto de extensão, pode-se deduzir, desse contexto, que, embora tenha sido revogada a legislação antiga do PAP, na qual os beneficiários deveriam executar atividades em razão da bolsa, alguns ainda exercem algum tipo de atividade. Assim, cabe à Proest, uma investigação mais aprofundada no sentido de averiguar tal situação inclusive nos demais câmpus da universidade.

Quanto aos aspectos do Programa Auxílio Permanência que precisam ser melhorados, os estudantes apontaram diversas questões como: valor do auxílio, atendimento ao beneficiário, fiscalização, aumento dos meses do auxílio, agilidade no processo após a entrega de documentos, aumento do número de atendidos e acompanhamento dos alunos; burocracia e demora muito grande entre a seleção e o pagamento do auxílio; a desigualdade do valor da bolsa, comparando-se com a bolsa dos indígenas e quilombolas que é 900 (novecentos reais), enquanto a de permanência UFT é de 400 (quatrocentos reais).

Pode-se inferir desses dados que as ações de assistência estudantil na UFT são um desafio, necessitando avançar ainda em muitos pontos para alcançar mais estudantes e tornar-se uma política consolidada. A maioria dos estudantes é de origem popular e esse apoio é imprescindível para permanecer no curso. Dos beneficiários do PAP, são poucos os que recebem auxílios de outros programas, 16,6% recebem auxílio alimentação, 5,5% recebem auxílio moradia, 4,16% recebem auxílio saúde. Dada as condições ressaltadas

pelos estudantes, estes números são poucos, diante da quantidade de estudantes com perfil PNAES na UFT.

Em relação à avaliação do PAP pelos estudantes, 72,2% responderam que consideram o auxílio bom, 26,4% avaliaram como regular o programa e 1,4% ruim. Isso evidencia que as ações do PAP atendem aos interesses dos estudantes.

Ao se perguntar se os estudantes exercem atividade remunerada, 71% responderam que não exercem atividade remunerada, outra parte (29%) respondeu que exerce atividades eventuais para se manter na universidade. Entre as respostas, a maioria faz estágio remunerado, outros trabalham na iniciativa privada como assistente administrativo, estoquista, coordenação de eventos. Porém, o que chamou a atenção foi que muitos desenvolvem atividades como *freelance* (trabalhos eventuais) como garçons de lanchonetes aos domingos, faxineiras, auxiliar de evento, trançador de cabelo, manutenção de computadores, no intuito de custear as despesas e se manterem na universidade. Eles destacaram que, em razão de estudar curso integral, enfrentam dificuldade de conseguir um emprego que se encaixe no horário, por isso fazem trabalhos eventuais.

Além disso, os dados evidenciaram que a PAE da UFT necessita de acompanhamento quanto à fiscalização e acompanhamento dos estudantes para verificar o desempenho acadêmico destes. A situação da UFT demanda esforços no sentido de maior destinação orçamentária para as PAEs, que, conforme evidenciado nos dados empíricos, são insuficientes diante da demanda.

Neste sentido, os alunos têm se manifestado, visando à reivindicação de seus direitos de assistência e permanência estudantis garantidos pelo PNAES. Em outubro de 2017, eles ocuparam o Bloco I do câmpus de Porto Nacional da UFT, requerendo melhorias na casa estudantil e revisão dos editais de seleção para entrada na residência.

Em abril de 2018, os estudantes ocuparam o auditório da reitoria do câmpus de Palmas, reivindicando por moradia estudantil dentro do câmpus, refeição (café da manhã) no RU durante a semana, inclusive nos finais de semana e acesso aos Laboratórios de Informática (Labins), não apenas nos dias reservados, mas durante todos os dias da semana. Após algumas reuniões entre representantes da ocupação, Vice-reitoria, Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e Direção do câmpus, suas reivindicações estão sendo atendidas parcialmente, foram disponibilizados computadores no auditório da reitoria para os estudantes e a gestão da UFT está realizando mapeamento de local que possa servir de alojamento aos estudantes provisoriamente.

Esses movimentos refletem a situação da PAE na universidade e reforçam a tese da necessidade de mais investimento aos estudantes, dada a realidade local, com vista a galgar sucesso no ES e, posteriormente, no âmbito profissional.

Assim, infere-se que a oferta da assistência estudantil tem o potencial de amenizar as desigualdades sociais, com a oferta de educação aos jovens que não dispõem de recursos. A educação e o trabalho são os pilares para sustentação de uma vida socialmente justa e digna, por meio do acesso e permanência no ES lhes permitirá melhores condições de trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação se propôs a compreender as expectativas dos jovens beneficiários do programa com relação aos temas educação e trabalho, por meio da aplicação de questionários aos jovens estudantes da UFT, especificamente do Câmpus de Palmas, beneficiários do Programa Auxílio Permanência UFT.

Considerando-se as especificidades do Estado Brasileiro, o qual é historicamente marcado pelas desigualdades sociais e pela pobreza, grande parcela da sociedade encontra dificuldade para ingressar na educação formal, principalmente no ES, que está intimamente ligado ao mercado de trabalho. Desta forma, a pobreza constitui um sério instrumento de exclusão social e cultural.

O contexto sociocultural brasileiro tem evidenciado que a educação, apesar das intenções preconizadas, não tem sido um direito exercido por todos os brasileiros. Considerando o percentual de juventudes no ES no país e comparando-o com outros países, ainda é muito pequena a parcela da grande massa dos pobres que consegue fazer uma longa e boa trajetória escolar, pois muitos jovens abrem mão da tão sonhada universidade para trabalhar e contribuir para o sustento da família.

Embora, nos últimos anos, mais especificamente no governo Lula e Dilma (2003 a 2016), tenham-se investido em políticas sociais, as juventudes ainda constituem a parte mais atingida pelos problemas sociais, como o desemprego e a escassez de oportunidades educacionais. Além disso, são altos os índices de evasão nas IFES. Desde o primeiro FONAPRACE (1997) vem sendo apontado que a maior parte das causas de evasão e retenção é a condição socioeconômica dos estudantes. Todavia, combater esses entraves no ES é uma tarefa social das IFES nas suas missões de formar cidadãos participativos, que busquem a ampliação dos seus direitos e a justiça social.

Desta forma, a oferta de assistência estudantil aos jovens de origem popular nas universidades públicas é uma forma de tentar superar esse quadro de disparidades, quebrando o ciclo da pobreza vivenciado por eles e suas famílias. Neste sentido, o PNAES tem sido ferramenta fundamental na proposta de ampliar as condições de permanências das juventudes nas IFES. Contudo, em meio ao cenário em que se encontra a educação brasileira, em que as universidades públicas têm recebido cada vez menos investimento⁹⁰,

⁹⁰ Houve corte nos repasses às IFES, cujas perdas orçamentárias em 2017 representaram corte significativo em relação ao de 2016 (6,74% nominal na matriz de custeio, 10% no programa de expansão Reuni, 40,1% em capital, 3,15% do Programa Nacional de Assistência Estudantil e mais 6,28% de inflação no período). No

existe uma dificuldade ainda maior para o acesso dos jovens de classes populares a essa modalidade de ensino.

A EC 95/2016, originária da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 241⁹¹, aprovada em 2016, prevê uma limitação para os gastos sociais, principalmente com saúde e educação, para os próximos vinte anos, o que vem a comprometer o avanço educacional em todos os níveis. Desta forma, configura-se um retrocesso na educação pública, não permitindo a criação de novas medidas que extrapolem esses gastos.

Além disso, a Região Norte apresenta elevados índices de desigualdade em relação às outras regiões brasileiras, com um quadro extremamente injusto no campo das oportunidades sociais. No Estado do Tocantins a situação ainda é mais crítica, pois conta com apenas uma universidade federal que não é capaz de absorver a clientela, tampouco de ofertar condições de permanência a todos/as que necessitam, uma vez que mais de 70% dos estudantes das IFES da Região Norte possuem o perfil PNAES, ou seja, passam por dificuldades socioeconômicas e necessitam do auxílio para permanecer na universidade.

Nesta perspectiva, para que o aluno possa desenvolver-se em plenitude acadêmica, torna-se necessário associar à qualidade do ensino ministrado, uma política efetiva de assistência, em termos de moradia, alimentação, saúde, esporte, cultura e lazer, entre outras condições. Para o desempenho do seu papel social, o estudante universitário precisa, igualmente, de livros, equipamentos de aprendizagem prática, acesso à informação e oportunidade de participação em eventos acadêmicos e culturais.

A busca da redução das desigualdades socioeconômicas faz parte do processo de democratização da universidade e da própria sociedade brasileira. Essa democratização não se pode efetivar apenas mediante o acesso à educação superior gratuita. São necessários os mecanismos que garantam a permanência dos que nela ingressam, reduzindo os efeitos das

orçamento de custeio para 2018 mantém os valores da matriz de 2017, reduz o Reuni em aproximadamente 11% e não recompõe a inflação do período, além de desconsiderar a expansão do sistema. Informação disponível em: <<http://www.andifes.org.br/52515-2/>>. Acesso em: 13 dez. 2017.

⁹¹ A PEC 55, antiga PEC 241, foi aprovada em 2016, sendo renomeada de Emenda Constitucional 95/2016. A emenda altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. As discussões para chegar à votação desta foram inúmeras. Os movimentos sociais e organizações da sociedade civil ligadas à educação foram às ruas protestar contra essa medida que limita os gastos públicos com saúde e educação. Embora o rechaço foi praticamente unânime, não foi capaz de barrar sua aprovação. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, o Movimento Todos pela Educação, Instituto Alana, Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB), a Rede Nacional Primeira Infância (RNPI) e a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) são algumas das entidades que se manifestaram criticamente em relação à aprovação da PEC. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm>. Acesso em: 28 nov. 2017. Sua publicação original na íntegra encontra-se disponível no Diário Oficial da União - Seção 01 - 16/12/2016, Página 02.

desigualdades apresentadas por um conjunto de estudantes, provenientes de segmentos sociais cada vez mais pauperizados e que apresentam dificuldades concretas de prosseguirem sua vida acadêmica com sucesso.

Quanto às expectativas dos jovens beneficiários do PAP sobre trabalho, não foi possível verificar essa questão em razão de os estudantes serem muito jovens e ainda não terem uma noção construída a respeito. No entanto, notou-se que grande parte dos estudantes já teve experiência no mercado de trabalho e carrega marcas de empregos precários. Assim, constata-se que eles veem na universidade um caminho possível, capaz de superar as situações econômicas de suas famílias.

Neste sentido, o PAP constitui um importante instrumento de apoio aos estudantes de classes populares na universidade, uma vez que evita que os jovens deixem a universidade para trabalhar e satisfazer suas necessidades econômicas. Embora o auxílio do PAP não seja suficiente para os jovens custear todas as despesas dos beneficiários, é uma assistência significativa e contribui para redução da evasão e da retenção na UFT, oportunizando maior dedicação dos estudantes aos cursos de graduação. Assim, os alunos podem aproveitar melhor seu tempo de vida acadêmica e obter uma melhor formação integral, podendo dedicar-se à pesquisa científica e assim sair mais preparado para o mercado de trabalho.

Desta forma, torna-se necessário criar, manter e ampliar os programas como o PAP, que garantam o apoio aos alunos de baixa renda, que se deslocam das mais variadas cidades e estados para estudar na UFT e enfrentam problemas de diversas ordens, sobretudo socioeconômico.

Trabalhar e estudar é uma condição recorrente dos jovens de várias classes sociais, embora o percentual de estudantes que exercem atividades não acadêmicas remuneradas seja mais elevado nos grupos provenientes das classes mais populares. Todavia, com apoio da assistência estudantil, pode-se oportunizar melhora na vida de muitos jovens, podendo dedicar-se melhor à graduação e sair mais preparado para o trabalho e para a vida.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Miriam *et alii*. **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas**. Brasília: UNESCO, BID, 2002. 192 p.

ABREU, Marta Virgínia de Araújo Batista. **Relatório da Pesquisa sobre a Assistência Estudantil na UFT. Palmas, TO, 2017. 34f.**

Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude – Brasília: MTE, SE, 2011.
60 p.

ALVES, Elaine Jesus. **Avaliação do Programa Bolsa Permanência na Universidade Federal do Tocantins, Campus de Palmas – 2010**. 196f. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Ceará, Pró- Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Curso de Mestrado Profissional em Avaliação de Políticas Públicas, Fortaleza (CE), 05/10/2010.

ALVES, Elaine Jesus. **Análise da Política de Assistência Estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos Relatórios de Avaliação Institucional da CPA**. Universidade Federal do Tocantins (UFT), Eixo III – Impactos da CPA-2012.

ANDES-SN-SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. **Dinheiro do Reuni já acabou, diz ministro**. 2009. Disponível em: <<http://www.adufpi.org.br/arquivos/dinheirodoreuniacabou.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

_____. **Nota (preliminar) da diretoria do Andes-SN**. O Programa Reuni na prática. (O que revelam as diretrizes do Reuni). Disponível em: <<http://www.adufrgs.org.br/Biblioteca%20de%20Documentos/REUNI/Nota%20Preliminar%20da%20Andes.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

ANDIFES. **Relatório de Acompanhamento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão – Reuni**. Brasília: ANDIFES, jan. 2010.

ANTUNES, Ricardo. **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

ASCHIDAMINI, Fernanda; CRISTIANO, Gabriela Dutra; PERONDI, Maurício. Trabalho: um demarcador geracional para os jovens universitários. *In: Juventudes na Universidade: olhares e perspectivas / organizadores José Jair Ribeiro... et all.* – Porto Alegre: Redes Editora, 2014. Cap. 03, p. 49 – 58.

BAJOIT, G.; FRANSSEN, A. O trabalho, busca de sentido. **Revista Brasileira de Educação**, Brasília, n. 05, p. 76 – 95, jan. 1997.

BALARDINI, Sérgio. **Políticas de Juventud: conceptos y la experiencia**. Buenos Aires: [s.n.], 1999.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BORGES, Bento Souza. **Juventude, trabalho e educação superior**: a geração Y em análise. 2014, 190p. Tese (doutorado) Universidade Federal de Uberlândia, Programa de Pós-Graduação em Educação. 2014.

BOURDIEU, Pierre. **A juventude é apenas uma palavra**. In: BOURDIEU, Pierre. *Questões de Sociologia*. Lisboa, Fim do Século, 2003.

BRASIL. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br> Acesso em: 22 mar. 2017.

_____. Ministério de Administração e Reforma do Estado - MARE. **Plano diretor da Reforma do Estado**. 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/Documents/MARE/PlanoDiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2017.

_____. **Decreto-lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. 110

_____. **Lei nº 10.172 (Plano Nacional de Educação - PNE 2001/2010)**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2002.

_____. **Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. **Projeto Pedagógico Integrado do ProJovem Urbano**. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Poder Executivo. **Projeto de Lei nº 8.035, de 20 de dezembro de 2010**. Aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, e dá outras providências. Câmara dos Deputados, Brasília, 2010a. Disponível em: <http://conae.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=363:pne>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/...?Decreto/D7234.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. **Lei nº 12.852 (Estatuto da Juventude)**, de 05 de agosto de 2013. Brasília, Secretaria Nacional da Juventude, 2013a.

_____. **Agenda Juventude**. Brasília. Secretaria Nacional da Juventude, 2013b.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Censo da Educação Superior 2010/2013** – Resumo Técnico. Brasília, DF: MEC; INEP, 2013c. 212 p.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. (Plano Nacional de Educação- PNE) Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014a.

_____. Secretaria Nacional da Juventude Agenda Juventude Brasil - **Quem são... Como vivem... O que pensam e propõem os jovens brasileiros?** – Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013 - Relatório Preliminar Resumido/Secretaria Nacional de Juventude- Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2014b. 80 p.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Balanco Social** – Resumo Técnico – 2003 a 2014. Brasília, DF: MEC; INEP, 2014c. 212 p.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Plano Nacional de Educação (PNE). Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014d. 86 p. – (Série legislação; n. 125).

_____. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamento Cidadão**: Projeto de Lei Orçamentária Anual - PLOA 2017. Brasília, 2016. 47 p.

BRANCO, P. P. M. Juventude e trabalho: desafios e perspectivas para políticas públicas. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. **Retratos da juventude brasileira**: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.

CASTEL, R. **As Metamorfoses da Questão Social**: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CONCEIÇÃO, Sérgio Henrique da. Perspectivas e Desafios do Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) no Contexto do Financiamento da Educação Básica. **Educação em Revista**, Marília, v. 17, n. 01, p. 35 – 54, jan. – jun. 2016.

CONH, Amélia. O modelo de proteção social no Brasil: qual o espaço da juventude? In: NOVAES, Regina & VANNUCHI, Paulo (orgs). **Juventude e Sociedade**: trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Direitos Humanos e Cidadania**. São Paulo: Moderna, 2004.

DA SILVA, Flávio Alves. **Oportunidades Sociais e o Programa Jovem Aprendiz**: uma análise à luz do pensamento de Amartya Sen. Palmas-TO, 2016. 115f. (Dissertação de Mestrado Acadêmico) Universidade Federal do Tocantins-Câmpus Universitário de Palmas- Curso de Pós-Graduação (mestrado) em Desenvolvimento Regional. 2016.

DEJOURS, C. Inteligência Operária e Organização do Trabalho: a propósito do modelo japonês de produção. In: HIRATA, H. (Org.) **Sobre o “Modelo” Japonês**: automatização, novas formas de organização e de relações de trabalho. São Paulo: EDUSP, 1993.

DENZIN, Norman K. **O planejamento da pesquisa qualitativa**: teorias e abordagens. Trad.: Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/temas/trabalho/2011/11/diferencas-no-mercado-de-trabalho-seguem-desfavoraveis-a-negros-confirma-estudo>>. Acesso em: 25 abr. 2017.

DOURADO, F. L. Reforma do Estado e as políticas para a Educação Superior no Brasil nos anos 90. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 23, n. 80, setembro/2002, p. 234 – 252. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em 23 de mar. 2017.

DUTRA, Natália Gomes dos Reis; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Assistência estudantil sob múltiplos olhares**: a disputa de concepções. Revista aval. Pol. Públ. Educ., rio de janeiro, v. 25, n. 94, p. 148 – 181, jan./mar. 2017.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FÓRUM NACIONAL DOS PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS ESTUDANTIS E COMUNITÁRIOS (FONAPRACE). **Plano Nacional de Assistência aos estudantes de Graduação das Instituições de Ensino Superior Públicas**. 1996.

_____. **Primeira Pesquisa do Perfil Social, Cultural e Econômico dos estudantes das IFES**. 1997.

_____. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES**. 2004.

_____. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. 2007.

_____. **Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de graduação das IFES**. 2011.

_____. **Revista Comemorativa 25 Anos**: histórias, memórias e múltiplos olhares/ Organizado pelo Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis, coordenação, ANDIFES. – UFU, PROEX: 2012.

FRASER, Nancy. **As escalas de justiça**. Barcelona: Heder editorial, 2008.

FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho. **Políticas Públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade**:

trabalho, educação, cultura e participação. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 180 – 215.

FURTADO, C. **Dialética do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Fondo de Cultura, 1964.

GAZOTTO, Mireille Alves. **Políticas públicas educacionais**: uma análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro. 141 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, 2014.

GOIÁS. **Lei nº 9.449, de 30 de maio de 1984a**. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.go.gov.br>. Acesso em 13 de fev. 2017.

_____. **Decreto nº 2.428, de 12 de dezembro de 1984b**. Disponível em: <http://www.gabinetecivil.goias.gov.br>. Acesso em 13 de fev. 2017.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. Avaliação de políticas sociais e cidadania: pela ultrapassagem do modelo funcionalista clássico. In: SILVA e SILVA, Maria Ozanira da (org.). **Avaliação de Políticas e Programas Sociais**: teoria e prática. São Paulo: Veras, 2001.

GONZÁLEZ, G. Muñoz, GAVIRIA, D. A. Muñoz. La ciudadanía juvenil como ciudadanía cultural: una aproximación teórica desde los estudios culturales. **Revista Argentina de Sociología**, Argentina, Año 06 N° 11-ISSN 1667-9261 (2008) 220, p. 217 – 236.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 1991**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> Acesso em 22 de março de 2017.

_____. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Terceiro Trimestre de 2017. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br> Acesso em 22 de março de 2017.

KOELLN, R. E.; MEDEIROS, A. L.; Evasão na UFT: Um estudo sobre as perdas ocorridas no período 2004-2014. Dissertação de Mestrado. Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Universidade Federal do Tocantins. Palmas – TO, 2016.

KOWALSKI . Aline Viero. **Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. Tese de doutoramento. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul/ Faculdade de Serviço Social/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Doutorado em Serviço Social. Porto Alegre, 2012.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade e. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOBO, Roberto Leal; MOTEJUNAS, Paulo Roberto; HIPÓLITO, Oscar; LOBO, Maria Beatriz de Carvalho Melo. A evasão no ensino superior. **Cadernos de Pesquisa**. Fundação Carlos Chagas, v. 37, n. 132, set./dez. 2007. p. 641 – 659. Disponível em http://www.institutolobo.org.br/imagens/pdf/artigos/art_045.pdf. Acesso em 08 marc. 2017.

LOPES, Odiberto de Souza. **O Reuni como política pública de expansão da educação superior na perspectiva de estudantes universitários do Câmpus Palmas – UFT**. Palmas, 2015. 110f. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal do Tocantins, Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, 2015.

MAIA, M. Z. B. **Os bastidores da transição UNITINS/UFT**. In: XVIII Simpósio de Estudos e Pesquisas da Faculdade de Educação: educação e sociedade. Goiânia: UFG, 2009.

MILONE, P. C. **Crescimento e desenvolvimento econômico: teorias e evidências empíricas**. In: MONTORO FILHO, André Franco et alii. Manual de economia. São Paulo: Saraiva, 1998.

NASCIMENTO, C. M. **Assistência estudantil e contrarreforma universitária nos anos 2000**. 2013. 157 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

NOVAES, Regina. **Juventude, Exclusão e Inclusão Social: aspectos e controvérsias de um debate em curso**. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

NUNES, Maria Christina de Medeiros. **Acesso com (in)sucesso? O Programa de Incentivo Acadêmico na Universidade Federal de Pernambuco-BIA/UFPE**. 167 f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Mestrado Profissional em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste, 2013.

OLIVEIRA, G. B. **O Desenvolvimento na Região Metropolitana de Curitiba: o desempenho dos indicadores de desenvolvimento**. Tese (Doutorado) Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília. 2004. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001359/135923por.pdf>>. Acesso em 22 de março de 2017.

_____. **Educação e aprendizagem para todos: olhares dos cinco continentes**. – Brasília: UNESCO, Ministério da Educação, 2009. 112 p.

PAIS, José Machado. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1993.

PAIXÃO, Marcelo. Entrevista, “**Afrobrasileiros e suas lutas**. Publicado em Quinta, 12 Janeiro 2012 12:45)”.

PERONDI, M. Trabalho e educação dos jovens: profissionalização ou cidadania? In: ASQUIDAMINI, F.; VIAL, E. A. (Orgs.). **Sustentabilidade... eis a questão: juventudes, trabalho e economia**. São Leopoldo: Contexto, 2010.

PINHO, Maria José de. **Políticas de formação de professores: intenção e realidade**. Goiânia; Cênone Editorial, 2007.

PINTO, Giselle. **A política de assistência estudantil da UFF em duas faces: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil** / Giselle Pinto; orientadora: Andreia Clapp Salvador. – 2015. 266 f. Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2015.

POCHMANN, Márcio. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANNUCHI, P. (Orgs). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. p. 217 – 241.

_____. **Nova classe média?** São Paulo: Boitempo, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br>> Acesso em 22 de março de 2017.

QUEIROZ, Juliana Ferreira de. **Assistência Estudantil: uma avaliação com foco no Câmpus avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins**. Dissertação (Mestrado Profissional) – Universidade Federal do Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas – Curso de Pós-Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas. Palmas, TO, 2016. 138 f.

RAWLS, J. **Uma Teoria da Justiça**. Trad.: Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves- São Paulo, SP: Martins Fontes, 1997.

_____. **Uma Teoria da Justiça**. Trad.: Jussara Simões. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2008.

SACHS, I. **Desenvolvimento Humano, trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil**. Brasília-DF: SEBRAE/UNDP. 2002.

_____. **Inclusão social pelo trabalho: Desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte no Brasil**. Rio de Janeiro: Gramond, 2003.

_____. **Inclusão social pelo trabalho decente: oportunidades, obstáculos, políticas públicas**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 18, nº 51, 2004. p. 23 – 49. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 22 abr. 2017.

SALAZAR, R. Delgado; HERRERA, Juan Carlos Arias. **La acción colectiva de los jóvenes y la construcción de ciudadanía**. Revista Argentina de Sociología año 06 nº 11 – issn 1667 – 9261, 2008, p. 272 – 296.

SANFELICE, José Luís. **Movimento estudantil**: a UNE na resistência ao golpe de 1964. São Paulo, Cortez/Ed. Autores Associados, 1986. 240 p.

SANTOS, B. S; ALMEIDA FILHO, N.A. **A Universidade no Século XXI**: Para uma Universidade Nova. Coimbra, 2008.

SANTOS, Jocyléia Santana dos. A CENOG no discurso dos seus integrantes. In: GIRALDIN, Odair (org.). **A (trans)formação histórica do Tocantins**. Goiânia: UFG, 2004.

_____. **O sonho de uma geração**: o movimento estudantil Goiás e Tocantins. Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

SANTOS, Mary Ellen Silva. **Que educação querem os jovens?** Uma análise das demandas proclamadas nas Conferências Nacionais de Juventude (2008 e 2011). Rio de Janeiro, 2013. Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Centro de Ciências Humanas e Sociais Programa de Pós-Graduação em Educação. 2013.

SANTOS, Milton. **O Espaço do Cidadão**. 7ª ed., 2ª reimpressão – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014. 176 p.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo Plano Nacional de Educação**: por uma outra política educacional. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ). **Agenda Juventude Brasil 2013**. Pesquisa Nacional sobre perfil e opinião dos jovens Brasileiros 2013. Brasília, 2013.

SCHERER, Giovane Antonio; GROSSI, Patricia Krieger. A certeza e a (in)certeza: trajetórias juvenis e projetos de vida em um contexto de transformações societárias. In: **Juventudes na Universidade: olhares e perspectivas / organizadores José Jair Ribeiro ... et all.** – Porto Alegre: Redes Editora, 2014. Cap. 8, p. 135 – 146.

SEN, Amartya. **Inequality Reexamined**. Cambridge: Harvard University Press, 1995.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. trad. Laura Teixeira Motta; São Paulo, Companhia das letras, 2010.

SILVA, Maria Lúcia da. **A Política de Assistência Estudantil no contexto de expansão do Ensino Superior**: as particularidades do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN. Natal – RN, 2012. 207f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2012.

SINDICATO DOS MANTENEDORES DO ENSINO SUPERIOR (SEMESP). **Mapa do Ensino Superior 2015**. Disponível em: <<https://sead.ufba.br/mapa-do-ensino-superior-no-brasil-2015>>. Acesso em 10 abr. 2018.

_____. **Mapa do Ensino Superior 2016**. Disponível em: <<http://www.semesp.org.br/pesquisas/mapa-do-ensino-superior-2016/>>. Acesso em 10 abr. 2018.

SOARES, Maria Susana. **A Educação Superior no Brasil**. Porto Alegre: CAPES, 2002.

SOUSA, Janice Tirelli de. **Reinvenções da Utopia: a militância política de jovens nos anos 90**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Revista Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez., 2006. p. 20-45. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.

SOUZA, Donaldo Bello de. **Avaliações finais sobre o PNE 2001 – 2010 e preliminares do PNE 2014-2024**. Est. Aval. Educ., São Paulo, v. 25, n. 59, p. 140 – 170, set./dez. 2014.

SOUZA, Raquel Aparecida; DA SILVA, Marcelo Soares Pereira. **História e perspectivas para a educação superior no estado do Tocantins: encantos e desencantos sobre o direito à educação pública e gratuita**. s/d, p. 5658 - 5666.

SPOSITO, Marília Pontes. **Juventude e Escolarização (1980/1998)**. Brasília: MEC/INEP/Comped (Estado do Conhecimento, 7), 2002.

_____. Trajetórias na constituição de políticas públicas de juventude no Brasil. In: FREITAS, Maria Virgínia de; PAPA, Fernanda de Carvalho (orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez; Ação Educativa e Fundação Friedrich Ebert, 2003.

SPOSITO, M. ; CORROCHANO, M.C. “A face oculta da transferência de renda para jovens no Brasil”. **Tempo Social**, 17 (2): 141 – 172, 2005.

SUANO, H. A Educação nas Constituições Brasileiras. In: FISCHMAN, R. (Coord). **Escola Brasileira: temas e estudos**. São Paulo: Atlas, 1987.

TANNO, Claudio Riyudi. **Nota Técnica nº02/2017**. Ministério da Educação: Despesas Autorizadas para 2017. Câmara dos Deputados. Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira-CONOF. fev. 2017.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. AATR-BA, 2002.

TOCANTINS. (1990a) **Decreto nº 252 de 21/02/1990 do Governo do Tocantins**. Cria a Universidade do Tocantins. Diário Oficial do Estado, Tocantins, D.O. E, n 54, ANO II, de 31 de dezembro de 1990.

_____. (1990b) **Decreto nº 2021 de 27 de dezembro de 1990 do Governo do Tocantins**. Autoriza o funcionamento da Universidade do Tocantins (UNITINS). Diário Oficial do Estado, Tocantins, Publicado no D.O. E, n. 54, ANO II, de 31 de dezembro de 1990.

_____. **Lei nº 326 de 23 de outubro de 1992 do Governo do Tocantins**. Reestrutura a Universidade do Tocantins transformando-a em Autarquia integrada ao Sistema Estadual

de Ensino. Diário Oficial do Estado, Tocantins. D.O.E. n. 172, Ano IV, de 23 de outubro de 1992.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Resolução do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão –Consepe nº 3A/2004** - Aprova a implantação do sistema de cotas para Estudantes indígenas no vestibular da universidade Federal do Tocantins – UFT. Palmas, 2004a.

_____. **Resolução da Reitoria nº 010/2004** - Institui o Programa de Bolsa de Estágio Remunerado da UFT e regulamenta a concessão de bolsas de estágio, e dá outras providências. UFT. Palmas, 2004b.

_____. **Avaliação Institucional interna da UFT 2002 – 2006**: Relatório Final. Organizado por Vânia Maria de Araújo Passos; Maria José de Pinho. - Palmas: UFT, 2007, 98 p.

_____. **Avaliação Institucional Interna da UFT**: 2007 a 2008. Elaborado por Flavia Lucila Tonani; Alcione Marques Fernandes; Nilton Marques de Oliveira; Maria Helena Cariaga Silva; Jacinto Pereira Santos; Regis Glauciane dos Santos Sousa. – Palmas: UFT, 2009. 91 p.

_____. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2011**. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-Reitoria de Avaliação e Planejamento. Diretoria de Avaliação. Comissão Própria de Avaliação, 2012.

_____. **Relatório para Avaliação Institucional 2012**: PROEX/UFT. Palmas: Universidade Federal do Tocantins, Pró-reitoria de Extensão, Cultura, 2013.

_____. Pró-reitoria de Graduação. **Resumo das Inscrições SiSU 2015/01**, Palmas, 2015a.

_____. **Relatório de Avaliação Institucional – UFT 2015**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, TO, 2016.

_____. **Catálogo das condições de oferta dos cursos de graduação da UFT**/ elaboração e organização: Berenice Feitosa da Costa Aires; Samara Queiroga B. G. da Costa; Solange Bitterbier; Patrícia Sampaio; Betania Maria Barbosa. – Palmas, TO, 2017a. 371p. il.; 27 cm

_____. **Resolução nº 26, de 17 de outubro de 2017** – Dispõe sobre a regulamentação da Política de Assistência Estudantil e Formação Acadêmica no âmbito da Universidade Federal do Tocantins. Palmas, 2017b.

VASCONCELOS, N. B. Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da Educação Superior no Brasil. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 2, n. 3, p. 399 – 411, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2004.

WASELFISZ, J. J.; MACIEL, M. **Revertendo Violências, Semeando Futuros**. UNESCO. Brasília, 2003.

_____. **Mapa da Violência 2011**: uma radiografia das mortes violentas de nossos jovens. Centro de Estudos Latino-Americanos, 2011. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/mapa2011.php>. Acesso em 22 de março de 2017.

_____. **Mapa da Violência 2013**: Mortes matadas por arma de fogo. Centro de Estudos Latino-Americanos, 2013. Disponível em http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/MapaViolencia2013_armas.pdf, Acesso em 22 de março de 2017.

ZAGO, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo: ANPED, v. 11, n. 32, mai/ago. 2006.

APÊNDICES

Apêndice A-Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)

Título da pesquisa: **Juventudes: interfaces entre educação e trabalho no Programa Auxílio Permanência UFT**

Eu, _____ voluntariamente concordo em participar da pesquisa sobre **as expectativas dos jovens beneficiários do Programa Auxílio Permanência quanto à educação e ao emprego**. A pesquisa está sendo conduzida pela pesquisadora mestranda Ana Lúcia Pinto da Silva Lino, vinculada ao Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional, Câmpus de Palmas, Universidade Federal do Tocantins (UFT), sob a orientação da Prof. Doutora Cynthia Mara Miranda. Eu entendo que serei entrevistado (a) pessoalmente pela pesquisadora, que utilizará gravador de voz, por aproximadamente 20 minutos, e fará anotações durante a entrevista. Estou ciente também que poderei desistir da entrevista a qualquer tempo. A pesquisadora utilizará os dados da entrevista apenas para fins acadêmicos, especialmente na produção de artigos acadêmicos, capítulos de livro e apresentação dos resultados em congressos acadêmicos. Os dados não serão utilizados para outros fins. Será mantido sigilo sobre a minha identidade.

Declaro que recebi uma cópia deste TCLE.

Assinatura da participante

Data

Assinatura da pesquisadora

Data

Pesquisadora: Ana Lúcia Pinto da Silva Lino

Curso Mestrado em Desenvolvimento Regional

Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT)

Endereço: Quadra 906 sul, alameda 17, lote 17

Telefones: (63)984038084 / (63) 991034141

E-mails: anna_econ @uft.edu.br

Orientadora: Prof. Doutora Cynthia Mara Miranda – UFT

Apêndice B-Questionário

Data _____ Questionário nº _____

Questionário aplicado aos acadêmicos da UFT, bolsistas do Programa Auxílio Permanência UFT. Trata-se de uma de pesquisa acadêmica – Programa de Pós Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional da UFT/Câmpus de Palmas -TO.

Caro Acadêmico, esta pesquisa intitulada **Juventudes: interfaces entre educação e trabalho no Programa Auxílio Permanência**, na Univ. Federal do Tocantins – Câmpus de Palmas, visa obter a perspectiva dos bolsistas do programa, por meio das respostas a este questionário. O objetivo central é compreender a contribuição do programa quanto às expectativas dos jovens beneficiários, bem como identificar sua influência no desenvolvimento dos jovens. Sua colaboração é fundamental para o alcance dos objetivos deste trabalho. Ao término do relatório da pesquisa e realizada a defesa da dissertação, será deixada uma cópia do trabalho na Biblioteca da UFT- Câmpus de Palmas. E, caso a gestão institucional concorde, será definido um momento para apresentar os resultados à comunidade acadêmica do Câmpus de Palmas-UFT. As informações que constarem no relatório final da dissertação poderão ser utilizadas por outros pesquisadores locais, pois será um material público, aberto a estudos e pesquisas. **Entretanto, será mantido total sigilo e confidencialidade acerca da sua identidade.**

Nome _____

Telefone _____ E-mail _____

I- IDENTIFICAÇÃO DO PESQUISADO

1-Sexo: F() M() Não declarar ()

2-Idade:

() Até 17 anos () De 18 a 24 anos () De 25 a 29 anos
() De 30 a 34 anos () De 35 a 39 anos () De 40 anos acima

3-Estado civil:

() Solteiro (a) () Separado (a) () Divorciado(a)
() Casado(a) () União estável () Viúvo (a)
() Outro. Especifique _____

4- Você tem filhos? () Sim. () Não.

5-Se sim, quantos? _____

6-Seus filhos moram com você? () Com avós () Tios () Com outros(as)

7-Cor/raça/etnia:

() Preto () Branco () Amarelo () Pardo () Indígena () Não declarar

8-Nasceu em que estado da federação? (_____) Apenas a abreviatura.

9-Você sempre morou em Palmas? () Sim. () Não.

10- Se **NÃO**, qual a última cidade em que morou antes de mudar-se para Palmas?

11- **Mora com a família:** () Sim () Não

12- **O lugar onde mora é:**

() Próprio () Financiado () Alugado
 () Emprestado/cedido Outro. Especifique: _____

13- **Tipo de moradia:**

() Casa () Apartamento () Kitnet
 () Casa do Estudante Outro. Especifique _____

14- **Quantas pessoas vivem no seu domicílio, incluindo você?**

() Uma pessoa () Duas pessoas () Três pessoas
 () Quatro pessoas () Cinco ou mais pessoas

15- **Qual o principal responsável pelo seu sustento?**

() Você próprio () Pai () Mãe
 () Pai e mãe () Seu cônjuge
 () Outro parente. Especifique _____
 () Outra pessoa. Especifique _____

16- **Com que idade você começou a exercer atividade remunerada?**

() Antes dos 14 anos () Entre 14 e 16 anos
 () Entre 16 e 18 anos () Após 18 anos
 () Nunca trabalhou

17- **Qual sua ocupação atual, além de estudante?**

() Profissional liberal () Proprietário Rural () Empreg. Empresa Privada
 () Empresário () Micro Empresário () Empreg. Rural / Agricultor
 () Pecuarista () Servidor Público () Desempregado
 () Outro. Especifique _____

18- **Qual tipo de escola em que você cursou o Ensino Médio?**

() Todo em escola pública () Escola conveniada
 () Todo em escola particular () Todo em escola particular, mas com bolsa
 () Maior parte em escola pública () Maior parte em escola particular

II-ATIVIDADES ACADÊMICAS

19- **Número de vezes em que prestou vestibular na UFT?**

() Uma vez () Duas vezes () Três vezes

() Quatro vezes () Cinco vezes ou mais

20- Por qual forma você ingressou na UFT?

() Vestibular () Sisu/Enem () Transferência (Extra Vestibular)

() Outra. Especificar. _____

21- Ano em que ingressou na universidade: _____

22- Qual é o seu curso? _____

23- Qual período está cursando? _____

24- Indique o turno em que você estuda:

() Manhã () Tarde () Noite () Integral

25- Você já trancou o curso alguma vez? () sim () não

26- Se já trancou, por que o fez?

() Precisou trabalhar () Motivo de saúde

() Incompatibilidade de horário estudo-trabalho

() Dificuldade nas disciplinas (aprendizado)

() Não se adaptou à metodologia do professor

27- Se já trancou, foi por quanto tempo?

() 1 semestre () 2 semestres () 3 semestres () 4 semestres

28- Você já reprovou em alguma disciplina? () sim () não

Se sim, quantas vezes? _____

Poderia citar o motivo? _____

III-AVALIAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO PERMANÊNCIA-UFT

29- Há quanto tempo você é bolsista do programa?

() Até 6 meses () Entre 7 e 12 meses () Acima de 12 meses

30- Sobre a contribuição da bolsa para sua permanência na universidade, numa escala de 0 a 10?

() De 1 a 2 () De 3 a 4 () De 5 a 6 () De 7 a 8 () De 9 a 10

31- Ser beneficiário do programa lhe permitiu melhorar o desempenho acadêmico?

() Sim () Não () Em parte

32- Sem a bolsa do programa, você teria continuado o curso na UFT?

() Sim () Não

33- Por conta da bolsa do programa, você precisa cumprir alguma atividade?

() Sim. Participo de um projeto de um professor.

() Sim. Faço atividade administrativa na UFT.

() Não.

34- Na sua opinião, quais aspectos do Programa Auxílio Permanência precisam ser melhorados?

() Valor da bolsa () Atendimento ao bolsista

() Tipo das atividades () Carga horária das atividades

() Outro. Especificar_____

35-Você considera que as atividades do programa podem contar como experiência para você conseguir seu primeiro emprego?

() Sim () Não Porque?_____

36-Como você avalia o programa, numa escala de 0 a 10?

() Entre 1 e 2 () Entre 3 e 4 () Entre 5 e 6 () Entre 7 e 8 () Entre 9 e 10

37- Descreva brevemente as atividades que você desenvolve como bolsista:

38- Você sugere algo que gostaria que fosse diferente no PAP?

Prezado acadêmico, muito obrigada por colaborar com esta pesquisa. E sinta-se à vontade para solicitar algum esclarecimento sobre ela.

Apêndice C-Roteiro de entrevista

ENTREVISTA COM GESTORES DA PAE NA UFT

I. INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE OS ENTREVISTADOS

1. Cargo: _____ 2. Função: _____

3. Setor: _____

4. Tempo na gestão da política estudantil: _____

II. INFORMAÇÕES SOBRE A POLITICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

1- O que você entende por Assistência Estudantil? Fale sobre o surgimento do Programa Auxílio Permanência (PAP) UFT.

2- Em sua opinião, o Programa Auxílio Permanência atende às expectativas dos jovens beneficiários na universidade? De que forma?

3- Em sua opinião, de que forma o programa contribui para o desenvolvimento dos jovens estudantes?

4- Existem outras razões para os bolsistas permanecerem no programa além da bolsa?

5- No Programa Auxílio Permanência UFT, como se relaciona o tripé indissociável Ensino, Pesquisa e Extensão, previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFT?